

PRESOS EM UMA ARMADILHA? DESIGUALDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

- A América Latina e no Caribe (ALC) são uma região presa em uma armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento.
- Apesar de décadas de progresso, a região continua sendo a segunda mais desigual no mundo e os países da ALC apresentam maior desigualdade de renda do que em outras regiões em níveis de desenvolvimento semelhantes.
- A desigualdade, como a pobreza, é multidimensional e vai além da renda. Alguns grupos sofrem maior desigualdade do que outros e em várias dimensões.
- Para as mulheres, o campo de atuação no mercado de trabalho ainda não está nivelado. Pessoas LGBT+ enfrentam discriminação em possivelmente todos os aspectos das suas vidas. As minorias étnicas e raciais não são reconhecidas como agentes econômicos e políticos ativos.
- A região também é caracterizada por ter um crescimento econômico muito volátil e, em média, baixo, associado à baixa produtividade e à má dinâmica da produtividade.
- Compreender a natureza da armadilha, os fatores comuns subjacentes a ela e as suas interações complexas é o primeiro passo para se libertar dela. Este relatório tem como objetivo iniciar uma conversa examinando alguns desses fatores.

1.1. A região está presa em uma armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento

A América Latina e no Caribe (ALC) é uma região de enormes contrastes, onde a riqueza e a prosperidade coexistem com bolsões de extrema pobreza, atraso e vulnerabilidade. Embora os 105 bilionários na ALC tenham um patrimônio líquido combinado de \$ 446,9 bilhões dólares, duas em cada dez pessoas na ALC ainda não têm comida suficiente para comer.¹ Enquanto algumas pessoas herdaram propriedades e redes e frequentam universidades de prestígio, outros enfrentam dificuldades nos mercados de trabalho com uma educação precária. Enquanto algumas pessoas possuem milhares de hectares de terra, milhões de outras continuam sem terra e sem teto. A lista de contrastes é longa e bem conhecida na região. Nas últimas décadas, os países da ALC tiraram milhões de pessoas da pobreza (caixa 1.1), mas o progresso no combate à desigualdade tem sido menos bem-sucedido. As modestas reduções da desigualdade têm sido insuficientes para enfrentar a enorme extensão do desafio que a região enfrenta e esse progresso estagnou nos últimos anos. Na verdade, a região continua sendo uma das mais desiguais do mundo hoje. As circunstâncias no nascimento ainda estão próximas de uma sentença de prisão perpétua para as pessoas mais desfavorecidas e, como documenta o capítulo 2, generaliza-se um senso da difusão da desigualdade nas suas diferentes formas. O descontentamento público com esta realidade fervilhou no final de 2019 e no início de 2020, à medida que a agitação social se espalhava pela região. Além disso, essas desigualdades foram ainda mais exacerbadas ao longo de 2020 e 2021, à medida que as múltiplas crises da pandemia de Covid-19 pesavam mais sobre quem já havia ficado para trás.

Em um nível estrutural, as pessoas em toda a ALC continuam enfrentando diferentes barreiras e têm acessos diferentes a oportunidades de viver uma vida que valorizam. Como o Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2019 argumenta, para compreender completamente a natureza dessas disparidades, é preciso olhar além da renda, além das médias e além de hoje.² Com base nesse enfoque, este Relatório de Desenvolvimento Humano Regional (RDHR) explora o que parece um desafio intratável da desigualdade na região da ALC e as múltiplas formas como a desigualdade se manifesta. Argumenta que a região está presa em uma armadilha dupla de alta desigualdade e baixo crescimento. Na verdade, ao lado da alta desigualdade, a região da ALC também é caracterizada por um desempenho geral de baixo crescimento volátil, impulsionado pela falta de produtividade. Esses dois fenômenos interagem para sustentar um ao outro em um ciclo vicioso, impedindo a região de alcançar um maior progresso em direção a resultados de desenvolvimento humano mais avançados para todas as pessoas.

¹ FAO et al. (2020); Forbes (2021).

² PNUD (2019).

Embora essa armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento não seja um obstáculo absoluto ao progresso (na verdade, a região cresceu e muitos indicadores sociais melhoraram), implica que o progresso não é tão rápido quanto o necessário. Em comparações internacionais, a ALC ainda é uma das regiões mais desiguais e com crescimento mais lento do mundo, e os seus indicadores sociais ainda estão abaixo dos esperados, dado seu nível de desenvolvimento médio. Mas, em vez de discutir se o copo está meio cheio ou meio vazio, o que importa para as políticas públicas é que ainda não existe água suficiente no copo e que acelerar o ritmo de acumulação exige enfrentar fatores que estão por trás da armadilha. Esse desafio estava presente antes da pandemia de Covid-19 e, em 2020 e 2021, como o choque fez retroceder o crescimento e muitos indicadores sociais, a necessidade de enfrentá-lo se agravou.

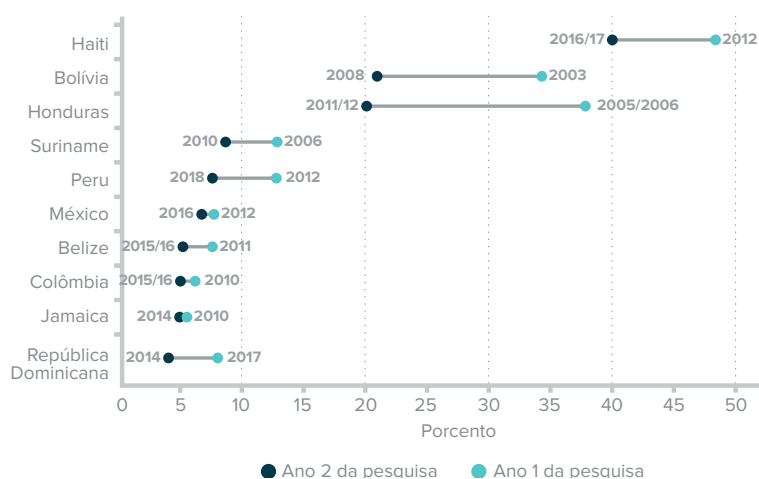
Caixa 1.1: Os países da ALC fizeram progresso na redução da pobreza multidimensional

Em 2020, antes da pandemia de Covid-19, 7,2% das pessoas na ALC viviam em pobreza multidimensional. As privações nos padrões de vida das famílias foram as que mais contribuíram para a pobreza multidimensional geral (37,9%), seguida pelas privações na saúde (35,9%) e na educação (26,2%).

A pobreza multidimensional diminuiu entre 2000 e 2020 em todos os países com dados (figura B11.1). Além disso, as maiores quedas absolutas ocorreram em alguns dos países que inicialmente enfrentaram os níveis mais altos: em Honduras, em 18 pontos percentuais, de 38% para 20%, em 2006-2012; na Bolívia, em 13 pontos percentuais, de 34% para 21%, em 2003-2008; e, no Haiti, em 8 pontos percentuais, de 48% para 40%, em 2012-2017.

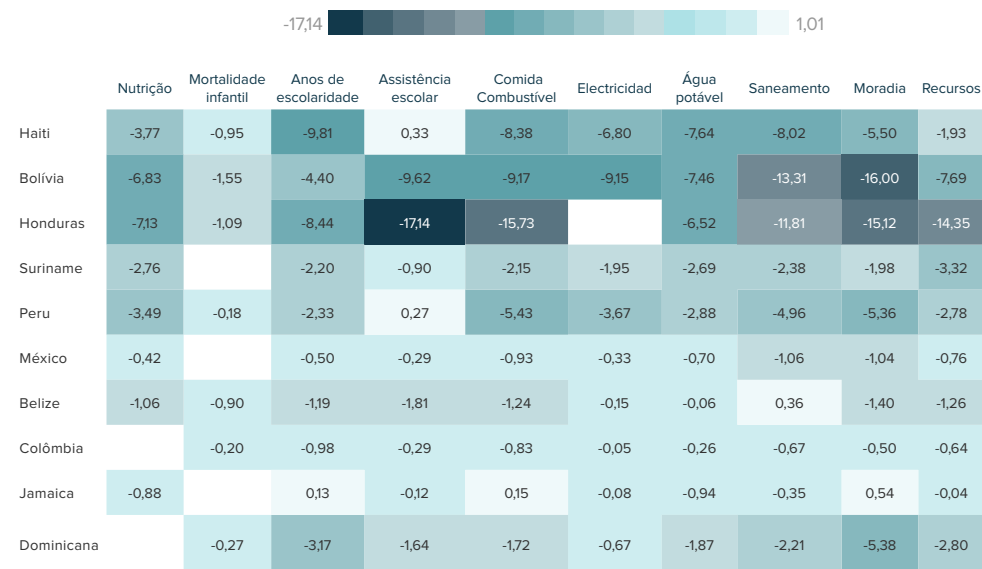
Houve progresso na maioria dos indicadores subjacentes à medida de pobreza multidimensional. Em seis países, todos os indicadores melhoraram (Figura B11.2). Nos poucos casos em que ocorreram aumentos na privação, cada um foi inferior a 1 ponto percentual

Figura C1.1: Alguns países progrediram mais do que outros na redução da pobreza multidimensional
Participação percentual da população que vive em pobreza multidimensional



Fonte: Índice de Pobreza Multidimensional Global 2020 (IPM) (painel), Gabinete de Relatório de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, <http://hdr.undp.org/en/2020-MPI>.

Figura C1.2: Os países da ALC progrediram na maioria dos indicadores
Mudança de ponto percentual na parcela da população carente no indicador relevante entre o ano 1 da pesquisa e o ano 2 da pesquisa



Fonte: Índice de Pobreza Multidimensional Global 2020 (IPM) (painel), Gabinete de Relatório de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, <http://hdr.undp.org/en/2020-MPI>.

Esses números, no entanto, refletem a situação antes da pandemia de Covid-19. Desde então, as previsões estimam que a pandemia eliminou grande parte desse progresso. Apesar das medidas de assistência social em alguns países, a parcela de pessoas que vivem na pobreza na ALC provavelmente aumentou durante esse período.^a

^a Lustig et al. (2020).

Este capítulo abre o relatório fornecendo uma visão geral da desigualdade e do crescimento na região.³ O objetivo é dar ao leitor uma melhor compreensão da natureza específica da armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento em que a região se encontra. O restante deste relatório se propõe a explorar os fatores comuns subjacentes a esses fenômenos que, se adequadamente tratados, impulsionariam a região nas dimensões de igualdade e crescimento. O capítulo 2 complementa este capítulo apresentando dados de percepção sobre como as pessoas na região veem esta situação e o que acham que deve ser feito. Os capítulos 3 a 5 tratam de alguns dos mecanismos que sustentam as duas dimensões. Cada um desses capítulos reflete sobre os diferentes caminhos das políticas que poderiam ajudar a região a sair da armadilha.

A desigualdade assume várias formas. Este relatório abraça a noção de que, como a pobreza, a desigualdade é multidimensional. Ela se manifesta em diferentes esferas da sociedade (da família ao mercado e à arena política) e em muitos grupos diferentes (relacionados a fatores como sexo, raça e etnia, localização geográfica e renda). Uma das suas expressões é, de fato, a distribuição desigual da capacidade institucional no território, o que resulta em amplas lacunas na disponibilidade e na qualidade dos dados de desenvolvimento. Por isso, nem todos os países da região estão sempre presentes nas análises deste relatório. Muitas vezes, faltam os países menores e os do Caribe. Entre eles estão algumas das economias mais pobres e menos dinâmicas.

O mapa 1.1 mostra os mapas mais atuais da pobreza multidimensional (painel a) e do desenvolvimento humano (painel b) na ALC.⁴ O mapa documenta a heterogeneidade

³ Este capítulo baseia-se principalmente em quatro documentos de base encomendados para este relatório para descrever a situação atual da região: Fernández-Arias e Fernández-Arias (2021); Gasparini e Cruces (2021); Neidhöfer (2021); Torche (2021).

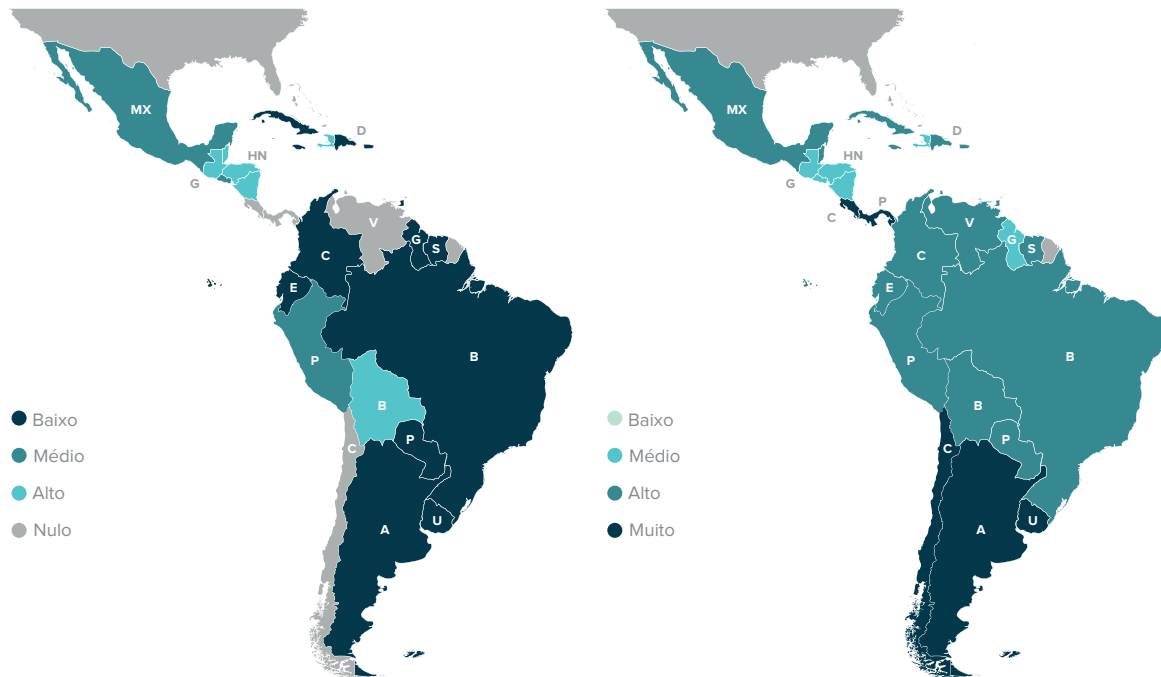
⁴ O índice de pobreza multidimensional (IPM) identifica múltiplas privações nos níveis individual e familiar na saúde, educação e padrões de vida. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida resumida do desempenho médio em dimensões-chave do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso à escolaridade e a um padrão de vida decente.

nos indicadores sociais entre os países. Embora alguns países da região tenham um bom desempenho em ambos os índices (como Argentina e Uruguai), outros países enfrentam um desafio muito maior (como o Haiti). Este relatório tem um enfoque regional e, portanto, tende a abordar a ALC como um todo, mas não existe uma experiência única na região. Há muitos desafios comuns que os países da região enfrentam em termos de desigualdade e crescimento. Ainda assim, a natureza específica desses desafios pode parecer muito diferente dependendo do contexto local e nacional. Na verdade, dentro dos países, a heterogeneidade adiciona uma camada de complexidade. Este capítulo concentra-se nas diferenças nos indicadores sociais entre os países e, dentro de cada país, nos grupos de renda, sexo e etnia, mas não se detém nas diferenças territoriais dentro do país. Mapas em nível de país como os do mapa 1.1 mostram uma variação tão grande e, em alguns casos, maior do que entre os países. Como é inevitável em um relatório regional, o capítulo enfoca as tendências comuns. A heterogeneidade implica que essas tendências não se aplicam com a mesma força em todos os casos ou que algumas não se aplicam em alguns países. As descobertas deste capítulo devem ser vistas sob esta luz: amplas generalizações que devem ser interpretadas considerando as especificidades dos países.

Mapa 1.1: As condições de vida são desiguais em toda ALC

a. Pobreza multidimensional

b. Índice de desenvolvimento humano



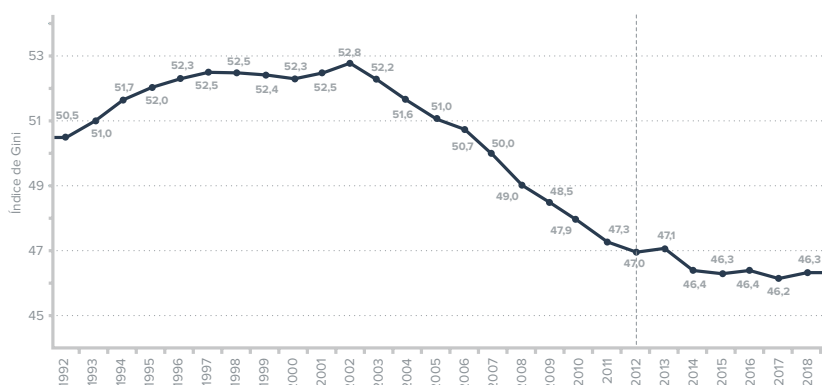
Fonte: Elaboração PNUD; Alkire et al. 2020; Índice de Pobreza Multidimensional Global 2020 (IPM) (painel), Gabinete de Relatório de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, <http://hdr.undp.org/en/2020-MPI>.

1.2. A desigualdade na América Latina e no Caribe permanece persistentemente alta

O progresso na redução da desigualdade de renda foi limitado e recentemente paralisado

Os indicadores de desigualdade de renda calculados com base em pesquisas domiciliares nacionais disponíveis também sugerem progresso nas últimas duas décadas, a maior parte ocorrendo entre 2000 e 2012.⁵ Depois disso, o progresso para e é quase insignificante entre 2012 e 2018. A figura 1.1 mostra a evolução do índice de Gini médio apenas para os países da América Latina. O índice de Gini médio caiu de 52,8 para 47,0 entre 2002 e 2012, com redução média de 0,58 pontos ao ano. Então, entre 2012 e 2018, o índice Gini médio caiu menos de um ponto.

Figura 1.1: Apesar do declínio na década de 2000, a desigualdade de renda continua alta na ALC
Desigualdade de renda (índice de Gini 1992-2018)



Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Banco Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.
Observação: Média não ponderada dos índices nacionais de Gini da distribuição da renda domiciliar per capita. Os dados se referem a todos os países da América Latina, exceto El Salvador e Guatemala.

A desaceleração na redução da desigualdade após 2012 é mais evidente no Cone Sul estendido (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) e menos pronunciada nos países andinos e na América Central. De fato, em alguns países (Colômbia, Costa Rica, Honduras e Panamá), não houve desaceleração nos anos 2010. A heterogeneidade entre os países foi maior neste segundo período (tabela 1.1). Os dados disponíveis são insuficientes para acompanhar as tendências da desigualdade de renda no Caribe (caixa 1.2).

⁵ Essa tendência foi analisada originalmente em López-Calva e Lustig (2010).

Tabela 1.1: A redução da desigualdade estagnou mais no Cone Sul estendido
Mudanças médias anuais nos índices de Gini, por período e sub-região, 1992-2018

	Variação média anual do índice de Gini			
	1992-2002	2002-2012	2012-2018	1992-2018
Sul da América do Sul				
Argentina	0,79	-0,98	-0,01	-0,07
Brasil	0,07	-0,56	0,21	-0,14
Chile	-0,02	-0,55	-0,06	-0,23
Paraguai	0,50	-0,91	0,12	-0,13
Uruguai	0,41	-0,55	-0,07	-0,07
Países andinos				
Bolívia	0,57	-1,27	-0,42	-0,37
Colômbia	0,20	-0,39	-0,39	-0,17
Equador	0,40	-0,66	-0,11	-0,13
Peru	0,34	-0,97	-0,27	-0,30
Venezuela	0,61	-0,71	-0,29	-0,11
América Central e México				
Costa Rica	0,27	0,15	-0,11	0,14
Honduras	0,21	-0,29	-0,32	-0,10
Nicarágua	-0,46	-0,66	0,45	-0,32
Panamá	0,06	-0,38	-0,42	-0,22
México	-0,25	-0,14	-0,11	-0,18
Rep. Dominicana	-0,05	-0,43	0,12	-0,16
América Latina	0,23	-0,58	-0,11	-0,16

Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Bando Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.

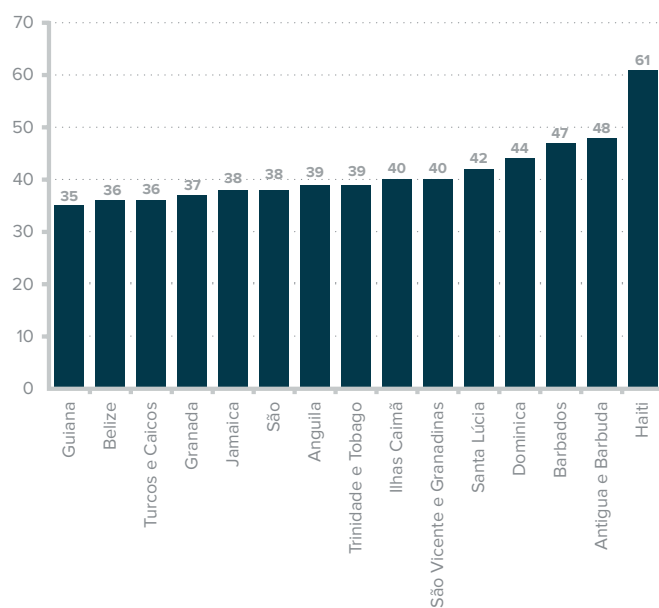
Observação: Os valores podem não coincidir precisamente com os de fontes nacionais. Provém de dados ajustados pelo CEDLAS usando metodologia padronizada para preencher lacunas nas informações disponíveis.

Caixa 1.2: Capacidade estatística e de medição da desigualdade no Caribe

Existe uma capacidade estatística limitada para coletar dados de pesquisas domiciliares nacionais em tempo adequado e de alta qualidade em muitos países do Caribe. Conseqüentemente, os dados sobre indicadores de desigualdade tendem a ser escassos e desatualizados, dificultando a comparação confiável de medidas entre países e o monitoramento das mudanças ao longo do tempo.

A figura B1.2.1 mostra os índices de Gini mais recentes para vários países do Caribe (extraídos de relatórios do governo). Dadas as limitações dos dados, é impossível tirar quaisquer conclusões com firmeza. No entanto, existe uma ampla dispersão nos níveis de desigualdade entre os países do Caribe. Esta dispersão reflete uma região heterogênea. Na verdade, o Caribe inclui alguns dos países mais desiguais do mundo (como o Haiti) e países em que a desigualdade é mais moderada (como Belize ou Guiana).

Figura C1.2.1: Existe uma ampla dispersão nos níveis de desigualdade no Caribe
Índices de Gini, final dos anos 2000 - início dos anos 2010

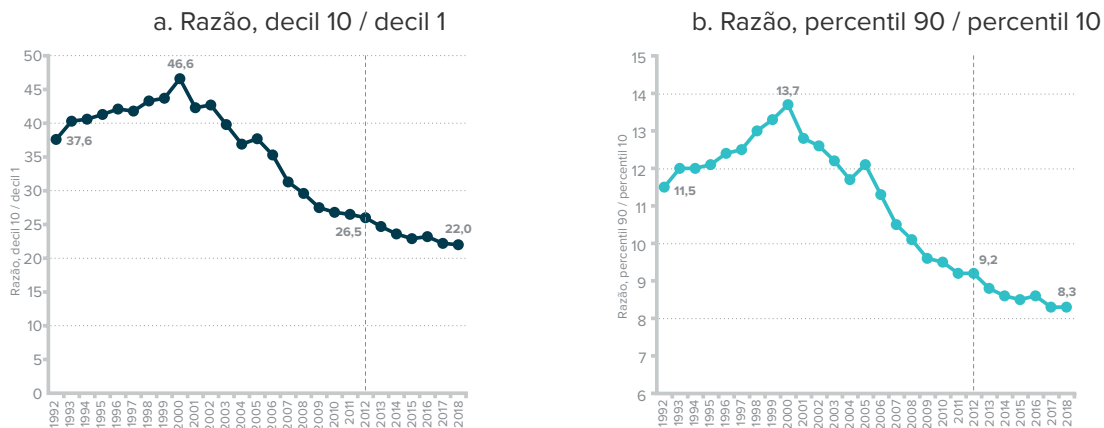


Fonte: CDB 2016; Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base RHDR PNUD ALC 2021; relatórios oficiais

Embora alguns países relatem dados de desigualdade para vários pontos no tempo, deve-se ter cuidado ao interpretar uma comparação entre essas medidas como uma história sobre o que aconteceu com a desigualdade naquele país. Por exemplo, o índice de Gini em Barbados subiu de 39 para 47 entre 1997 e 2010, enquanto o índice de Gini em São Vicente e Granadinas despencou de 56 para 40 entre 1996 e 2008 (CDB 2016). Considerando o quão drásticas são, essas mudanças provavelmente refletem uma combinação de mudanças nas condições de vida e mudanças metodológicas na coleta e análise de dados. À medida que os países caribenhos continuam investindo na expansão da robustez dos seus sistemas estatísticos, aprenderemos mais sobre a dinâmica da desigualdade e do desenvolvimento humano na região.

Além disso, o lento progresso na redução da desigualdade permanece verdadeiro se olharmos para outros indicadores de desigualdade de renda. Embora o índice de Gini seja uma das medidas mais amplamente utilizadas porque resume a forma de toda a distribuição de renda em um número, outros indicadores de desigualdade de renda podem ser mais relevantes, dependendo do contexto. Se as pessoas se preocupam mais com as lacunas entre os que estão no topo e os que estão na base, podem examinar indicadores alternativos que comparem as rendas desses grupos. Como mostra a figura 1.2, as tendências da desigualdade de renda na América Latina parecem semelhantes quando medidas com o índice de Gini ou com um indicador alternativo. De fato, a diferença de renda entre ricos e pobres diminuiu na década de 2000 (ver queda nas proporções de renda dos decis 10 e 1 e dos percentis 90 e 10) e o progresso desacelerou depois de 2012.

Figura 1.2: Os indicadores alternativos de desigualdade de renda mostram o mesmo padrão ao longo do tempo



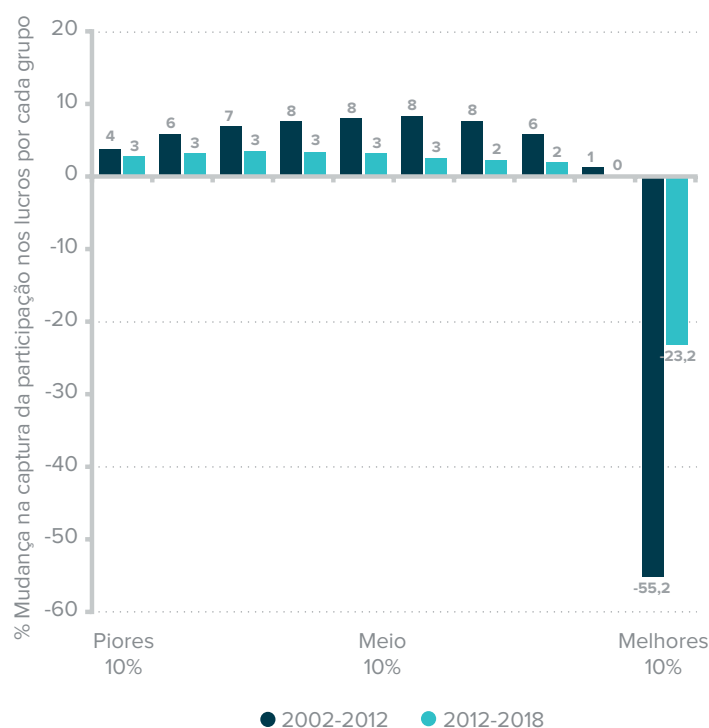
Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Banco Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.

Observação: Média não ponderada dos indicadores. Os dados referem-se a todos os países da América Latina, exceto El Salvador e Guatemala.

Outra forma de entender o que aconteceu com a desigualdade de renda nesse período é investigar as mudanças na participação do bolo que vai para cada grupo de renda. A parcela da receita capturada pelos 10% no topo da distribuição de renda (os 10 melhores) na América Latina caiu 55% entre 2002 e 2012. E os ganhos maiores ocorreram na faixa intermediária da distribuição de renda (figura 1.3). Em contraste, entre 2012 e 2018, a perda de renda entre os 10 mais ricos foi menor (23%) e os ganhos foram distribuídos de maneira mais uniforme por todas as outras famílias e um pouco concentrados entre os 60% mais pobres. As mudanças absolutas, entretanto, foram relativamente pequenas. A participação dos 10% mais pobres subiu de 1,1% em 2002 para 1,5% em 2012. No mesmo período, a participação dos 60% mais pobres aumentou de 22,4% para 26,5%. Se essas mudanças tivessem continuado por um período mais longo, poderiam ter ocasionado uma transformação relevante. Mas a tendência positiva não foi sustentada. Portanto, embora as mudanças nos últimos 15 anos tenham sido positivas, foram insuficientes para transformar as características básicas da distribuição de renda na região.

Figura 1.3: As reduções na concentração de renda no topo desaceleraram

Mudança percentual na participação da renda em toda a distribuição de renda, 2000-2018



Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Bando Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.
Observação: Os dados mostram médias não ponderadas.

Deve-se considerar a história de progresso moderado à luz dos dados que a sustentam. As medidas de desigualdade de renda calculadas a partir de pesquisas domiciliares nacionais contam uma história incompleta e, em alguns casos, podem não captar as tendências. Em geral, essas pesquisas oferecem informações confiáveis e representativas sobre as disparidades nas condições de bem-estar e vida entre as famílias e continuam sendo a fonte dominante para informar os debates públicos sobre a redistribuição. Ainda assim, enfrentam sérios desafios para capturar com precisão a renda das pessoas mais ricas. Dados os erros de amostragem e a sensibilidade das informações de renda, essas pessoas são menos propensas a participar de pesquisas ou divulgar fielmente os seus ganhos, optando por informar montantes inferiores, sobretudo no que se refere a informações relacionadas a retornos de investimentos. As pesquisas domiciliares também não conseguem compreender totalmente a dimensão da desigualdade que corresponde à concentração de riqueza. Em ambos os casos, as medidas de desigualdade de renda derivadas de pesquisas domiciliares nacionais subestimam a desigualdade (caixa 1.3).

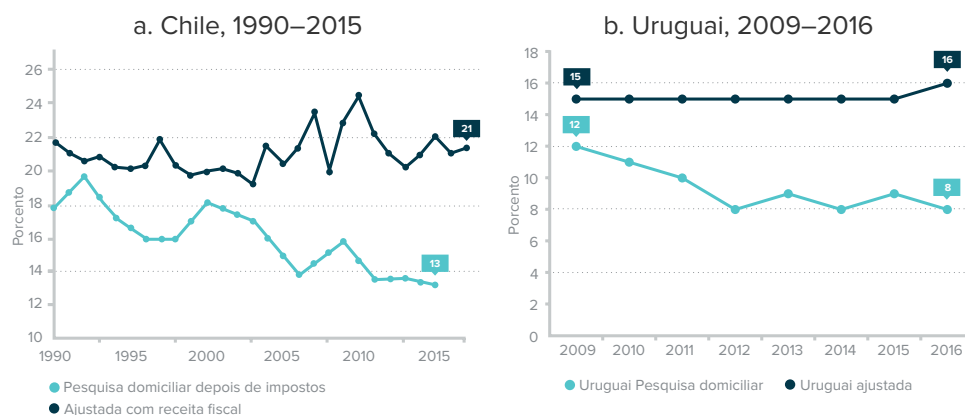
Caixa 1.3: O que sabemos sobre os super-ricos?

Como as pesquisas domiciliares nacionais muitas vezes não conseguem obter informações importantes sobre os membros mais ricos da sociedade, elas oferecem um quadro incompleto da desigualdade de renda. O 1% no topo representa uma pequena parcela da população, mas controla uma grande parcela dos recursos totais da população e é, portanto, uma peça-chave para a compreensão da desigualdade. Os pesquisadores combinaram, sempre que possível, dados de pesquisas domiciliares e dados de impostos e outros registros administrativos para preencher esta peça que faltava.^a

A figura B1.3.1 mostra o quanto a imagem pode diferir se os indicadores de desigualdade forem calculados com base apenas em dados de pesquisas domiciliares ou com base em dados de pesquisas ajustados usando registros fiscais administrativos. No Chile e no Uruguai, existem diferenças significativas tanto em termos de níveis de desigualdade quanto em termos de direção das tendências. Em ambos os casos, no último ano apresentado, houve uma lacuna de 8 pontos percentuais na participação informada da receita detida pelo 1% do topo. Além disso, de acordo com a série das pesquisas realizadas com os domicílios, verifica-se uma tendência estável ou decrescente na porcentagem do rendimento recebido pelo 1% mais rico, ao passo que, de acordo com a série ajustada, verifica-se uma ligeira tendência ascendente.

Figura C1.3.1: Os registros administrativos e fiscais podem oferecer um entendimento mais completo da receita detida pelo 1% do topo

Mais rico 1% da distribuição de renda



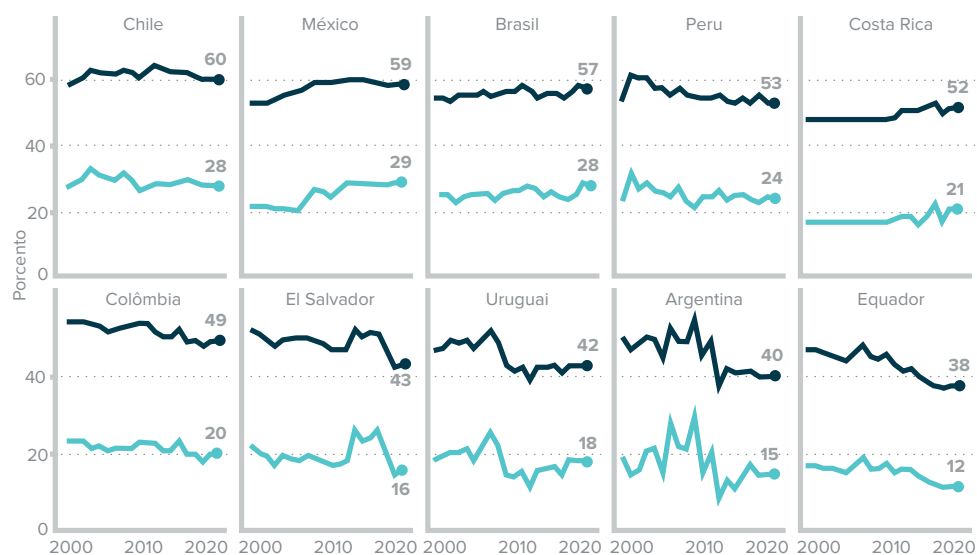
Fonte: Chile: Flores et al. 2020; Uruguai: Burdín et al. 2019.

O Banco de Dados Mundial de Desigualdade (BDMD) combina dados de pesquisas domiciliares, registros fiscais administrativos, registros de seguridade social e contas nacionais harmonizados.^b Com base nesses dados, pode-se obter uma ideia melhor sobre como é a concentração de renda no topo e como ela evoluiu ao longo do últimas duas décadas em dez países latino-americanos (figura B1.3.2). Em média, os 10% mais ricos atualmente capturam 49% da renda nacional e o 1% do topo captura 21%. Entre os países latino-americanos analisados, Chile, México e Brasil têm a maior concentração de renda: os 10% mais ricos capturam mais de 57% da renda nacional e o 1% do topo capturou mais de 28% em 2019. A concentração de renda nesses países é persistentemente alta e/ou aumenta com o tempo. Em contraste, Uruguai, Argentina e Equador mostraram os níveis mais baixos de concentração de renda na região entre 2000 e 2019 (embora ainda altos em termos absolutos) e a concentração na Argentina e Equador parece ter diminuído desde 2010.

Figura C1.3.2: Chile, México e Brasil têm a maior concentração de renda na ALC

Participações de renda dos principais 1% e 10% em 10 países latino-americanos, 2000-2019

Participação da renda nacional antes dos impostos detida pelo 1% no topo e pelos 10% no topo (2000-2019)



Fonte: Elaboração do PNUD; dados do BDMD (Banco de Dados Mundial de Desigualdade) (painel), Escola de Economia de Paris, Paris, <https://wid.world/>.

O BDMD não abrange todos os países da ALC e alguns dos excluídos, como Guatemala e Haiti, podem ter uma concentração de renda mais elevada.

^a Ver Atkinson y Piketty (2010), Atkinson, Piketty y Saez (2011) y Alvaredo *et al.* (2018).

^b WID (World Inequality Database) (tablero de indicadores), Escuela de Economía de París, París, <https://wid.world/>.

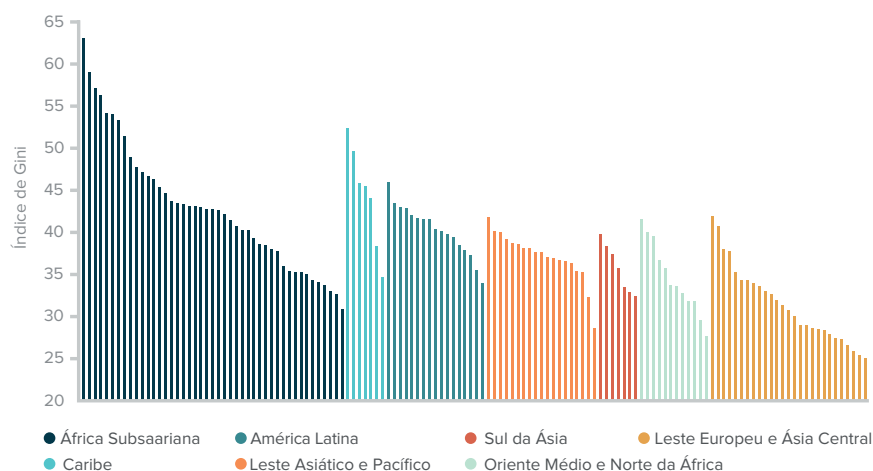
A região da América Latina e Caribe continua sendo a segunda mais desigual do mundo

Mesmo com o progresso da região no sentido de reduzir a desigualdade, os níveis atuais de desigualdade são incrivelmente altos em uma perspectiva global. A figura 1.4 mostra os índices de Gini para países em diferentes regiões em desenvolvimento (cada cor representa uma região e cada barra representa um país). Os países da

África Subsaariana e do Caribe destacam-se como os mais desiguais globalmente, seguidos de perto pelos países da América Latina (ver caixa 1.2 sobre limitações de dados no Caribe). Oito países da África Subsaariana e um país do Caribe (Haiti) têm índices de Gini acima de 50. Na seguinte faixa de índices de Gini entre 40 e 50, há dez países latino-americanos e quatro caribenhos. Os demais países da ALC têm índices de Gini entre 30 e 40. Apenas três países latino-americanos possuem um Gini abaixo da mediana mundial: Argentina, Peru e Uruguai. Apesar do progresso nas últimas duas décadas, a região da ALC continua sendo a segunda mais desigual do mundo.

Figura 1.4: Os países da ALC são alguns dos mais desiguais do mundo

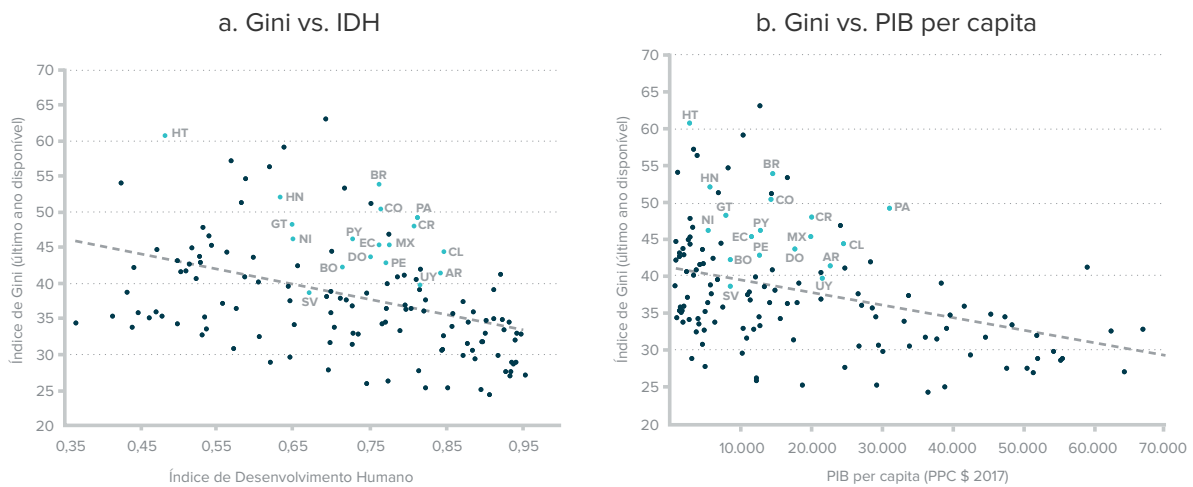
Índices de Gini sobre a distribuição do consumo domiciliar per capita por região, cerca de 2017



Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; dados de PovcalNet (ferramenta de análise online) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/>.

Talvez ainda mais impressionante, os países da ALC são mais desiguais do que o esperado para o seu nível de desenvolvimento. A figura 1.5 mostra que os países da ALC têm índices de Gini mais altos do que os seus pares em níveis semelhantes de desenvolvimento humano (painel a) e produto interno bruto (PIB) per capita (painel b).

Figura 1.5: Os países da ALC são mais desiguais do que outros países com situação de desenvolvimento semelhante



Fonte: Elaboração do PNUD; 2020 Índice de Pobreza Multidimensional Global 2020 (IPM) (painel), Gabinete de Relatório de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, <http://hdr.undp.org/en/2020-MPI>; IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.

1.3. A desigualdade se expressa em dimensões que vão além da renda e da riqueza

Embora geralmente haja uma alta correlação entre diferentes formas de desigualdade, aquelas resultantes de diferentes conjuntos de capacidades dependendo das circunstâncias no nascimento e mais tarde na vida, sobre as quais os indivíduos não têm controle, adicionam uma camada de complexidade à conversa sobre desigualdade e justiça. “Igualdade de quê?” foi a famosa pergunta de Amartya Sen (1980) durante as Tanner Lectures, há mais de quatro décadas. O conceito de igualdade idealizado por Sen é o de que cada pessoa possua as capacidades básicas para levar a vida de acordo com a sua vontade. Cada pessoa ser capaz de fazer certas coisas básicas como se deslocar, atender às suas necessidades nutricionais, ser vestida e protegida, obter uma educação, participar da vida social da comunidade a que pertence para seguir uma vida que possa valorizar. Esse conceito de igualdade ainda é indefinido na ALC.

A desigualdade, assim como a pobreza, é multidimensional. Esta seção analisa algumas das suas outras dimensões para destacar que as tendências de desigualdade de renda e riqueza analisadas acima não contam inteiramente a história de desigualdade da região.

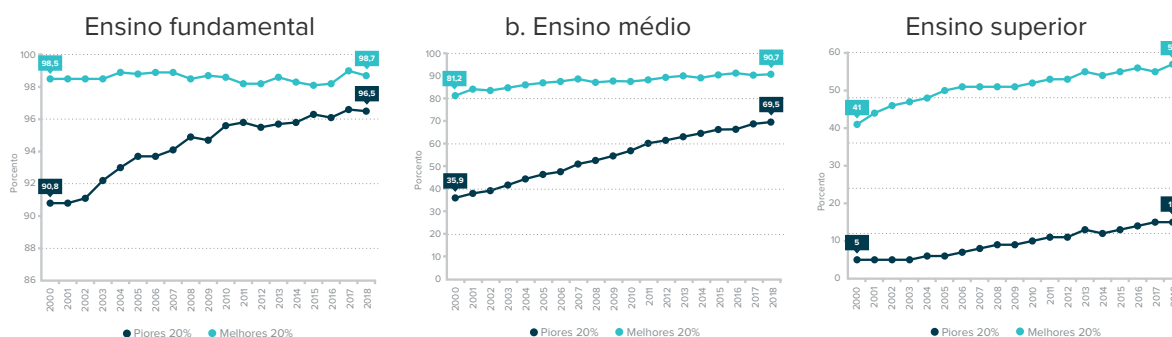
Oportunidades de educação ainda estão distribuídas de forma desigual

De modo geral, a ALC fez progressos substanciais no nível de escolaridade nas últimas décadas, mas não o suficiente para garantir que a educação seja o grande equalizador de que a região precisa, como mostram os indicadores a seguir.

*Matrícula líquida.*⁶ A diferença no ensino fundamental entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da população caiu de 7,6 para 2,2 pontos percentuais entre 2000 e 2018. Essa queda foi impulsionada principalmente pela melhora nas taxas líquidas de matrícula entre os primeiros, que aumentaram de 90,8% em 2000 para 96,5% em 2018. As taxas líquidas de matrícula também aumentaram no ensino médio, de 55,9% para 78,6%. O atendimento no ensino médio entre os pobres acelerou na década de 2000 e as lacunas de escolaridade têm diminuído desde então. No entanto, o processo de convergência desacelerou na década de 2010 e é inexistente no ensino superior (figura 1.6). Apesar da falta de convergência, houve progresso na educação superior: as taxas de matrícula aumentaram de 12,3% em 2000 para 30% em 2018.

Figura 1.6: Embora as matrículas no ensino fundamental e médio tenham convergido, as desigualdades no ensino superior permanecem enormes

Taxas líquidas de matrícula na América Latina, 2000-2018, %



Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Banco Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.

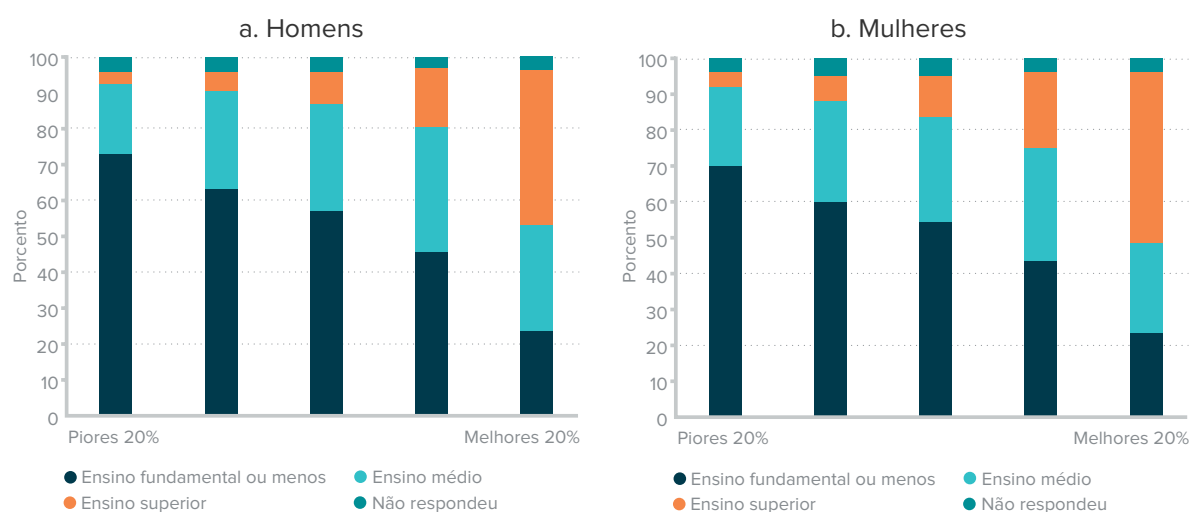
Nível de escolaridade. O progresso geral nas matrículas nas últimas duas décadas se traduziu em um aumento sustentado do nível de escolaridade na região. A média de anos de educação formal entre a população adulta aumentou continuamente de 7,4 em 2000 para 9,3 em 2018. A taxa de crescimento em anos de educação foi quase constante ao longo do tempo e os níveis de educação aumentaram em toda a distribuição de renda em todos os países. Indivíduos em grupos de renda pobre e rica

⁶ A taxa líquida de matrícula (ou taxa de escolarização líquida) é a proporção de indivíduos em cada faixa etária na população que frequenta o nível de escolaridade correspondente à sua idade.

agora são mais educados do que indivíduos nos mesmos grupos algumas décadas atrás. Há, no entanto, heterogeneidade no nível educacional entre os grupos em toda a distribuição de renda e as lacunas na educação entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos permanecem quase inalteradas. Também há heterogeneidade no nível de escolaridade entre os países. Apenas cinco países têm uma média de mais de dez anos de educação entre adultos na faixa etária de 25 a 65 anos (Argentina, Chile, Panamá, Uruguai e Venezuela) e quatro ainda têm uma média abaixo de oito anos (El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua). A figura 1.7 mostra onde a região estava no final de 2019, antes do início da pandemia.

Figura 1.7: O nível de escolaridade aumenta com a renda e, em média, as mulheres têm um pouco mais de escolaridade do que os homens

Nível de escolaridade em toda a distribuição de renda (adultos com 25 anos ou mais)



Fonte: Cálculos do PNUD; pesquisas domiciliares nacionais em 15 países da ALC.

Qualidade da educação. As taxas de matrícula e o nível de escolaridade não contam toda a história da desigualdade na educação. O acesso à educação de qualidade ainda é um privilégio reservado principalmente para aqueles que estão na cauda superior da distribuição de renda. A figura 1.8 apresenta as taxas de pontuação entre os percentis de renda nos testes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) (realizados por alunos de 15 anos, portanto medindo a qualidade no ensino médio).⁷⁷ As pontuações dos alunos 5% mais pobres são metade das pontuações dos alunos 5% mais ricos (e ainda menos em matemática); as pontuações dos alunos ligeiramente menos pobres, entre os 10% piores, são menos de dois terços das pontuações dos

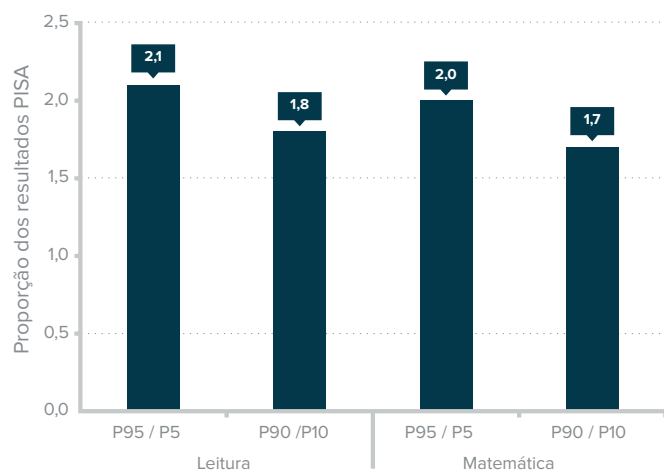
⁷⁷ O PISA é um estudo transversal repetido conduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para testar amostras representativas nacionalmente de estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciências. Abrange 10 países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Panamá, Peru, México e Uruguai.

alunos 10% mais ricos. Em ambas as medidas (razão 95/5 e 90/10) e em ambos os testes (matemática e leitura), as diferenças entre os grupos de renda são um pouco maiores na América Latina do que no resto do mundo e consideravelmente maiores do que na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segregação. A segregação de crianças com origens socioeconômicas diferentes em escolas separadas corrói a perspectiva de sociedades mais integradas e igualitárias. As escolas integradas podem promover uma melhor educação entre as crianças pobres por meio de efeitos de grupos de pares e reduzir a variância na distribuição do capital social entre os jovens (p.ex.: por meio de contatos de trabalho). Também podem fortalecer as preferências de redistribuição à medida que famílias mais ricas passam a conhecer melhor as necessidades das famílias mais pobres. Os dados do PISA revelam que os países latino-americanos estavam entre os países com os níveis mais altos de segregação por situação socioeconômica nas escolas em 2014 (caixa 1.4). Não há razão para esperar que isso tenha mudado significativamente.

Figura 1.8: O acesso à educação de qualidade ainda é um privilégio reservado principalmente às pessoas ricas

Proporção das pontuações do PISA de alunos ricos em relação a alunos pobres na América Latina



Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do PISA 2018 PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) (painel), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, Paris, <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/>.

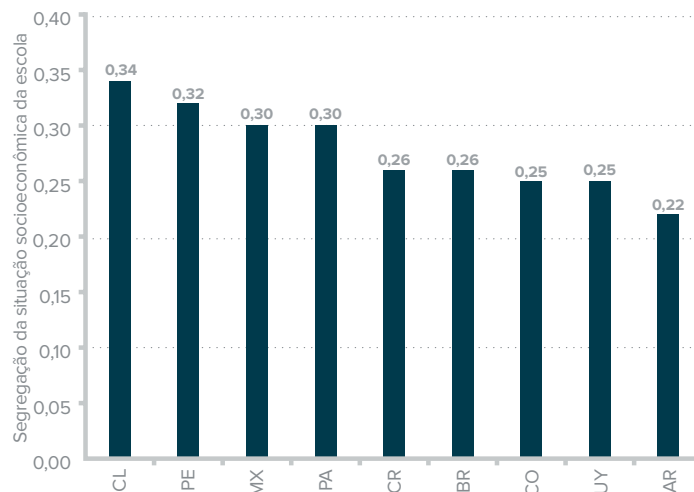
Caixa 1.4: Os países da ALC têm sistemas de educação altamente segregados

Usando o índice da OCDE de situação econômica, social e cultural, Chmielewski e Savage (2016) descobriram que os países da ALC têm sistemas educacionais altamente segregados e que a segregação tem aumentado ao longo do tempo. Este índice combina em uma única medida o maior nível de escolaridade dos pais e situação ocupacional, e bens domésticos (livros, computadores e o quarto do aluno).

A segregação é calculada usando um índice da teoria da informação de ordem de classificação (o índice de entropia de ordem de classificação [HR]). A figura B1.4.1 apresenta os países no PISA 2012 classificados do mais alto para o mais baixo na segregação entre escolas. Dos 16 países mais segregados, 9 estão na América Latina. Chile, Peru, México e Panamá tiveram os níveis mais altos de segregação socioeconômica entre escolas na região em 2012, com o HR igual ou acima de 0,30. Costa Rica, Brasil, Colômbia, Uruguai e Argentina exibiram níveis de segregação ligeiramente mais baixos, mas ainda relativamente altos, com o HR entre 0,20 e 0,30. Para efeito de comparação, o HR calculado para os Estados Unidos foi de 0,17.

Figura C1.4.1: Os países latino-americanos têm sistemas educativos altamente segregados

Segregação nas escolas por situação socioeconômica, 2012



Fonte: Chmielewski e Savage 2016; dados do PISA 2012 (Programa Internacional para Avaliação de Estudantes) (painel), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, Paris, <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/>.

Observação: Para o Panamá, os dados do PISA são de 2009.

O estudo também descobriu que, no Brasil, Chile, Costa Rica, Panamá e Uruguai, os alunos que frequentavam escolas de alto nível socioeconômico eram mais segregados do que os alunos de escolas de baixo nível socioeconômico. Na Argentina, Colômbia, México e Peru, os alunos com situação socioeconômica alta e baixa eram segregados de forma aproximadamente igual. Os países com uma fração mais elevada de alunos nas escolas com modelo de escolha, em oposição às escolas com admissões baseadas na residência, tiveram níveis significativamente mais elevados de segregação.

O acesso a serviços de utilidade pública ainda não está garantido a todas as pessoas

Nos serviços de utilidade pública, a história é semelhante: melhoria geral no acesso entre todos, mas grandes lacunas entre os grupos de renda, com maiores lacunas no acesso a serviços de utilidade mais avançados (como a internet) em comparação com serviços de utilidade mais básicos (como eletricidade, água e saneamento).

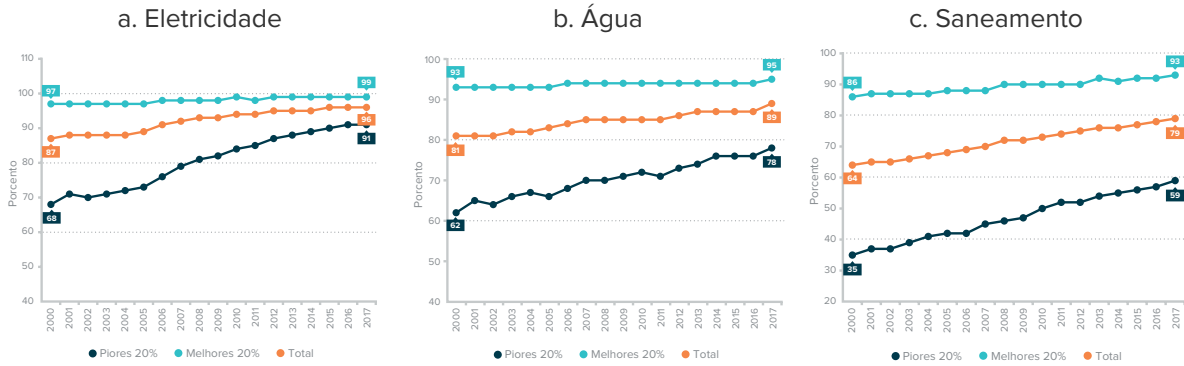
Serviços básicos. Houve uma redução substancial nas lacunas no acesso à eletricidade, água potável e, em menor grau, saneamento desde 2000, com mudanças em todos os casos impulsionadas pelos ganhos das famílias 20% mais pobres (figura 1.9). O progresso na cobertura de eletricidade tem sido significativo. Os países conseguiram estender o acesso a quase todos os pobres. No entanto, entre os 20% mais pobres, cerca de 10% das famílias ainda não têm eletricidade, 20% não têm acesso a água potável e 40% não têm acesso a saneamento. As dificuldades em chegar aos ainda não cobertos estão, na maioria dos países, associadas à localização geográfica. A presença desigual do governo, particularmente nas áreas rurais mais remotas, implica que ainda existem famílias que não têm uma forma de acesso a alguns ou todos os serviços essenciais e devem encontrar uma maneira de fornecer para si mesmos.

Acesso a uma conexão com internet em casa. Nem todas as pesquisas domiciliares nacionais incluem uma pergunta para medir a cobertura da internet. A figura 1.10 usa os dados disponíveis em 11 países para mostrar as lacunas no acesso entre grupos de renda.⁸ Embora quase três quartos do quintil mais rico tenham uma conexão com a internet em casa, a parcela correspondente do quintil mais pobre é inferior a um terço. Além disso, menos da metade de todas as famílias tinha internet em casa em

⁸ Os países são Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

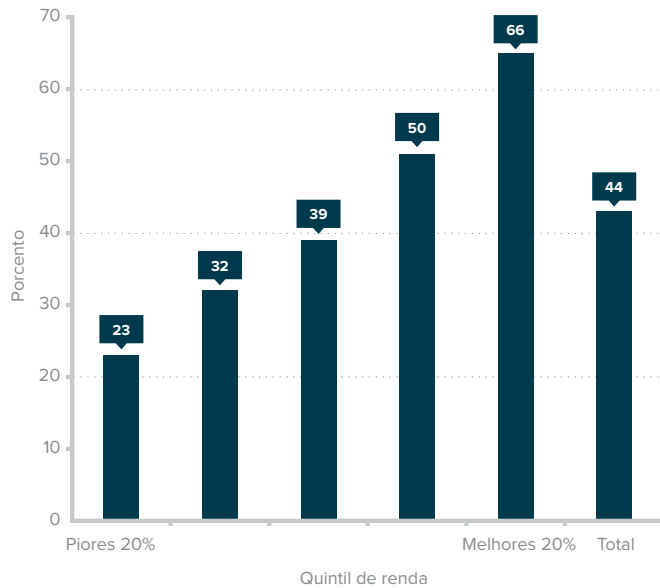
2019. As conexões de internet residenciais ainda são limitadas principalmente a residências urbanas.

Figura 1.9: As lacunas no acesso a serviços de utilidade pública foram sendo reduzidas
Cobertura de serviço, por grupo de renda, 2000–2017



Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Banco Mundial, Washington, DC, <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.

Figura 1.10: As lacunas de acesso à internet continuam gritantes
Conexão de internet em casa em 2019



Fonte: Cálculos do PNUD; pesquisas domiciliares nacionais em 11 países da ALC.

A internet pode ser um tipo de serviço mais avançado, mas é essencial para o mundo de hoje. A pandemia de Covid-19 apenas tornou isso mais evidente, à medida que as pessoas dependem cada vez mais de serviços digitais para atender às suas necessidades diárias de aprendizagem remota, trabalho, serviços bancários, saúde e socialização. As grandes disparidades na região no acesso à internet e nas ferramentas para usá-la estão impedindo milhões de pessoas de alcançar níveis mais elevados de bem-estar.

Para as mulheres, o campo de jogo ainda não está nivelado

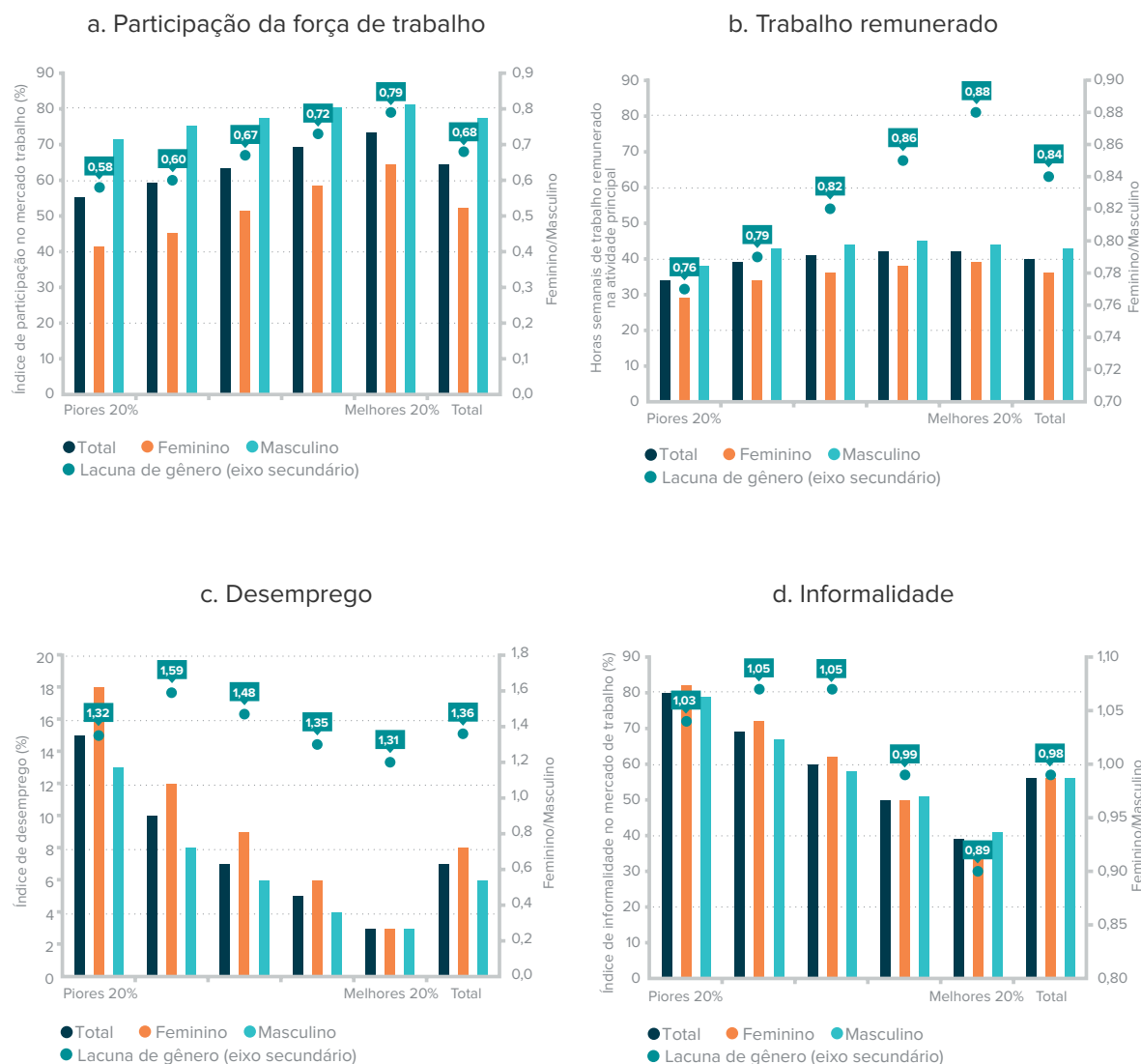
As mulheres enfrentam dificuldades maiores do que os homens em várias dimensões das suas vidas. As lacunas de gênero no mercado de trabalho com origem em vieses inconscientes de gênero estão entre as principais fontes de desigualdade de gênero.⁹ As mulheres participam menos do que os homens na força de trabalho e, quando participam, trabalham menos horas pagas do que os homens. Elas também têm índices de desemprego mais altos do que os homens. As disparidades de gênero estão diminuindo na renda familiar. As mulheres mais pobres enfrentam as piores desigualdades (figura 1.11). A participação na força de trabalho é, em média, 32% menor entre as mulheres do que entre os homens, mas entre as mulheres 20% mais pobres, é 42% menor. Da mesma forma, em média, as mulheres dedicam 16% menos horas por semana do que os homens ao trabalho remunerado, mas as mulheres 20% mais pobres dedicam 24% menos horas do que os homens. As lacunas de gênero na participação da força de trabalho e no trabalho remunerado — lacunas de gênero na oferta de trabalho — são talvez as mais prejudiciais porque se traduzem em dependência econômica.

Nem todas as pesquisas domiciliares nacionais oferecem dados que permitem medir as horas gastas em trabalho não remunerado. O outro lado da moeda é que, embora as mulheres trabalhem menos horas remuneradas do que os homens, elas despendem muito mais tempo do que os homens por semana em tarefas não reconhecidas como trabalho e pelas quais elas não recebem qualquer remuneração, a saber, tarefas domésticas e atividades de cuidado. A caixa 1.5 mostra que as disparidades de gênero no trabalho não remunerado são enormes e diminuem na renda porque as mulheres na cauda superior da distribuição de renda dedicam menos tempo ao trabalho não remunerado do que os seus pares na cauda inferior. No entanto, os homens ao longo da distribuição de renda são semelhantes no tempo que dedicam por semana às suas casas e famílias, refletindo que as mulheres predominantemente realizam o trabalho doméstico e de cuidados. Não surpreendentemente, o número

⁹ Para exemplos da literatura que explora esses preconceitos, ver Shapiro e Williams (2012); Cheryan, Master e Meltzoff (2015); Heilman, Manzi e Braun (2015).

de crianças menores de seis anos na casa afeta a oferta de trabalho das mulheres muito mais do que a oferta de trabalho dos homens.

Figura 1.11: As mulheres mais pobres enfrentam as maiores desigualdades no mercado de trabalho
Lacunas de gênero no mercado de trabalho, por grupo de renda, 2019



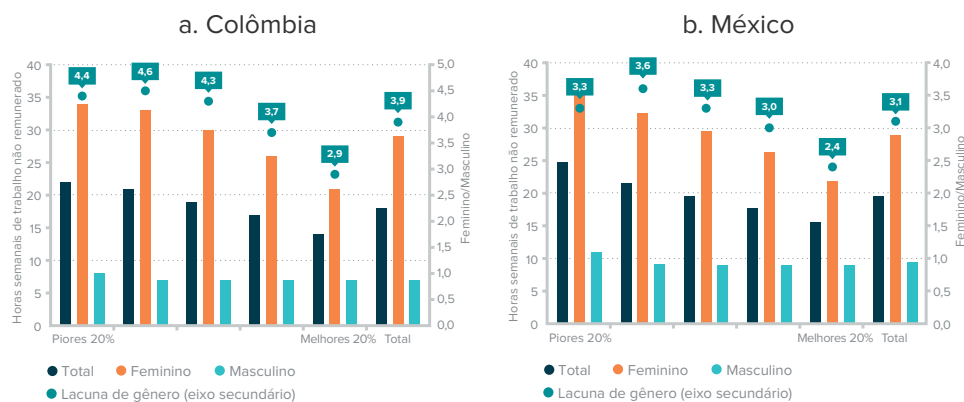
Fonte: Cálculos do PNUD; pesquisas domiciliares nacionais, 15 países; 12 países para a informalidade.
 Observação: O ano é 2017 para o Chile e 2018 para o México. População em idade ativa restrita a 15 anos ou mais.

Caixa 1.5: As mulheres na ALC suportam o fardo do trabalho doméstico e responsabilidades de cuidados

Pesquisas domiciliares nacionais na Colômbia e no México perguntam às pessoas entrevistadas sobre o tempo que dedicam ao trabalho não remunerado doméstico e de cuidado. Em média, na Colômbia, as mulheres dedicam 3,9 horas ao trabalho não remunerado por semana para cada hora dedicada pelos homens. A proporção de mulheres para homens de horas de trabalho não remuneradas é maior para as mulheres na cauda inferior da distribuição de renda e diminui com a renda, talvez porque as mulheres de famílias mais ricas podem pagar para contratar ajuda remunerada (figura B1.5.1, painel a). As taxas no México são ligeiramente mais baixas, mas contam a mesma história (figura B1.5.1, painel b).

Figura C1.5.1: As mulheres dedicam de três a quatro vezes mais do que os homens a trabalho não remunerado por semana

Lacunas de gênero no trabalho não remunerado



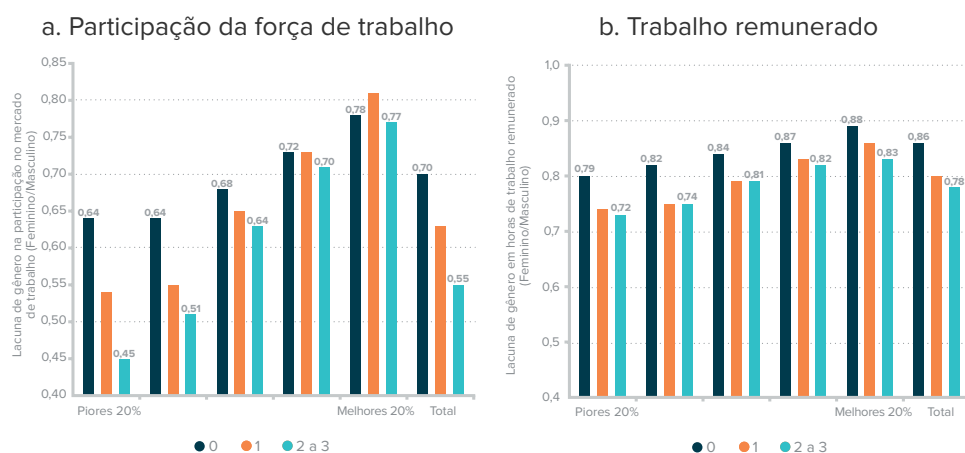
Fonte: Cálculos do PNUD; dados da ENIGH 2018 (Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares) (painel), Instituto Nacional de Estadística y Geografía, Aguascalientes, México, <https://www.inegi.org.mx/programas/enigh/nc/>; dados de GEIH 2019 (Gran Encuesta Integrada de Hogares) (painel), Archivo Nacional de Datos, Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Bogotá, <http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/599/study-description>.

A presença de crianças menores de seis anos no domicílio parece ser um fator determinante na oferta de trabalho das mulheres da ALC, mas particularmente entre as mulheres 40% mais pobres. As lacunas nas horas de trabalho

remunerado também estão aumentando com o número de filhos (figura B1.5.2). Esse é um dos motivos pelos quais o acesso a serviços de atendimento de qualidade é fundamental e deve ser uma prioridade política.

Figura C1.5.2: As lacunas de gênero na oferta de trabalho aumentam com o número de filhos no domicílio

Lacunas de gênero na participação no trabalho e no tempo de trabalho remunerado por crianças menores de 6 anos no domicílio, ALC 2019



Fonte: Cálculos do PNUD; pesquisas domiciliares nacionais em 15 países.
Observação: O ano de dados para o Chile é 2017 e para o México, 2018.

As disparidades de gênero na oferta de trabalho têm diminuído. Houve progresso e as mulheres atualmente participam do mercado de trabalho muito mais do que há três décadas.¹⁰ Como região, entretanto, a ALC ainda está longe de onde deveria estar. Além da dependência econômica e do aumento da exposição à violência doméstica que a acompanha (ver capítulo 4), a baixa participação feminina na força de trabalho e menos horas de trabalho remunerado implicam em um enorme desperdício de capital humano que é caro para a sociedade.

As disparidades de gênero no desemprego são as maiores de todas. O índice de desemprego entre as mulheres é, em média, 36% superior à taxa correspondente entre os homens. No entanto, as lacunas mais amplas não são aquelas entre os 20% mais pobres, mas aquelas entre os segundos 20%, e as lacunas diminuem com a renda depois disso (ver figura 1.11, painel c).

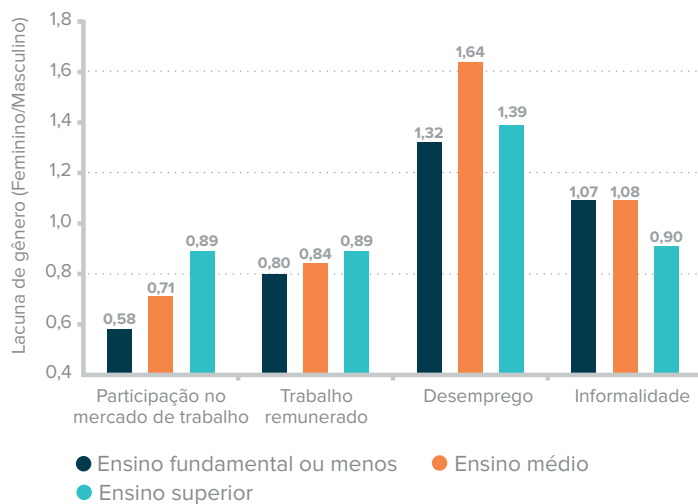
¹⁰ Ver Gasparini e Cruces (2021).

As disparidades de gênero no trabalho informal são as menos relevantes entre as disparidades de gênero no mercado de trabalho. Não porque a informalidade não seja relevante, mas sim porque é um fenômeno tão difundido na região que ultrapassa a divisão de gênero (capítulo 5). A figura 1.11, painel d, mostra que a disparidade de gênero é pequena e, em média, favorece as mulheres. Também mostra que a história muda ao longo da distribuição de renda. As mulheres entre as 60 piores posições são, em média, um pouco mais informais do que os homens. Mais importante, entretanto, mostra que, na informalidade, as diferenças entre os grupos de renda são mais relevantes do que as diferenças de gênero. Convidamos o leitor interessado em explorar a informalidade do trabalho a ler mais sobre ela no capítulo 5.

A figura 1.12 mostra as disparidades de gênero no mercado de trabalho por nível de escolaridade. As disparidades de gênero na participação da força de trabalho diminuem com a educação e são muito menores entre as mulheres que concluíram o ensino superior. As lacunas nas horas de trabalho remunerado também diminuem com a educação, embora não tanto quanto a participação da força de trabalho, e a formalidade aumenta. A disparidade de gênero no desemprego, em contraste, é maior entre os indivíduos com ensino médio e maior entre quem tem ensino superior do que entre as pessoas menos instruídas.

Figura 1.12: Exceto no desemprego, as lacunas de gênero no mercado de trabalho são piores para as pessoas menos escolarizadas

Lacunas de gênero no mercado de trabalho por nível de escolaridade, ALC 2019



Fonte: Cálculos do PNUD; pesquisas domiciliares nacionais em 15 países.

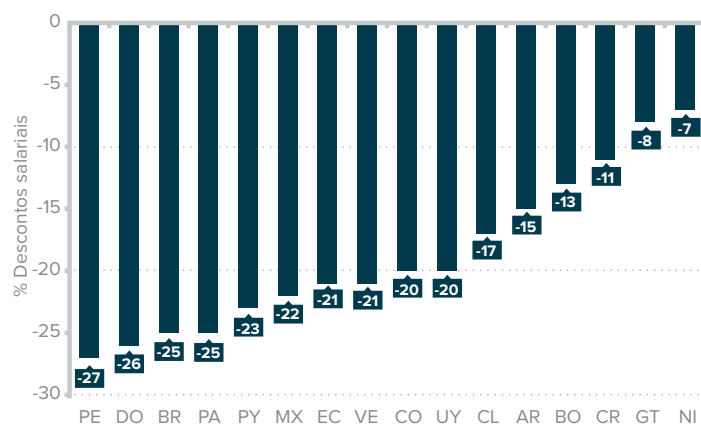
Observação: Os dados do Chile são do ano 2017 e os do México são 2018. O indicador de informalidade cobre 12 países.

A desigualdade de gênero também é evidente nos salários. A figura 1.13 apresenta medidas dos descontos salariais para mulheres na América Latina em 2018, obtidos em uma regressão após controlar por características observáveis diferentes do

gênero.¹¹ Descontos salariais são estatisticamente indistinguíveis de zero em El Salvador e Honduras (não mostrados), mas são significativos em alguns casos. Por exemplo, no Brasil, República Dominicana, Panamá e Peru, uma mulher com as mesmas características observáveis de um homem ganha um salário por hora cerca de 25% menor.

Figura 1.13: As mulheres ganham menos do que os homens com as mesmas características observáveis

Percentual de descontos salariais



Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Bando Mundial, Washington, DC, <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.

Pessoas LGBT+ enfrentam discriminação em possivelmente todos os aspectos das suas vidas

Além do sexo, outros fatores como a orientação sexual ou identidade de gênero de um indivíduo podem torná-las alvo de discriminação, violência e exclusão. Pessoas LGBT+ no mundo todo enfrentam altos níveis de discriminação, embora a extensão varie de país para país. As evidências indicam que homens gays enfrentam discriminação em processos de seleção no mercado de trabalho e no mercado de aluguel.¹² As taxas de matrícula no ensino fundamental são mais baixas entre os “meninos femininos” por causa da discriminação.¹³ Quando os pais procuram escolas, a taxa de retorno é 50% mais alta para casais heterossexuais do que para casais do mesmo sexo.¹⁴ A atração

¹¹ A variável dependente nas regressões é o logaritmo do salário por hora. A figura 1.13 mostra as reduções percentuais nos salários por hora atribuíveis a uma variável indicadora de gênero. Cada regressão controla por características observáveis presentes nas pesquisas domiciliares.

¹² Ahmed e Hammarstedt (2009); Patacchini, Ragusa e Zenou (2012).

¹³ Koehler, Harley e Menzies (2018).

¹⁴ Diaz-Serrano e Meix-Llop (2016).

pelo mesmo sexo ou sexualidade na adolescência está associada a uma menor probabilidade de conclusão do ensino médio.¹⁵ Da mesma forma, as estimativas da OCDE sugerem que mulheres trans têm 24% menos probabilidade do que pessoas não LGBTQ+ de estar empregadas, que os seus rendimentos do trabalho são 11% mais baixos e que nenhuma delas ocupa um cargo de alta gestão.¹⁶ Nos Estados Unidos, 70% dos alunos LGBTQ+ sofreram assédio na escola em 2018, 31% foram punidos por demonstrações públicas de afeto permitidas entre alunos não LGBTQ+ e 42% dos alunos transgêneros não tinham permissão para usar o seu nome ou pronome de preferência¹⁷.

Até que ponto isso afeta as pessoas LGBTQ+ na ALC é atualmente difícil de medir, porque pesquisas oficiais e estatísticas demográficas geralmente deixam de lado perguntas destinadas a identificar essa comunidade, e a maioria das evidências é anedótica. As pessoas LGBTQ+ são de diferentes raças, gêneros e classes, e a sua diversidade leva a inúmeras formas e intensidades de discriminação e violência. A falta de coleta de dados se traduz em nenhuma política voltada para pessoas LGBTQ+, políticas desinformadas ou o incumprimento de políticas informadas.

As pessoas LGBTQ+ ainda enfrentam barreiras legais formais em alguns países da região em áreas como casamento ou acesso a algum tipo de assistência médica. No entanto, em todos os países, a discriminação informal continua a limitar as pessoas LGBTQ+ de acesso igualitário a oportunidades de educação, trabalho e habitação. Por exemplo, no Brasil, 45% de pessoas transexuais entrevistadas não concluíram o ensino fundamental por causa da discriminação.¹⁸ E, na Colômbia, a proporção de pessoas trans que têm emprego formal e uma situação de trabalho favorável é de cerca de 5%, ficando bem abaixo da média nacional de cerca de 40%.¹⁹ Em uma pesquisa recente no Peru, quase metade das pessoas entrevistadas afirmou que a população LGBTQ+ era o grupo que mais enfrentava discriminação no país.²⁰ Além disso, muitas pessoas LGBTQ+ na região vivem sob a ameaça violência e assédio (ver capítulo 4).

¹⁵ Pearson e Wilkinson (2017).

¹⁶ OCDE (2019).

¹⁷ Kosciw et al. (2018).

¹⁸ Mountian (2014).

¹⁹ Cárdenas, Ñopo e Castañeda (2014).

²⁰ Ipsos e Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (2019).

A discriminação contra as pessoas LGBT+ não é apenas errada, mas também pode aumentar a pobreza e impedir a acumulação de capital humano e, portanto, indiretamente, a produtividade e o crescimento. Se o talento é distribuído indiscriminadamente no nascimento, as sociedades desiguais estão desperdiçando o talento de uma parte relevante da sociedade ao marginalizar as pessoas LGBT+. Um estudo recente descobriu que entre 20% e 40% do crescimento econômico nos Estados Unidos entre 1960 e 2010 é explicado pela inclusão de mulheres e afro-americanos no mercado de trabalho.²¹ Medir o tamanho da população LGBT+ é difícil, mas as estimativas sugerem que entre 11% e 19% das pessoas se consideram parte dela.²² Embora não existam estudos desse tipo na região, é claro que os países não reduzirão a desigualdade e impulsionarão o crescimento econômico sem erradicar a marginalização da sua população LGBT+.

As minorias étnicas e raciais não são reconhecidas como agentes econômicos e políticos ativos

Os indígenas e negros representam cerca de 25% da população total da região, embora estejam desigualmente distribuídos entre os países (mapa 1.2).²³ Os povos indígenas têm uma presença relativa maior nos países andinos e na América Central e constituem cerca de metade da população da Bolívia, Guatemala e Nicarágua, mas a sua participação no Cone Sul estendido está bem abaixo de 5% (exceto no Chile, onde é de 13%). Em contraste, as comunidades negras são predominantemente estabelecidas no nordeste da América do Sul e no Caribe e constituem a maioria em Antígua e Barbuda, Barbados, Dominica, Granada, Haiti e Jamaica. De uma perspectiva regional, as minorias étnico-raciais representam uma parcela maior da população nos países mais pobres.

Um grande desafio para o desenvolvimento inclusivo na ALC, em toda a região, são as deficiências em reconhecer as minorias étnico-raciais como agentes econômicos e políticos ativos e erradicar as injustiças estruturais que historicamente relegaram essas minorias às margens da sociedade. A segregação sistemática de indígenas e negros é o legado duradouro das relações de poder exploradoras estabelecidas durante o domínio colonial e a escravidão, que sobreviveram às reformas legais para eliminá-las.²⁴ Apesar do crescente reconhecimento das autoridades tradicionais, jurisdições autônomas e direitos de associação e representação política, movimentos políticos indígenas e negros permanecem à margem do poder.²⁵ À luz das violações

²¹ Hsieh et al. (2019).

²² Stephens-Davidowitz (2013); Coffman, Coffman e Ericson (2017).

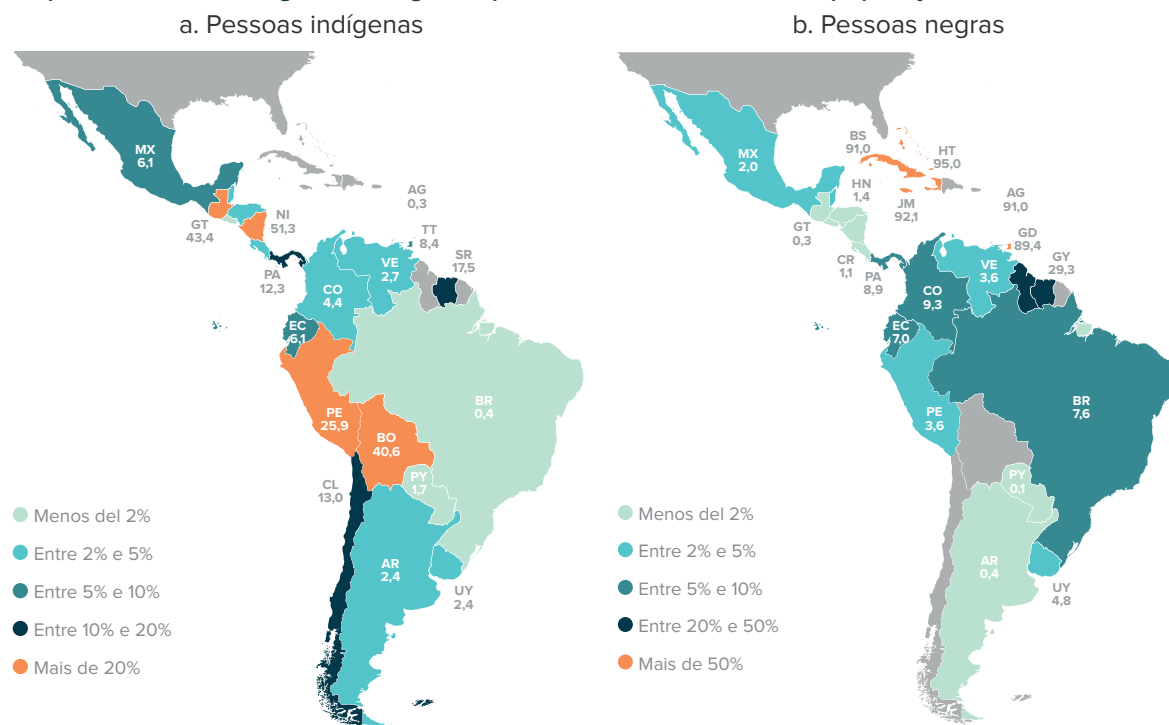
²³ CEPAL (2016).

²⁴ de Ferranti et al. (2004).

²⁵ PNUD (2016b).

sustentadas dos direitos dessas pessoas à diferença, identidade, território, autodeterminação e autonomia, o engajamento de aproximadamente um quarto da população total da região com caminhos de desenvolvimento que não deixam ninguém para trás foram notavelmente obstruídos.

Mapa 1.2: Pessoas indígenas e negras representam cerca de 25% da população total da ALC



Consequentemente, essas populações ainda carecem das oportunidades que outras pessoas desfrutam. Na verdade, elas costumam abundar entre os mais pobres da região, experimentam maior vulnerabilidade econômica e exposição a crises, apresentam níveis mais baixos de acesso à educação e escolaridade e geralmente habitam as áreas mais pobres e institucionalmente subdesenvolvidas.²⁶ Essas desvantagens são especialmente profundas entre as mulheres indígenas e negras. Elas geralmente não são tão bem cobertas por sistemas de proteção social e tendem a receber benefícios de aposentadoria mais baixos ou nenhum benefício.²⁷ No Caribe, as minorias estão envolvidas em contextos de violência, expansão das indústrias extrativas e acesso inadequado a instituições de justiça criminal. Meninas e mulheres correm um risco particular de serem vítimas de exploração sexual, tráfico

²⁶ PNUD (2012),(2016b).

²⁷ UN DESA (2018).

de pessoas e agressão.²⁸ Na América Latina, o PNUD determinou anteriormente que ser negro ou indígena no Brasil, Equador e Guatemala está associado a uma menor probabilidade de escapar à pobreza de renda.²⁹ Além disso, as populações indígenas e negras na região há muito estão sujeitas à invisibilidade estatística.³⁰ Embora a formulação de políticas tenha superado progressivamente a cegueira étnica, é, na melhor das hipóteses, míope quanto à demografia, bem-estar e necessidades específicas desses grupos.³¹

A invisibilidade estatística, junto com a heterogeneidade na sua situação legal, autorreconhecimento e grau de assimilação, tem obstruído diagnósticos precisos sobre as condições de vida dessas pessoas. Um dos desafios que os formuladores de políticas enfrentam na identificação dos grupos relevantes são as deficiências nos instrumentos de autoidentificação usados em censos e pesquisas. O projeto PERLA mostrou que a tonalidade da pele é um melhor preditor de resultados socioeconômicos na América Latina do que as categorias convencionais de preto, branco e mestiço usadas em outras latitudes.³² O Banco Mundial estima que, em 2010, a América Latina era o lar de cerca de 42 milhões de indígenas pertencentes a 780 grupos étnicos diversos, representando 8% da população.³³ As mesmas estimativas sugerem que 14% das pessoas que vivem na pobreza e 17% das pessoas que vivem na pobreza extrema são indígenas.

Ao contrário da crença popular, um pouco menos da metade da população indígena da América Latina reside em áreas urbanas. Embora a urbanização tenha sido acompanhada por melhorias entre essas pessoas no acesso aos serviços públicos e na escolaridade em relação às suas contrapartes rurais, os moradores das cidades indígenas ainda enfrentam exclusão e vulnerabilidade. Cerca de 36% vivem em condições insalubres ou inseguras, em comparação com 20% das suas contrapartes não indígenas.³⁴

A população indígena da região obteve ganhos significativos no acesso à educação. No entanto, a probabilidade de completar o ensino fundamental e médio é ainda menor e as disparidades de gênero na educação continuam a ser maiores entre eles do que entre a população não indígena. Eles têm menos acesso a empregos estáveis e altamente qualificados do que a população não indígena e são mais propensos a trabalhar informalmente com previdência social precária.³⁵ Eles também ganham

²⁸ PNUD (2012).

²⁹ PNUD (2016b).

³⁰ CEPAL (2016).

³¹ de Ferranti et al. (2004).

³² Telles (2014). Ver também PERLA (Project on Ethnicity and Race in Latin America) (painel) Universidade de Princeton, Princeton, NJ, <https://perla.princeton.edu/>.

³³ Banco Mundial (2015).

³⁴ Banco Mundial (2015).

³⁵ Banco Mundial (2015).

27% menos, em média, do que os seus colegas não indígenas com as mesmas qualificações.³⁶ Aqueles que permaneceram nas áreas rurais estão constantemente expostos a riscos de extração de combustível fóssil, mineração, insegurança alimentar, degradação ambiental devido às mudanças climáticas e violência por grupos ilegais.³⁷ Os indígenas rurais hoje ocupam cerca de um quarto das terras com alto valor ecológico devido à diversidade cultural e biológica.³⁸ Algum progresso foi feito no reconhecimento legal da ocupação ancestral dessas terras, especialmente depois de reconhecer a contribuição dessas pessoas para a redução do desmatamento em alguns casos, mas as atividades extrativas continuam a representar uma ameaça.³⁹ O esgotamento do capital natural para extrair novos recursos, portanto, ameaça colocar os direitos dessas comunidades e a diversidade cultural e biológica que eles estão protegendo em perigo.

A América Latina abriga cerca de 134 milhões de negros, representando 21% da população, que também passam por adversidades significativas.⁴⁰ Em cinco (de seis) países latino-americanos com dados disponíveis em 2018, a pobreza e a pobreza extrema eram mais prevalentes entre os negros, afetando principalmente os residentes em áreas rurais e o sexo feminino. As pessoas negras sofrem as privações mais graves na prestação de serviços públicos e nas condições básicas de vida e também são mais vulneráveis à mortalidade infantil e materna, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e outras aflições de saúde que sugerem dificuldades devastadoras nas suas comunidades durante a pandemia de Covid-19.⁴¹ Assim como para a população indígena, os avanços no acesso à educação e na escolaridade dos negros da região não proporcionaram melhores condições no mercado de trabalho. As pessoas negras continuam recebendo remuneração mais baixa e enfrentam desemprego, precariedade e insegurança no trabalho comparativamente mais altos.⁴² Por exemplo, a proporção de mulheres negras precariamente empregadas como trabalhadoras domésticas é duas vezes maior que a de mulheres não negras.⁴³

O tratamento desigual, a discriminação, a violência e a estigmatização a que os povos negros e indígenas da ALC estão sujeitos exigem políticas que nivelem o campo de jogo entre os diversos cidadãos, em vez de políticas que visem apenas atenuar as diferenças materiais.⁴⁴ Os governos e outras organizações devem melhorar o instrumentos de autorrelato da categoria étnica com que cada pessoa se

³⁶ Busso e Messina (2020).

³⁷ CEPAL (2014); PNUD (2016a).

³⁸ Cárdenas (2020).

³⁹ Vélez et al. (2020).

⁴⁰ CEPAL e UNFPA (2020).

⁴¹ CEPAL e UNFPA (2020).

⁴² CEPAL e UNFPA (2020).

⁴³ CEPAL e UNFPA (2020).

⁴⁴ PNUD (2016b).

identifica, além de campanhas de combate ao estigma contra grupos historicamente discriminados que podem reduzir a autoidentificação entre eles.

Uma questão mais séria, subjacente à lacuna profundamente enraizada entre as minorias étnico-raciais e o resto da população da ALC, é que as medições e interpretações contemporâneas do bem-estar econômico e do desenvolvimento ainda precisam incorporar dimensões culturalmente sensíveis que podem estar em uma encruzilhada com paradigmas ocidentais. Essa falha em reconhecer os processos históricos de discriminação em questão traça uma barreira entre os números e a realidade.⁴⁵ Dentro das políticas que visam oferecer educação, oportunidades produtivas e saúde para negros e indígenas, pode haver situações conflitantes implícitas. Essas situações conflitantes incluem questões complexas como perda de linguagem e tradições, posse de terra comprometida, recursos naturais e serviços ecossistêmicos e conflitos com práticas medicinais ancestrais, para citar alguns. Mas, ao não conceder aos negros e indígenas uma voz política incisiva para amplificar o que aspiram e o que está em jogo para eles no caminho para o progresso, horizontes de desenvolvimento promissores correm o risco de falhar na transformação positiva das suas vidas.

1.4. A desigualdade é transmitida através das gerações

Uma característica trágica da desigualdade na região é a extensão em que ela é transmitida através das gerações, com os filhos herdando as vantagens e desvantagens dos pais e o seu lugar na sociedade. Os indicadores de mobilidade educacional intergeracional são uma ferramenta comum para medir a persistência da desigualdade entre as gerações (caixa 1.6). Eles capturam a relação entre o nível de escolaridade dos pais e dos filhos. Uma forte relação intergeracional indica que a chance de atingir um alto nível de escolaridade (e bem-estar) é amplamente determinada pelas vantagens no nascimento. Uma associação fraca indica que todos, independentemente de família e recursos, têm uma chance semelhante de alcançar um alto nível de educação.

⁴⁵ Banco Mundial (2015); Correa (2019).

Caixa 1.6: Mobilidade educacional e a transmissão da desigualdade entre gerações

A mobilidade pode ser examinada por meio de várias medidas de bem-estar que estão muitas vezes, mas nem sempre, intimamente relacionadas. A mobilidade educacional é particularmente informativa, não apenas porque a educação é um importante impulsionador do desenvolvimento humano, mas também porque o nível de escolaridade tem as seguintes características:

- É o principal preditor de rendimentos nas sociedades contemporâneas, sobretudo na América Latina, onde os retornos à escolaridade são maiores do que na Europa ou nos Estados Unidos.^a
- É um preditor de uma série de resultados não pecuniários, incluindo saúde, longevidade, fertilidade, casamento e parentalidade, crime e participação política.^b
- Desempenha um papel central na mobilidade intergeracional como o principal veículo tanto para a persistência econômica quanto para a mobilidade entre as gerações.^c Isso ocorre porque os pais favorecidos podem pagar mais e melhor educação para seus filhos, o que se traduz em ganhos mais elevados, e porque a educação facilita a mobilidade (a maior parte da variância no nível de escolaridade entre os indivíduos não depende das origens sociais).

Do ponto de vista prático, as medidas de escolaridade são preferidas às medidas relacionadas à renda porque são invariáveis no tempo na idade adulta, enquanto a renda é mais volátil e pode variar amplamente ao longo do ciclo de vida. Além disso, as informações retrospectivas sobre o nível de escolaridade dos pais são mais confiáveis, visto que geralmente não são percebidas como confidenciais pelos entrevistados; portanto, está associado a boa lembrança, recusa e propriedades de confiabilidade.

A mobilidade educacional pode ser estudada observando as mudanças no nível de escolaridade ao longo das gerações que são impulsionadas por expansões no sistema educacional que beneficiam as coortes subsequentes (mobilidade absoluta), ou comparando a escolaridade dos pais e dos seus filhos para avaliar quanto da escolaridade dos filhos a realização é explicada por condições fora do seu controle (mobilidade relativa).

a Torche (2014); Psacharopoulos e Patrinos (2018).

b Omariba (2006); Cutler e Lleras-Muney (2008); Lochner (2011); Oreopoulos e Salvanes (2011).

c Hout e DiPrete (2006).

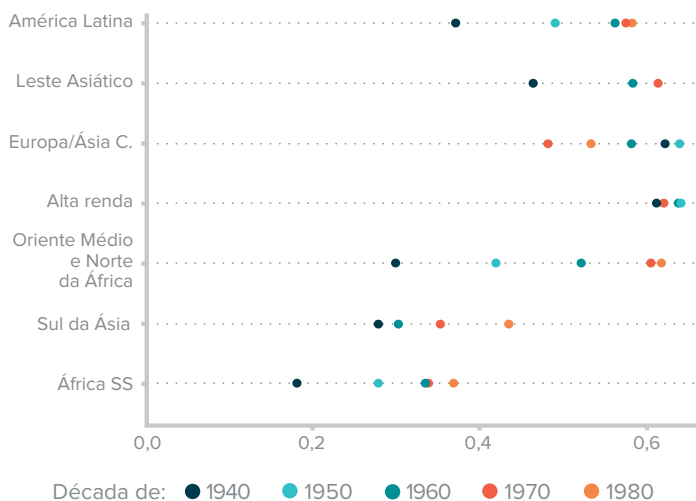
O papel da expansão educacional

Durante o século 20, a proporção de crianças cujo nível de escolaridade durante a idade adulta foi acima do nível máximo alcançado pelos pais cresceu substancialmente em todo o mundo. Essa expansão proporcionou um estímulo importante para a mobilidade educacional absoluta vivenciada pelos indivíduos, que se refletiu no aumento generalizado da média de anos de escolaridade. Ao longo de um período de quatro décadas, o acesso à educação formal na América Latina se expandiu muito, com a média de anos de escolaridade entre os adultos subindo de 5,7 anos em 1940 a 9,9 anos em 1980. No entanto, os níveis agregados de escolaridade ainda são consideravelmente mais baixos na América Latina do que em países de alta renda.

A mobilidade absoluta pode ser decomposta na parcela de coortes de crianças que alcançaram maior escolaridade em relação às coortes dos seus pais (mobilidade ascendente) e a parcela de coortes de crianças com menor escolaridade em relação às coortes dos seus pais (mobilidade descendente).⁴⁶ A figura 1.14 mostra tendências na mobilidade ascendente absoluta entre coortes de nascimento, de coortes na década de 1940 a coortes na década de 1980. As melhorias na América Latina são particularmente perceptíveis no início, das décadas de 1940 a 1960, mas tornam-se menos pronunciadas a partir de então.

Figura 1.14: ALC: grandes ganhos em mobilidade educacional entre as coortes dos anos 1940-1960; pouca mudança desde então

Mobilidade absoluta em anos de educação entre coortes das décadas de 1940 a 1980, regiões do mundo



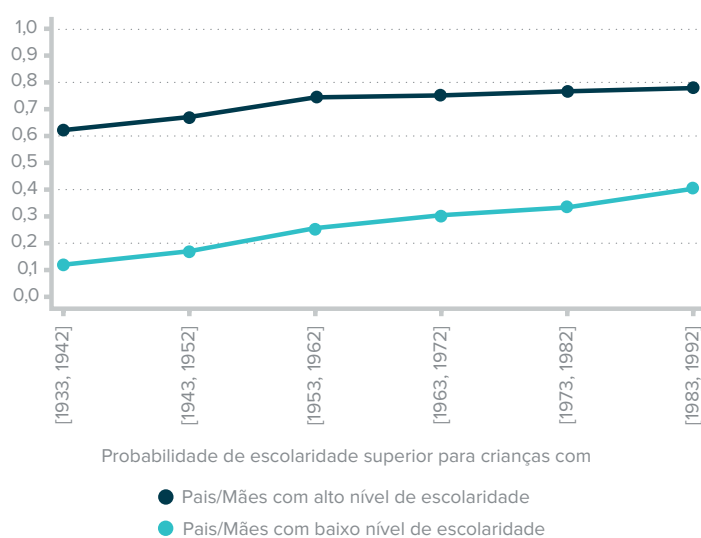
Fonte: Torche 2021, Documento de Base da RDHR PNUD ALC 2021, com base em dados de GDIM (Base de Dados Global sobre Mobilidade Intergeneracional) (painel), Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento, Banco Mundial, Washington D.C., <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/what-is-the-global-database-on-intergenerational-mobility-gdim>.

⁴⁶ A escolaridade dos pais e dos seus filhos adultos é o número total de anos de escolaridade. A educação dos pais é o nível máximo de educação alcançado por qualquer um dos pais.

A mudança inicial da América Latina na mobilidade educacional ascendente é excepcional, comparável apenas com as mudanças experimentadas no Oriente Médio e no Norte da África e no Leste Asiático. No entanto, não há virtualmente nenhuma melhora na América Latina ou na região do Oriente Médio e Norte da África entre a coorte mais recente, que nasceu na década de 1980. Essa estagnação é especialmente preocupante, considerando o nível de escolaridade relativamente baixo que prevalece na região.

Usando a conclusão do ensino médio como referência, a figura 1.15 mostra que a desigualdade na educação diminuiu. Entre as coortes mais velhas, a probabilidade de concluir o ensino médio era quase cinco vezes maior entre as crianças favorecidas do que entre as crianças desfavorecidas, enquanto, entre a coorte mais jovem, era menos de duas vezes maior. Em média, a probabilidade de que crianças desfavorecidas concluam o ensino médio aumentou quase 30 pontos percentuais na América Latina. Há heterogeneidade na mobilidade entre os países. Na Guatemala, Honduras e Nicarágua, as oportunidades educacionais das famílias desfavorecidas não aumentaram e a probabilidade de as crianças de famílias com menos escolaridade concluírem o ensino médio é inferior a 20%. Em comparação, na Argentina, Brasil, Equador, México, Peru e Venezuela, a probabilidade era inferior a 20% entre a coorte mais velha (1933-1942), enquanto, entre a coorte mais jovem (1983-1992), era superior a 50%. O progresso na escolaridade foi acompanhado por uma vantagem emergente de gênero entre as coortes recentes (caixa 1.7).

Figura 1.15: A probabilidade de que crianças desfavorecidas concluam o ensino médio aumentou na LA



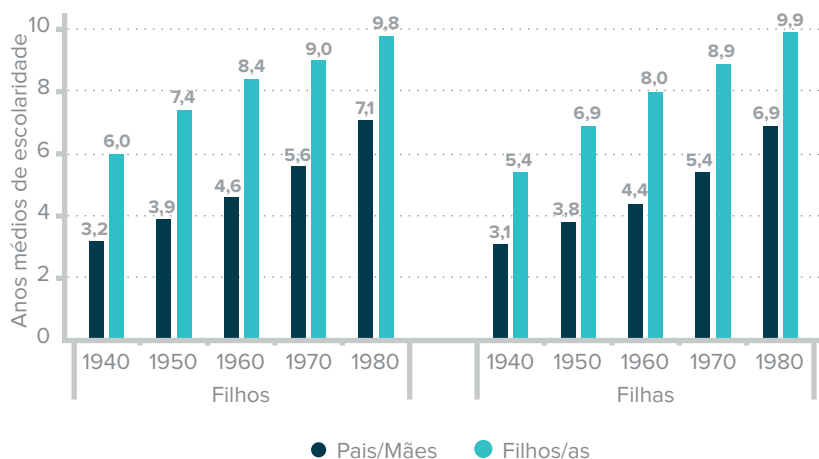
Fonte: Neidhöfer 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; dados sobre 18 países em Latinobarómetro (painel), Corporación Latinobarómetro, Santiago, Chile, <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

Caixa 1.7: (Des)Igualdades de gênero na mobilidade educacional

A educação na ALC se tornou amplamente uma história de igualdade de gênero, em vez de desigualdade. A figura B1.7.1 mostra que homens e mulheres alcançaram escolaridade em índices comparáveis na América Latina. As mulheres tinham uma pequena desvantagem entre as coortes anteriores, mas alcançaram a paridade na década de 1970 e ultrapassaram os homens na década de 1980. A substancial paridade de gênero e uma vantagem emergente de gênero em coortes recentes não é surpreendente. A pesquisa documentou o fechamento da lacuna de gênero na América Latina em níveis iniciais de educação já na década de 1980 e a mudança em direção à vantagem das mulheres desde então. Uma análise detalhada por país mostra uma heterogeneidade substancial entre os países, no entanto. A Bolívia mostra uma lacuna persistente favorecendo os homens em todas as coortes e o Brasil apresenta uma vantagem crescente entre as mulheres já entre as coortes dos anos 1940.

Figura C1.7.1: Homens e mulheres ganharam escolaridade em índices comparáveis

Expansão educacional entre coortes de nascimento, por sexo, América Latina, anos 1940-1980



Fonte: Torche 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021, com base em dados de GDIM (Base de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional) (painel), Grupo de Pesquisa sobre o Desenvolvimento, Banco Mundial, Washington D.C., <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/what-is-the-global-database-on-intergenerational-mobility-gdim>.

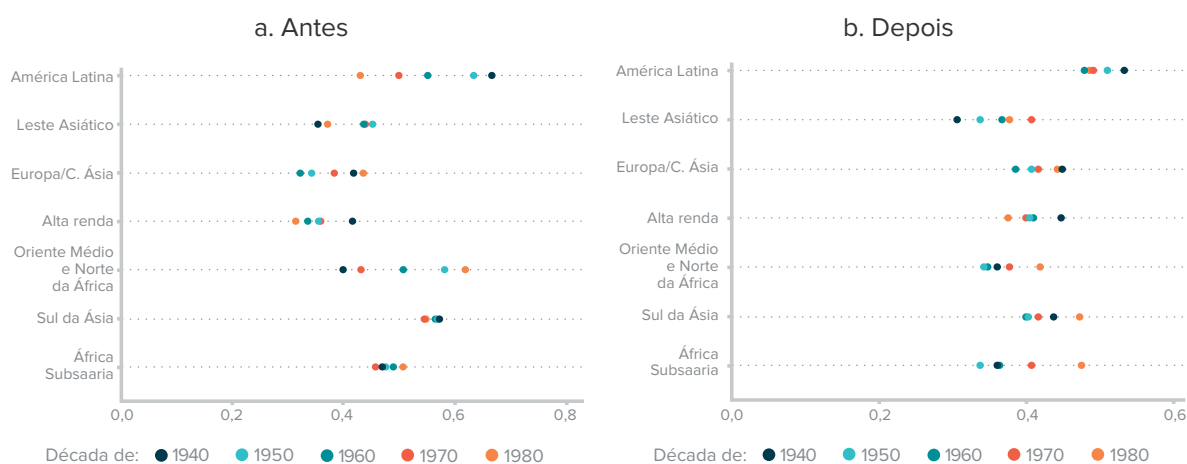
^a Grant e Behrman (2010).

A educação dos pais ainda prevê o sucesso educacional das crianças na idade adulta

A mobilidade absoluta captura o progresso agregado através das gerações que é impulsionado pela expansão educacional geral e por quaisquer mudanças na relação intergeracional. A mobilidade relativa envolve a análise da rede de associações intergeracionais de escolaridade de mudanças na distribuição da educação entre as gerações. A figura 1.16 apresenta os resultados da mobilidade educacional intergeracional relativa na América Latina e em outras regiões do mundo durante o século passado. Mostra a mudança média em anos de escolaridade associada a um aumento de um ano na educação dos pais antes e depois de controlar pela expansão educacional.

Figura 1.16: A educação dos pais prevê o sucesso educacional das crianças na idade adulta

Mobilidade relativa entre as coortes dos anos 1940-1980, antes e depois de controlar a expansão educacional



Fonte: Torche 2021, Documento de Base da RDHR PNUD ALC 2021, com base em dados de GDIM (Base de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional) (painel), Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento, Banco Mundial, Washington D.C., <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/what-is-the-global-database-on-intergenerational-mobility-gdim>.

A América Latina começou como a região menos móvel do mundo, com uma alta correlação intergeracional de 0,67 entre a coorte da década de 1940, mas a associação intergeracional na escolaridade entre pais e filhos diminuiu monotonicamente entre as coortes para apenas 0,43 entre a coorte da década de 1980 (figura 1.16, painel a). Isso significa que, para cada ano adicional de educação dos pais, a escolaridade das crianças deve aumentar em 0,43 anos. O nível médio de mobilidade relativa da região, portanto, aproximou-se da média mundial de 0,41. Os maiores aumentos na mobilidade ocorreram no Brasil, El Salvador, México e Venezuela, sugerindo que é aqui que as crianças são cada vez menos dependentes da escolaridade dos seus pais. Enquanto isso, Guatemala, Honduras e Nicarágua estão entre os piores desempenhos. Uma advertência importante é que o declínio na persistência intergeracional na educação é, em grande medida, o resultado da expansão educacional. De fato, o aumento da

mobilidade relativa na América Latina é muito menor se controlarmos essa expansão. Quando considerada a expansão educacional, a correlação intergeracional cai de 0,54 na coorte da década de 1940 para apenas 0,50 na coorte da década de 1980, confirmando uma relação de maior interdependência entre a educação dos pais e dos filhos. Por esse padrão, a América Latina é a região menos móvel do mundo (figura 1.16, painel b).

Essas descobertas sugerem que expandir o sistema educacional ajuda a reduzir a desigualdade na educação, mas não pode completar a tarefa sozinho. Apesar da expansão, os latino-americanos ainda enfrentam barreiras para subir na escala social, potencialmente devido a uma oportunidade limitada de superar as desvantagens na educação repassadas pelos pais. Dois fatos apontam nessa direção. Em primeiro lugar, a expansão educacional resultou em menos seletividade nos níveis absolutos de escolaridade ao longo do tempo. Por exemplo, um diploma de ensino médio costumava indicar alto nível de escolaridade, mas, conforme a educação se expandiu, o diploma está se tornando cada vez mais comum. Em segundo lugar, a qualidade e o tipo de escolaridade recebida aumentaram de importância. Há evidências, por exemplo, de que a nova oferta de ensino superior é de qualidade inferior.⁴⁷ A segregação público-privada na educação na América Latina pode constituir uma força poderosa por trás da estagnação da mobilidade, mesmo em contextos em que um limiar relativamente alto de escolaridade se tornou universal.

A mobilidade não é apenas uma questão que envolve o nível de escolaridade dos filhos em relação aos pais. É também sobre as crianças atingirem um nível de escolaridade que resulta em uma classificação mais elevada entre os pares da coorte, em comparação com a classificação correspondente alcançada pelos pais. Embora as oportunidades educacionais das crianças desfavorecidas sejam maiores, em média, a persistência das famílias no topo da distribuição é tal que nenhuma mudança na classificação do nível de escolaridade ocorreu.

As tendências futuras na realização educacional pós-secundária serão grandemente afetadas por esses padrões de persistência intergeracional, uma vez que os jovens que crescem em famílias ricas podem ter acesso desproporcional às universidades mais prestigiosas e podem privilegiar os campos de estudo mais lucrativos.⁴⁸ Além disso, se os aumentos na escolaridade não se traduzem em empregos de melhor remuneração entre os jovens de famílias mais pobres, esses jovens podem abster-se de buscar o ensino médio ou superior.

⁴⁷ Camacho, Messina e Uribe (2017).

⁴⁸ Gerber e Cheung (2008).

A alta persistência da região e a baixa mobilidade não são limitadas à educação. Infelizmente, os dados para documentá-lo em áreas como ocupação e renda são escassos. Dito isso, os dados do Brasil e do México sugerem que a persistência ocupacional intergeracional é maior nesses países do que nos Estados Unidos.⁴⁹ E os dados mostram que a mobilidade de renda é comparativamente baixa na Argentina, Brasil, Chile e Peru do ponto de vista internacional.⁵⁰ Juntos, esses fatores são parte da armadilha porque baixa mobilidade ocupacional e de renda pode desencorajar a mobilidade educacional, reforçando a noção de baixos retornos sobre investimentos em capital humano, enquanto altos níveis de escolaridade podem continuar determinando conquistas em ocupações mais bem pagas e rendas mais altas.

1.5. Uma região de crescimento lento

Em média, o crescimento na ALC é instável e lento

A história de desigualdade da ALC está associada a uma história de baixo desempenho econômico, caracterizado por alta volatilidade e breves períodos de crescimento rápido. Esse déficit de crescimento é a chave para traçar um quadro completo da armadilha da ALC.

Nas últimas décadas, o crescimento da produção per capita na ALC tem sido notavelmente instável. A figura 1.17 mostra o crescimento anual real do PIB per capita entre 1962 e 2017 em 16 países nos quais dados completos estão disponíveis.⁵¹ Essa instabilidade se mantém mesmo depois de filtrar as flutuações do ciclo de negócios calculando as médias de sete anos: o crescimento nesse período oscila entre 0% e 3% ao ano.⁵² O crescimento parece ter sido razoavelmente forte durante a década de 1960, mas vacilou no final dos anos 1970 e entrou em colapso durante a crise da dívida dos anos 1980. O crescimento se recuperou após 1990 e acelerou durante os anos 2000, mas reduziu fortemente o ritmo de progresso durante os anos de 2010.⁵³

⁴⁹ Torche (2021).

⁵⁰ Corak (2013).

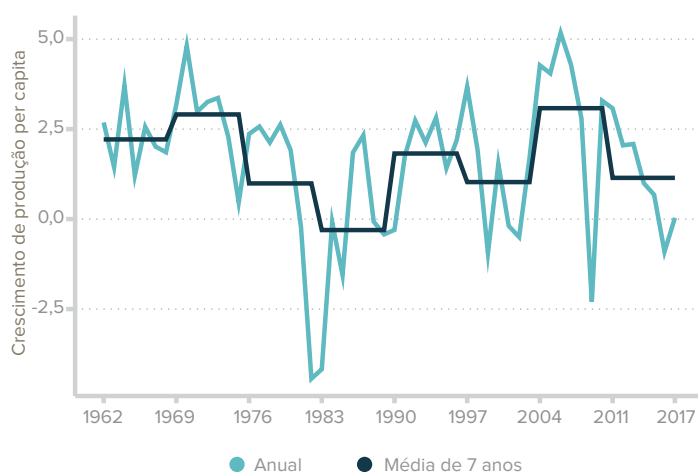
⁵¹ Ver detalhes em Fernández Arias e Fernández-Arias (2021). Os países da ALC são Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Jamaica, México, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Um painel equilibrado foi considerado negligenciando os países da ALC com séries temporais mais curtas para as variáveis relevantes para permitir uma análise estatística simples e robusta.

⁵² As taxas médias de crescimento anual são calculadas ao longo de períodos de sete anos (1962-1968, 1969-1975, 1976-1982, 1983-1989, 1990-1996, 1997-2003, 2004-2010 e 2011-2017). Essa periodização tem a vantagem de conformar um painel equilibrado de quatro períodos em torno do ano 1990, que muitas vezes é considerado fundamental, dando início a uma nova era de reformas de mercado e prudência macroeconômica na região após a crise da dívida.

⁵³ Os padrões de crescimento representados na figura 1.17 também podem ser observados ao se considerar a mediana do país da ALC.

Figura 1.17: O crescimento na ALC tem sido altamente volátil

Dinâmica do crescimento histórico do produto per capita da ALC, país médio, 1962-2017, %



Fonte: Fernández-Arias e Fernández-Arias 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados de Penn World Table (base de dados versão 9.1), Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen, Faculdade de Economia e Negócio, Universidade de Groningen, Groningen, Países Baixos, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/pwt-releases/pwt9.1>.

A figura 1.17 captura um quadro geral, mas há uma heterogeneidade importante no desempenho e no tempo entre os países. Chile, Colômbia e, até certo ponto, Uruguai, parecem ter escapado do colapso do crescimento durante a crise da dívida dos anos 1980. Outros países foram significativamente afetados pelo colapso, mas o momento variou. Na Costa Rica e na Jamaica, a crise se materializou um pouco mais cedo e, em Barbados e no Brasil, veio depois.

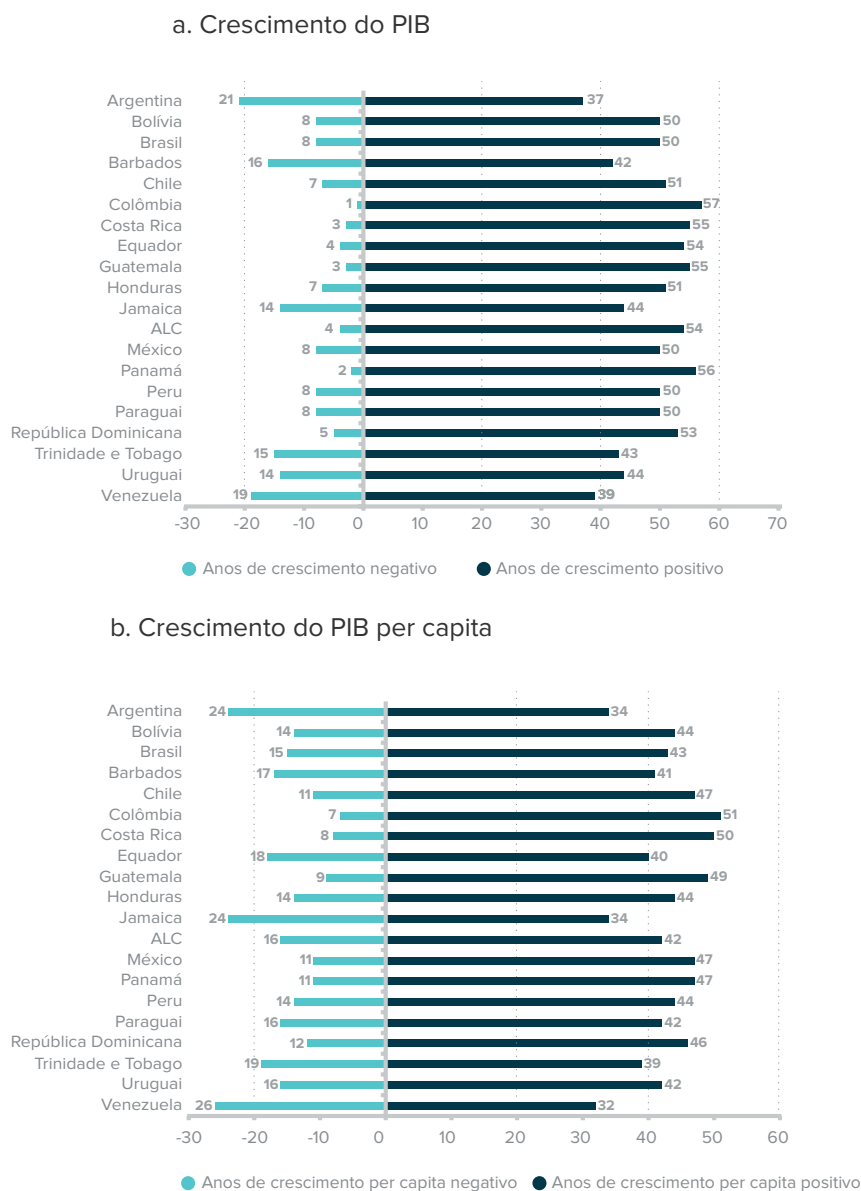
A instabilidade do crescimento está associada a muitos fatores, incluindo volatilidade nos preços internacionais de commodities primárias e condições financeiras internacionais, mas também mudanças nas políticas fiscais e monetárias domésticas. Esses fatores afetam os países de forma diferente. Os aumentos do preço do petróleo, por exemplo, são claramente boas notícias para Equador, Trinidad e Tobago e Venezuela, mas não tão boas para Honduras e Jamaica. Da mesma forma, um aumento nos preços dos metais beneficia o Chile e o Peru, mas pouco faz pela Guatemala ou pelo Paraguai. A exposição a choques financeiros mundiais também varia entre os países, dependendo do nível, prazo e composição da moeda da dívida externa. E as respostas domésticas à volatilidade internacional também têm sido heterogêneas, atenuando a volatilidade em alguns casos, mas, em outros, ampliando-a. Mas seja qual for a combinação de causas (e com exceções importantes), o desempenho de crescimento da região está longe de ser satisfatório.

Outra maneira de olhar para a volatilidade do crescimento na ALC é contrastar o número de anos de crescimento econômico positivo e negativo (figura 1.18). Uma vez que o crescimento populacional é considerado (painel b), fica claro por que, em geral, a região teve um desempenho inferior. É difícil atingir níveis elevados de renda per capita se o que é avançado em alguns anos é retrocedido em outros. O

crescimento não só tem sido frequentemente negativo, mas também mais lento do que o necessário para acompanhar a expansão demográfica. Como consequência, o crescimento do PIB per capita tem sido negativo com ainda mais frequência do que o crescimento do PIB.

Figura 1.18: Muitas vezes negativo, o crescimento tem sido mais lento do que o necessário para acompanhar a expansão demográfica

Número de anos com crescimento negativo e positivo, 1962-2019



Fonte: Cálculos do PNUD; Penn World Table (base de dados versão 10.0), Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen, Faculdade de Economia e Negócios, Universidade de Groningen, Groningen, Países Baixos, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/>; ALC acrescentam: IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.

O baixo crescimento é resultado de baixa produtividade e baixa dinâmica de produtividade

Ignorando a volatilidade, por que o crescimento é tão lento? Para responder a esta pergunta, esta seção apresenta um exercício de contabilidade, decompondo o crescimento do PIB na contribuição da acumulação de fatores de produção (incluindo capital físico e humano) e a contribuição da produtividade total dos fatores (PTF).⁵⁴ Como é habitual em exercícios desta natureza, a PTF é obtida como um resíduo medindo o componente do produto que não pode ser explicado pela contribuição direta da acumulação dos fatores.

As melhorias de produtividade refletem avanços relacionados à tecnologia não incorporados ao capital humano ou físico. No entanto, o uso da tecnologia no nível da empresa não é o único determinante da PTF. Em particular, o nível de PTF agregada também reflete a eficiência geral com a qual os fatores de produção são alocados em toda a economia. Implementação sub-ótima de bens públicos e distorções econômicas que não são tratadas com sucesso por políticas públicas (ou realmente causadas por elas) podem levar a uma má alocação de fatores de produção em toda a economia, o que resultaria em uma baixa PTF agregada, mesmo se algumas empresas individuais tivessem um bom desempenho. Na verdade, a baixa produtividade está normalmente associada à má alocação de recursos agregados, em vez de considerações específicas de tecnologia restritas.

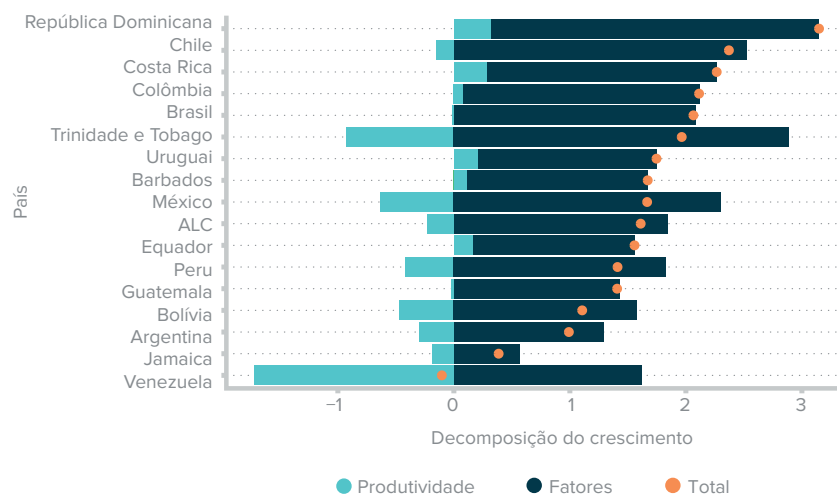
A tabela 1.2 apresenta os resultados para a região. Como pode ser visto, o crescimento da PTF deu uma contribuição nula e até negativa para o crescimento da produção de longo prazo na ALC. A acumulação de fatores, ao contrário, tem consistentemente dado uma contribuição positiva, praticamente inalterada antes e depois de 1990. O papel dominante da acumulação de fatores também pode ser observado em cada um dos 16 países considerados (figura 1.19). Mesmo nos países nos quais o crescimento da produtividade deu uma contribuição positiva de longo prazo, a contribuição do acúmulo de fatores foi maior.

⁵⁴ As decomposições contábeis de fontes de crescimento são descritivas por natureza e não informativas sobre causalidade. Para focar a análise no crescimento da produtividade, a contribuição para o crescimento do produto (per capita) da acumulação de todos os fatores de produção é agrupada. Isso inclui a acumulação de capital físico per capita por meio do investimento líquido, assim como o crescimento do capital humano per capita, tanto dos aumentos na participação da força de trabalho quanto das melhorias nas qualificações produtivas médias da força de trabalho.

Tabela 1.2: Crescimento da produtividade: uma contribuição nula ou ligeiramente negativa para o crescimento da produção de longo prazo na ALC*Decomposição do crescimento da produção per capita, 1968-2017*

Fim do período	Produtividade	Fatores	Total
1968	1,05	1,16	2,21
1975	0,24	2,67	2,91
1982	-1,72	2,71	0,99
1989	-1,07	0,76	-0,31
1996	0,54	1,29	1,82
2003	-0,77	1,8	1,03
2010	0,77	2,31	3,08
2017	-0,87	2,01	1,15
Médias			
Média antes de 1990	-0,37	1,83	1,45
Média depois de 1990	-0,08	1,85	1,77
Média geral	-0,23	1,84	1,61

Fonte: Fernández-Arias e Fernández-Arias 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados de Penn World Table (base de dados versão 9.1), Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen, Faculdade de Economia e Negócio, Universidade de Groningen, Groningen, Países Baixos, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/pwt-releases/pwt9.1>.

Figura 1.19: Acumulação de fatores: um papel dominante no crescimento da produção de longo prazo em todos os 16 países estudados*Decomposição do crescimento da produção per capita, ALC, 1962-2017, anualizado, %*

Fonte: Fernández-Arias e Fernández-Arias 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados de Penn World Table (base de dados versão 9.1), Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen, Faculdade de Economia e Negócio, Universidade de Groningen, Groningen, Países Baixos, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/pwt-releases/pwt9.1>.

A tabela 1.2 também sugere que, nos períodos em que o desempenho da ALC é particularmente alto ou baixo, o mesmo ocorre com o crescimento da produtividade. Na verdade, a correlação entre o crescimento do PIB per capita e o crescimento da produtividade é de 0,78, enquanto a correlação do crescimento com a acumulação de fatores é de apenas 0,48. Os resultados são semelhantes se as mudanças nos índices de crescimento forem consideradas. Portanto, a conclusão é que o principal fator para o baixo crescimento na região tem sido o baixo crescimento da produtividade.⁵⁵

O crescimento da América Latina tem um mau desempenho em uma perspectiva comparativa

O baixo desempenho em relação a um benchmark é útil para avaliar o desempenho insatisfatório e compreender os motivadores. Esta seção analisa o desempenho do crescimento da ALC em relação a quatro benchmarks: 55 países não pertencentes à ALC, 4 tigres do Leste Asiático, 14 países africanos e os Estados Unidos.⁵⁶ O déficit da ALC no crescimento anual per capita é quase um ponto percentual completo em relação ao resto do mundo (tabela 1.3). O crescimento da produção per capita da ALC está apenas marginalmente acima do da África e muito abaixo dos tigres do Leste Asiático. A ALC também cresceu mais lentamente que os Estados Unidos, indicando falta de convergência para a fronteira de produtividade. O resultado final dessas comparações pode ser resumido da seguinte forma: se a ALC tivesse crescido entre 1962-2017 à taxa média dos países não pertencentes à ALC, o seu PIB per capita atual seria cerca de 50% mais alto.

Sobre o papel específico da produtividade, os quatro benchmarks mostram consistentemente que, de modo geral, a ALC tem uma queda substancial no crescimento da produtividade e que o progresso desde 1990 não foi impressionante. A lacuna de produtividade diminuiu apenas marginalmente em relação aos Estados Unidos e permaneceu estável em relação à África, e o progresso observado em relação aos tigres do Leste Asiático pode ser atribuído à própria desaceleração após uma aceleração excepcional, em vez de ao melhor desempenho na ALC. Em todos os quatro benchmarks, o déficit de crescimento da produtividade no período encerrado em 2017 aumentou em relação ao anterior e é maior do que o déficit médio após 1990.

⁵⁵ Isso está em conformidade com as evidências internacionais descobertas por Easterly e Levine (2001).

⁵⁶ Ver Fernández-Arias e Fernández-Arias (2021) para detalhes sobre a amostra. O país médio de cada região é a média simples do agrupamento regional.

Tabela 1.3: Crescimento anual per capita: O déficit da ALC com o resto do mundo é de quase um ponto percentual*Decomposição do crescimento do produto per capita da ALC, lacuna em relação a vários parâmetros de referência, 1968–2017*

Fim do período	Tigres do Leste Asiático não pertencentes à ALC			África			Tigres da Ásia Oriental			EUA		
	Produtividade	Fatores	Total	Produtividade	Fatores	Total	Produtividade	Fatores	Total	Produtividade	Fatores	Total
1968	-0,33	-0,73	-1,05	0,79	0,09	0,88	-1,00	-2,14	-3,14	-0,26	-1,40	-1,66
1975	-0,50	0,04	-0,45	-0,43	1,08	0,65	-1,21	-2,89	-4,10	0,40	1,11	1,51
1982	-1,59	0,04	-1,55	-0,31	0,25	-0,07	-2,89	-2,85	-5,75	-1,55	0,81	-0,74
1989	-1,35	-0,90	-2,25	-0,40	0,53	0,13	-3,73	-3,22	-6,95	-2,43	-1,23	-3,66
1996	0,17	-0,32	-0,15	1,02	0,52	1,53	-0,59	-3,10	-3,68	-0,12	0,37	0,25
2003	-1,34	0,19	-1,15	-1,48	1,03	-0,46	-0,76	-0,72	-1,48	-1,84	0,67	-1,17
2010	0,45	0,36	0,81	0,59	-0,22	0,37	-0,92	-0,23	-1,15	0,21	2,09	2,30
2017	-1,17	0,34	-0,83	-0,47	-0,55	-1,02	-1,04	-0,11	-1,15	-1,28	1,06	-0,23
Médias												
Média antes de 1990	-0,94	-0,39	-1,33	-0,09	0,49	0,40	-2,21	-2,77	-4,98	-0,96	-0,18	-1,14
Média depois de 1990	-0,47	0,14	-0,33	-0,09	0,19	0,11	-0,83	-1,04	-1,87	-0,76	1,05	0,29
Média geral	-0,71	-0,12	-0,83	-0,09	0,34	0,25	-1,52	-1,91	-3,43	-0,86	0,44	-0,42

Fonte: Fernández-Arias e Fernández-Arias 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados de Penn World Table (base de dados versão 9.1), Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen, Faculdade de Economia e Negócio, Universidade de Groningen, Groningen, Países Baixos, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/pwt-releases/pwt9.1>.

Observação: A tabela mostra os hiatos de crescimento anual entre a ALC e cada um dos quatro benchmarks, ou seja, as taxas de crescimento da ALC mostradas na tabela 1.2, menos as taxas de crescimento correspondentes do benchmark. As lacunas negativas são deficiências.

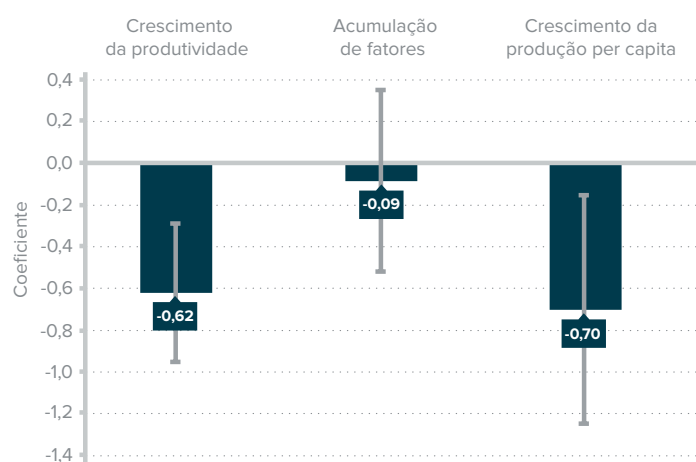
Em contraste, a contribuição da acumulação de fatores para o crescimento na ALC não parece ser inferior. No geral, está à frente em relação à África e cerca de meio ponto percentual acima dos Estados Unidos (atrasa-se apenas em relação aos tigres do Leste Asiático, como esperado). Essa conclusão é reforçada pelo desempenho da ALC após 1990, que foi melhor do que o desempenho da média dos países não pertencentes à ALC. Na verdade, a acumulação de fatores se fortaleceu consideravelmente depois de 1990 com relação ao mundo, aos tigres do Leste Asiático e aos Estados Unidos.

O quadro que emerge é que o crescimento do produto per capita na ALC foi sustentado pela contribuição saudável da acumulação de fatores, mas prejudicado pelo crescimento da produtividade abaixo da média. Com uma taxa de crescimento da produtividade semelhante à mundial, a ALC teria um maior crescimento da produção per capita e convergiria firmemente com a produção per capita dos EUA.

Uma análise de regressão que permite controlar pelo estágio de desenvolvimento do país confirma que o déficit de crescimento do produto per capita da ALC é essencialmente causado por um crescimento anormalmente baixo da produtividade (figura 1.20). O déficit geral do crescimento da produção per capita em relação ao mundo fora da ALC é de 0,7 pontos percentuais ao ano. O déficit de crescimento da produtividade é o componente predominante, chegando a cerca de 90% desse déficit de crescimento geral.

Figura 1.20: Queda do crescimento da produtividade: o principal componente da queda do crescimento da produção per capita da ALC

Lacuna de crescimento da ALC: benchmark não ALC



Fonte: Fernández-Arias e Fernández-Arias 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados de Penn World Table (base de dados versão 9.1), Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen, Faculdade de Economia e Negócio, Universidade de Groningen, Groningen, Países Baixos, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/pwt-releases/pwt9.1>.

Estudos comparativos anteriores também concluíram que a baixa produtividade é a principal culpada pelo PIB per capita decepcionantemente baixo da ALC (caixa 1.8).

Caixa 1.8: A evidência da análise comparativa de desenvolvimento

A literatura que analisa o papel da produtividade no desempenho da ALC de uma perspectiva comparativa examina os estoques de fatores de produção (capital físico e humano) e a eficiência com que são utilizados para explicar o nível de produção per capita. Para responder à pergunta se o baixo produto é causado por baixo capital ou baixa produtividade, a literatura olha para as correspondentes lacunas de produto, capital e produtividade em relação aos

benchmarks. Como o estoque de capital e o nível de produtividade com o qual ele é utilizado são resultado das adições líquidas ao capital e mudanças na produtividade ao longo do tempo, os resultados desta literatura estão intimamente relacionados aos da contabilidade do crescimento durante longos períodos de tempo, como segue:

- A produtividade da ALC é apenas cerca de 50% da dos Estados Unidos (considerados o país líder) e o déficit tem aumentado com o tempo. A má alocação de recursos que diminui a PTF é um candidato natural para explicar esta descoberta.
- O hiato do produto per capita da ALC com os Estados Unidos está cada vez mais sendo explicado pelo hiato de produtividade (e não pelo hiato nos estoques de fatores de produção).
- A diversidade da produção per capita por país em todo o mundo é acompanhada por uma diversidade correspondente nos níveis de produtividade. A correlação entre os dois é de 0,95. A ALC não é exceção: a correlação entre os países da ALC é de 0,80.
- Apesar das distorções nos mercados e nas políticas subjacentes à acumulação de fatores, se o hiato de produtividade da região fosse fechado, o hiato do produto per capita da região desapareceria em grande parte ao longo do tempo por causa dos incentivos correspondentemente aprimorados para investir.
- No entanto, no que diz respeito à direção reversa da causalidade da acumulação de fatores para a produtividade, o investimento em capital físico parece ser menos eficaz na ALC do que em outras regiões para promover uma produtividade agregada mais alta. Isso sugere que o investimento na ALC tem efeitos colaterais menores de produtividade, provavelmente porque o capital está mal alocado.

Todas essas são evidências que apoiam a ideia de que o desempenho inferior do crescimento da ALC não está associado ao esforço de acumulação, mas ao fracasso em gerar crescimento de produtividade.

1.6. O efeito da pandemia de Covid-19 é mais caro devido às desigualdades pré-existentes

O mundo será um antes e um depois da pandemia de Covid-19. Em meados de 2021, já há uma luz no fim do túnel, pois as vacinas começaram a ser disponibilizadas, em ritmos diferentes, nos países da ALC. Ainda há, no entanto, incerteza sobre a eficácia das vacinas em resposta às mutações do vírus, por isso, infelizmente, não é

possível afirmar quando a pandemia terminará e, portanto, não é possível medir os seus efeitos completos. Mas, independentemente dos números finais, dois pontos gerais podem ser feitos com certeza. Primeiro, a pandemia resultará em aumento da desigualdade em muitas das dimensões discutidas neste capítulo. Em segundo lugar, o custo na região será muito grande.

As pesquisas domiciliares nacionais para 2020 ainda não estão disponíveis para a maioria dos países. As estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), das Nações Unidas, sugerem que 22 milhões de pessoas caíram na pobreza em 2020.⁵⁷ Passar por esses tempos difíceis tem sido mais difícil para os países mais pobres, especialmente para os grupos pobres e vulneráveis em todo o mundo. Ao tornar mais difícil o enfrentamento da crise da Covid-19, os níveis e formas de desigualdade que têm sido permitidos na ALC levarão a ainda mais desigualdade e ao aumento das lacunas de desenvolvimento entre os grupos de renda nos próximos anos. Também retardarão a recuperação em comparação com o que poderia ter sido possível em sociedades mais bem organizadas.

Explorar em detalhes os efeitos da pandemia e as suas ramificações não é o objetivo deste relatório, mas a ideia central do relatório, de que a região está presa em uma armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento, está diretamente relacionada. A recuperação em direção a um futuro melhor depende crucialmente de abordar os fatores que aprisionaram a região, limitando a sua capacidade de responder quando mais necessário.

Esta seção analisa alguns dos custos da pandemia que estão associados às desigualdades pré-existentes.

Muitos perderam a sua fonte de renda

O mundo vive uma crise econômica provocada pelas medidas adotadas para conter uma crise de saúde. Isso é uma fonte de esperança na medida em que, se o tecido produtivo não for substancialmente danificado, o fim da crise de saúde deve ser seguido por uma recuperação econômica relativamente rápida. Nesse ínterim, no entanto, medidas de distanciamento social, incluindo lockdowns, prejudicaram particularmente os trabalhadores. Entre eles, as pessoas mais pobres e mais vulneráveis foram as mais prejudicadas.

A região da ALC tem uma grande parcela de trabalhadores autônomos e uma grande parcela de empregados e autônomos que estão envolvidos em acordos de trabalho informal que não oferecem proteção contra o desemprego (ver capítulo 5). Isso colocou muitos trabalhadores em uma posição vulnerável para enfrentar a pandemia.

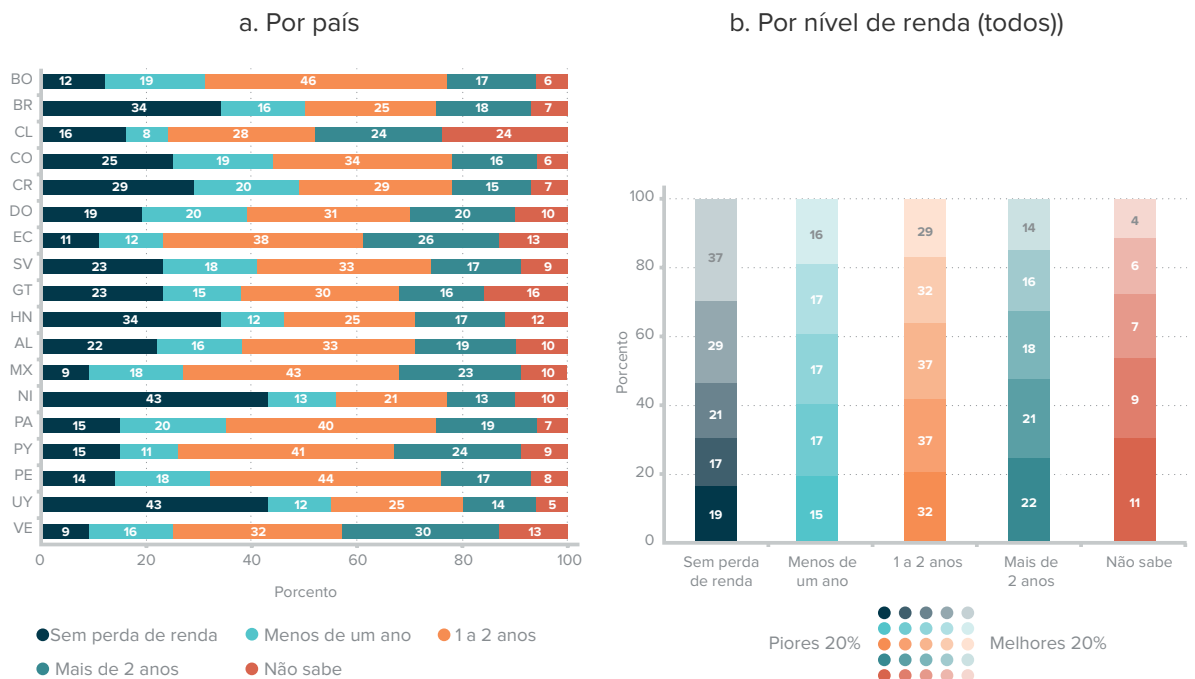
⁵⁷ CEPAL (2021).

A maioria dos autônomos está entre os mais pobres e as suas atividades de trabalho não podem ser realizadas em casa. Isso também é verdade para a maioria dos trabalhadores informais.

A pesquisa do Latinobarómetro 2020 incluiu perguntas para capturar as percepções das pessoas sobre o choque de renda associado à Covid-19. As pessoas entrevistadas foram consultadas se haviam perdido renda durante a pandemia e, em caso afirmativo, quanto tempo esperavam que levaria para se recuperar (figura 1.21). Apenas 22% dos entrevistados, em média, disseram não ter visto nenhuma perda de renda em 2020, mas há uma variação substancial entre os países (painel a). Na Nicarágua e no Uruguai, 43% dos entrevistados disseram não ter sofrido nenhuma perda de renda. No México e na Venezuela, a participação correspondente foi de 9%. A maioria das pessoas em todos os lugares esperava que levaria de um ano a mais de dois anos para se recuperar. Tanto as perdas quanto os tempos de recuperação esperados diminuem com a renda familiar (painel b). A pesquisa não captura nenhum impacto diferencial na renda por sexo.

Figura 1.21: A maioria das pessoas espera que demore um ano ou mais para se recuperar do choque pandêmico na renda

Quanto tempo você acha que a sua renda e a da sua família levarão para voltar ao que era antes do início da pandemia, ou você e a sua família não perderam renda devido à pandemia?

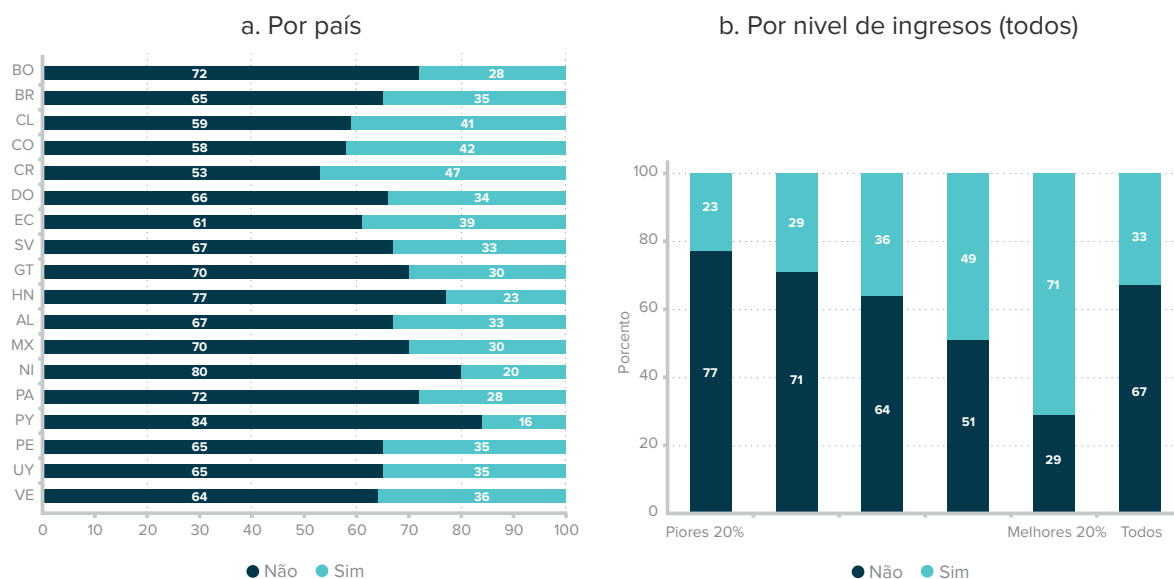


Fonte: Cálculos do PNUD; dados de Latinobarómetro 2020 (painel), Corporación Latinobarómetro, Santiago, Chile, <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

Um importante determinante dos resultados descritos acima foi a possibilidade de continuar trabalhando sem interrupção de casa, geralmente associada à disponibilidade de conexão à internet (ver figura 1.10) e equipamentos relacionados, mas também ao tipo de trabalho. Dois terços dos entrevistados disseram que não conseguiam trabalhar online (figura 1.22, painel b). A parcela é muito menor entre o quintil mais rico (29%) e muito maior entre o quintil mais pobre (77%). É mais provável que as pessoas formadas em universidades tenham empregos que lhes permitam trabalhar online. No entanto, a educação superior ainda é um privilégio restrito principalmente às pessoas na cauda superior da distribuição de renda na ALC (ver figura 1.7). Não há variação significativa nas respostas por sexo.

Figura 1.22: Apenas um terço dos latino-americanos disse que era capaz de trabalhar online em 2020

Você ou alguém da sua família está trabalhando remotamente ou trabalhou remotamente através da internet em casa durante esta pandemia?



Fonte: Cálculos do PNUD; dados de Latinobarómetro 2020 (painel), Corporación Latinobarómetro, Santiago, Chile, <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

Com os dados disponíveis até o momento, é possível detectar uma característica inédita dessa crise. Em geral, as crises anteriores tiveram impactos maiores sobre o emprego formal, e o emprego informal atuou em parte como amortecedor, dada a ausência de seguro-desemprego na maioria dos países. Mas, nesta crise, o oposto parece ter ocorrido. Os índices de participação caíram drasticamente e essa queda foi proporcionalmente maior entre as pessoas com empregos informais (tabela 1.4). Porém, há heterogeneidade na região. Os números da Bolívia e do Peru sugerem que, lá, a informalidade absorveu alguns dos novos desempregados. Na Argentina e na Colômbia, os índices de informalidade em queda contam uma história diferente. Os trabalhadores informais devem ter sido super-representados entre aqueles que

caíram na inatividade, enquanto os trabalhadores formais eram mais propensos a permanecer empregados. Isso explicaria a diminuição da informalidade no contexto de menor participação da força de trabalho e maior desemprego.

Tabela 1.4: Pesquisas domiciliares recentes mostram índices de participação da força de trabalho em queda, embora em ritmo variável

Resultados do mercado de trabalho, países selecionados, 2019-2020

	Índice de participação da força de trabalho			Índice de desemprego			Índice de informalidade		
	2019	2020	Mudança (pp)	2019	2020	Mudança (pp)	2019	2020	Mudança (pp)
Argentina	60	55	-5	10	12	2	22	18	-4
Bolívia	71	70	-1	4	8	4	83	84	1
Colômbia	68	63	-5	11	16	5	61	54	-7
Peru	74	63	-11	4	7	3	81	90	9
Rep. Dominicana	65	60	-5	6	5	-1	55	55	0

Fonte: Cálculos do PNUD; dados de pesquisas domiciliares nacionais.

Observação: Os dados da Argentina e da República Dominicana referem-se aos três primeiros trimestres de 2020.

Os dados estão incompletos, mas a pandemia parece ter aumentado a diferença de gênero nos índices de participação (tabela 1.5). Paralelamente, no entanto, a diferença nos índices de desemprego diminuiu, embora não por um bom motivo: os índices de desemprego entre os homens aumentaram para convergir com os índices entre as mulheres. Além disso, o mais inesperado é que as mudanças na informalidade parecem ter favorecido as mulheres. As mulheres trabalhadoras eram geralmente menos informais em 2020 do que os homens em 2019.

Tabela 1.5: É muito cedo para ter certeza sobre os efeitos da pandemia nas diferenças de gênero nos mercados de trabalho

Disparidades de gênero nos resultados do mercado de trabalho, países selecionados, 2019-2020

	Índice de participação da força de trabalho			Índice de desemprego			Índice de informalidade		
	2019	2020	Mudança (pp)	2019	2020	Mudança (pp)	2019	2020	Mudança (pp)
Argentina	-30	-29	0,1	16	14	-2,0	20	20	-0,4
Bolívia	-24	-25	-1,0	37	58	21,1	4	0	-3,6
Colômbia	-29	-33	-3,8	67	60	-6,7	0	-8	-7,8
Peru	-20	-27	-6,0	32	1	-31,4	5	2	-3,6
Rep. Dominicana	-33	-36	-3,0	135	121	-13,8	-14	-15	-1,0

Fonte: Cálculos do PNUD; dados de pesquisas domiciliares nacionais.

Observação: Os dados da Argentina e da República Dominicana referem-se aos três primeiros trimestres de 2020.

As mudanças nos mercados de trabalho que as pesquisas domiciliares nacionais começaram a capturar ainda não são informativas sobre a posição da região após a pandemia ou sobre o formato da recuperação dos mercados de trabalho. Por exemplo, é muito cedo para falar sobre o efeito da pandemia nas disparidades de gênero porque os números provavelmente continuarão evoluindo antes de se estabelecerem em um novo equilíbrio.

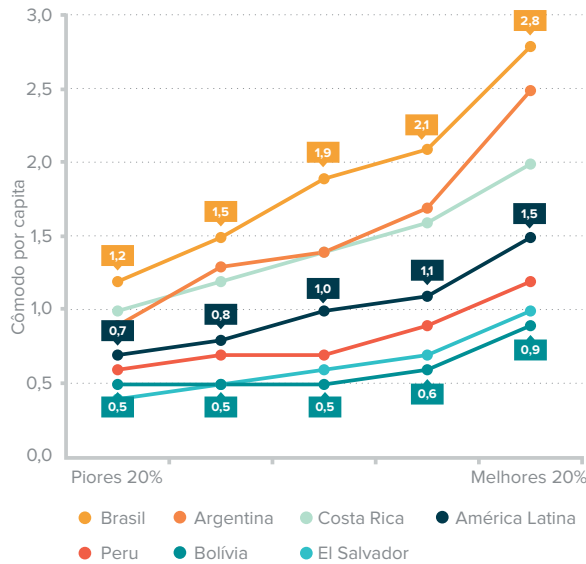
O que se sabe com certeza é que muitos perderam a sua fonte de renda. A maioria dos governos da região empreendeu esforços para apoiar os necessitados até o fim da crise de saúde.⁵⁸ Porém, esses esforços provavelmente serão insuficientes em quase todos os lugares para evitar um aumento da pobreza. O contexto de grande emprego informal caracterizado pela ausência de muitos trabalhadores nos registros administrativos dificultou uma resposta rápida e eficaz. Além disso, em alguns casos, a resposta também foi limitada por espaço fiscal insuficiente ou ambição insuficiente, mesmo que o espaço esteja disponível.

Perdas desiguais em termos de bem-estar devido ao distanciamento social

Os lockdowns adotados para controlar a disseminação de Covid-19 foram vivenciados de forma diferente pelas famílias em toda a distribuição de renda. Colocaram uma pressão sem precedentes na residência privada como o lugar das interações diárias. A capacidade de sustentar cargas de atividades intensificadas tem variado muito de acordo com as diferenças na suficiência ou adequação das condições do espaço habitável. A superlotação aumenta com a pobreza (figura 1.23). Compartilhar espaço entre os membros da família para atender às respectivas necessidades de trabalho, estudo e lazer é, portanto, tipicamente mais difícil para os pobres. Na verdade, o número médio de quartos per capita nas famílias 20% mais pobres é menos da metade da média entre as famílias 20% mais ricas. Além disso, uma parcela maior de famílias mais pobres na região vive em casas cujos telhados, paredes e pisos são feitos de materiais de baixa qualidade (figura 1.24).

⁵⁸ Ver Cejudo, Michel e de los Cobos (2020).

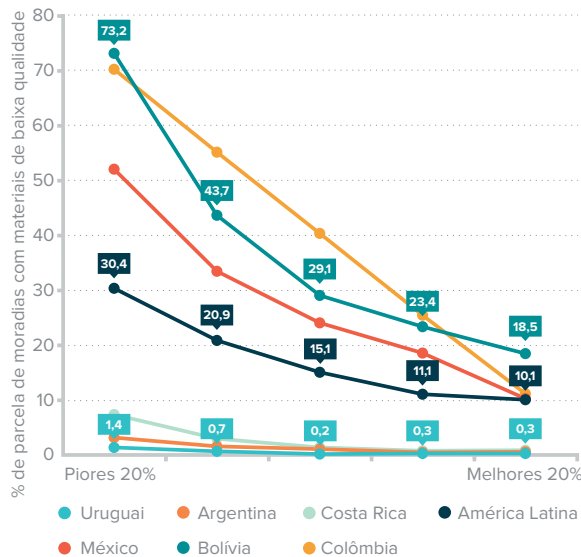
Figura 1.23: Na América Latina, as famílias mais pobres são relativamente mais numerosas
 Pessoas por quarto por quintil de renda, América Latina e países selecionados



Fonte: Elaboração PNUD; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade, Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Banco Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.
 Observação: A média regional exclui Guatemala, Nicarágua e Venezuela. O ano de dados é 2018, exceto Chile, que é 2017.

Figura 1.24: Na América Latina, uma parcela maior de famílias mais pobres vive em moradias de baixa qualidade

% de moradias construídas com materiais de baixa qualidade



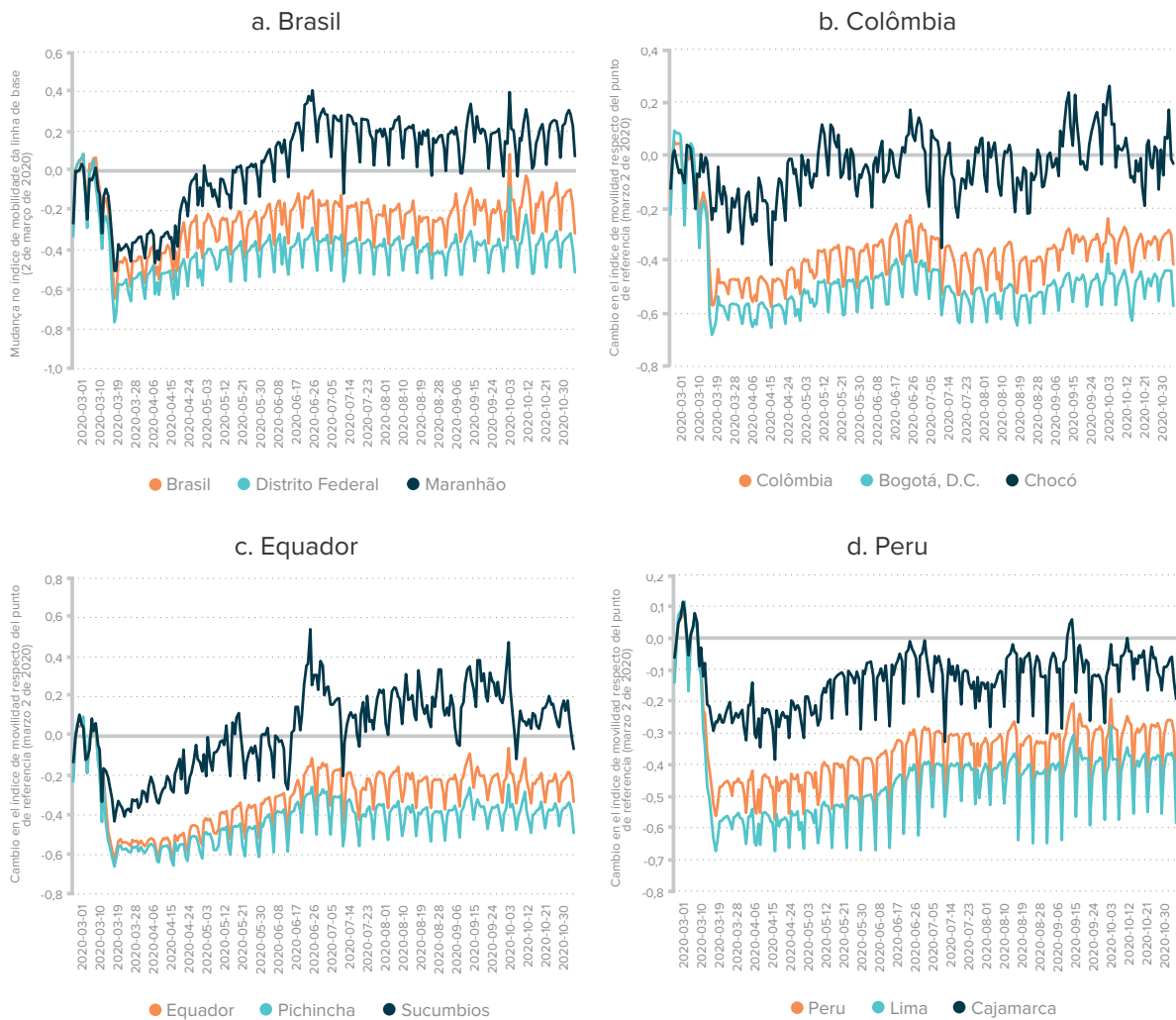
Fonte: Elaboração PNUD; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade, Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Banco Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.
 Observação: A média regional exclui Guatemala, Nicarágua e Venezuela. O ano de dados é 2018, exceto Chile, que é 2017.

Essas condições de vida implicam que as medidas de distanciamento social têm sido ainda mais prejudiciais em termos de perdas de bem-estar entre alguns grupos. As pessoas pobres não apenas viveram a pandemia com maior desconforto, mas também estiveram mais expostas ao contágio por causa dos maiores obstáculos para a realização de medidas sanitárias preventivas e de distanciamento em casa. Em geral, as suas moradias constituem abrigos inseguros.⁵⁹

⁵⁹ McTarnaghan et al. (2016).

Não é por acaso que elas têm aderido menos às intervenções não farmacêuticas para controlar a pandemia. A mobilidade dentro dos países diminuiu muito menos nas áreas mais pobres do que nas áreas mais ricas (figura 1.25). As disparidades nas condições de vida têm sido associadas a elevados custos de oportunidade em comunidades mais pobres, lutando para cumprir as restrições de mobilidade devido à necessidade de cumprir compromissos e satisfazer necessidades que não podem ser atendidas remotamente, incluindo atividades de geração de renda.

Figura 1.25: O cumprimento com as restrições de mobilidade para controlar a pandemia aumenta com a renda



Fonte: Dados de Covid-19: A Tool for Addressing Public Policy Decisions Supported on Data (painel), América Latina e Caribe, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York; Grandata, San Francisco, <https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/coronavirus/data-covid-region.html>.

A capacidade das famílias de lidar com os impactos da pandemia na educação difere segundo a situação socioeconômica

A pandemia de Covid-19 desencadeou choques extensos na cobertura e na qualidade da educação que ameaçam atrasar toda uma geração nas realizações acadêmicas. Isso complicará o caminho para a igualdade educacional, criando uma carga desproporcional sobre os alunos mais vulneráveis economicamente. As simulações preliminares projetam a perda global por desacumulação de capital humano resultante de uma paralisação de quatro meses de US \$ 10,6 trilhões a US \$ 15,1 trilhões em ganhos a valor atual, totalizam 12% a 18% do PIB global.⁶⁰ O Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Save the Children estimam que mais 140 milhões de crianças em todo o mundo serão empurradas para a pobreza monetária devido às perdas consideráveis na renda familiar e mais 150 milhões de crianças vivem atualmente na pobreza multidimensional devido à privação de acesso à educação, saúde, moradia, saneamento ou água.⁶¹ Em fevereiro de 2021, a ALC permanecia a região com a maior média de interrupção no ensino em sala de aula: 22% das escolas foram totalmente fechadas; 32% foram parcialmente fechados; 30% estavam totalmente abertos e 16% de férias acadêmicas. O número de alunos entre o pré-primário e o ensino médio impactado por fechamentos totais foi de 158 milhões, e outros 28 milhões de alunos foram afetados por fechamentos parciais.⁶²

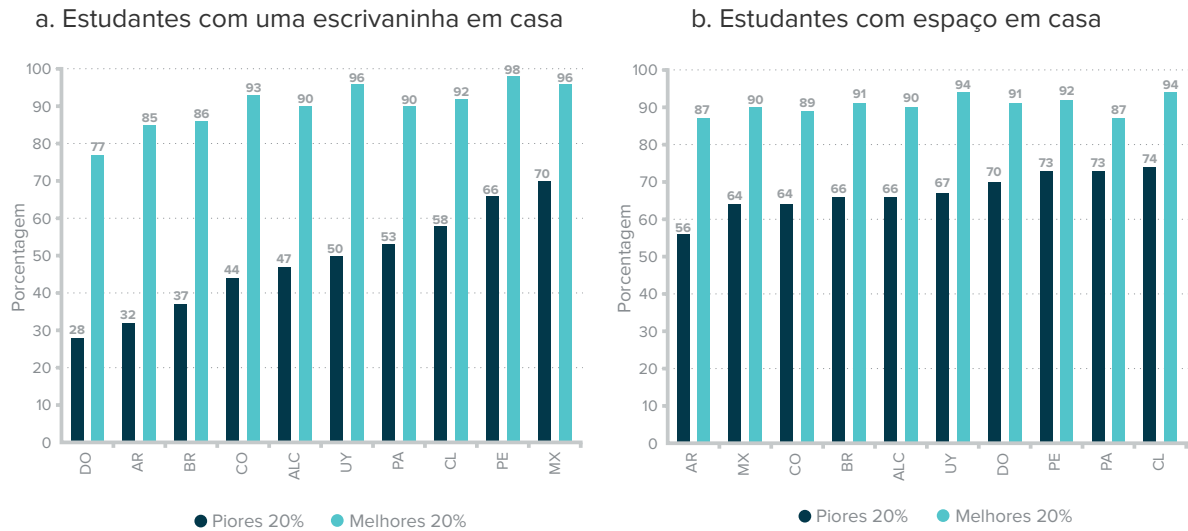
Esta situação inclui fardos desproporcionais sobre os alunos mais vulneráveis. As mudanças para métodos não tradicionais de ensino e aprendizagem foram marcadas por disparidades pré-existentes no acesso a ferramentas tecnológicas e acadêmicas. Na ALC, a proporção de alunos que têm uma escrivaninha ou espaço adequado para estudar em casa é significativamente menor entre as famílias mais pobres do que entre as famílias mais ricas (figura 1.26).

⁶⁰ Psacharopoulos et al. (2020).

⁶¹ UNICEF e Save the Children (2020a), (2020b).

⁶² UNICEF (2021).

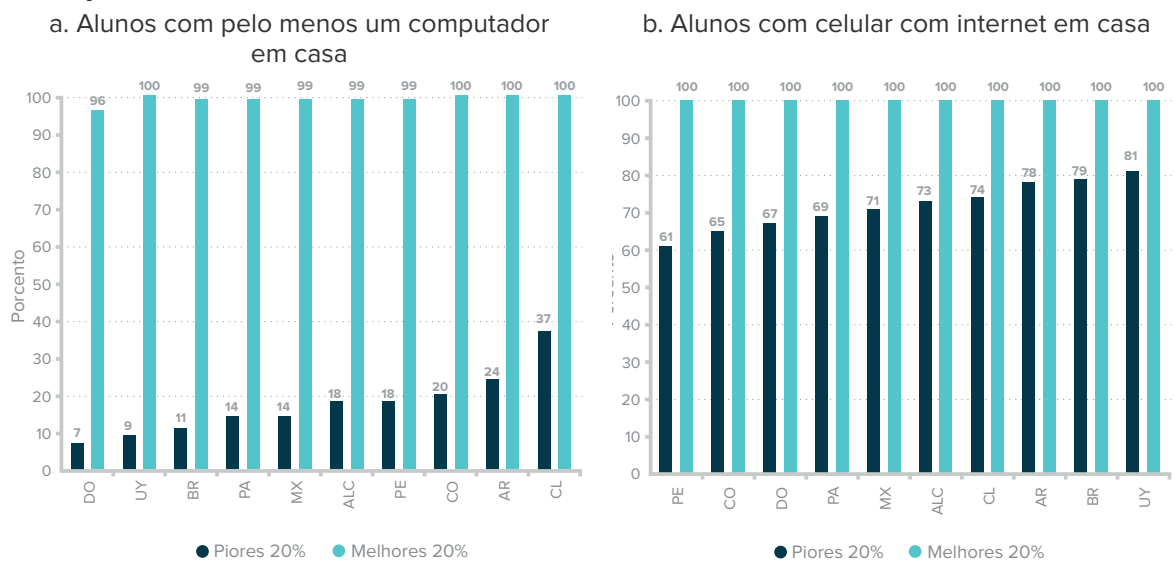
Figura 1.26: Estudar em casa é mais desafiador na ALC entre as pessoas mais pobres

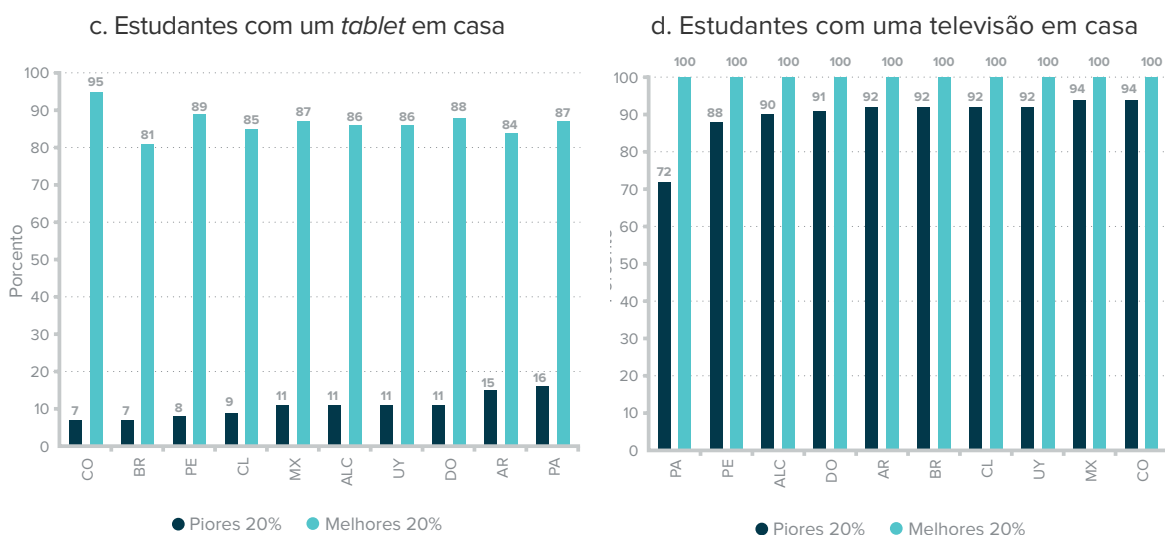


Fonte: García Jaramillo 2020; dados do PISA 2018 (Programa Internacional para avaliação de Estudantes) (painel), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, Paris, <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/>.

Da mesma forma, os alunos pobres são comparativamente mais privados de dispositivos eletrônicos essenciais na realidade educacional estabelecida pela pandemia (figura 1.27). Essas privações, juntamente com as desigualdades no acesso à internet (ver figura 1.10), apontam para uma parcela significativa de alunos que não têm educação ou têm pouca educação.

Figura 1.27: O acesso desigual a ferramentas e equipamentos modernos aumenta as lacunas na educação



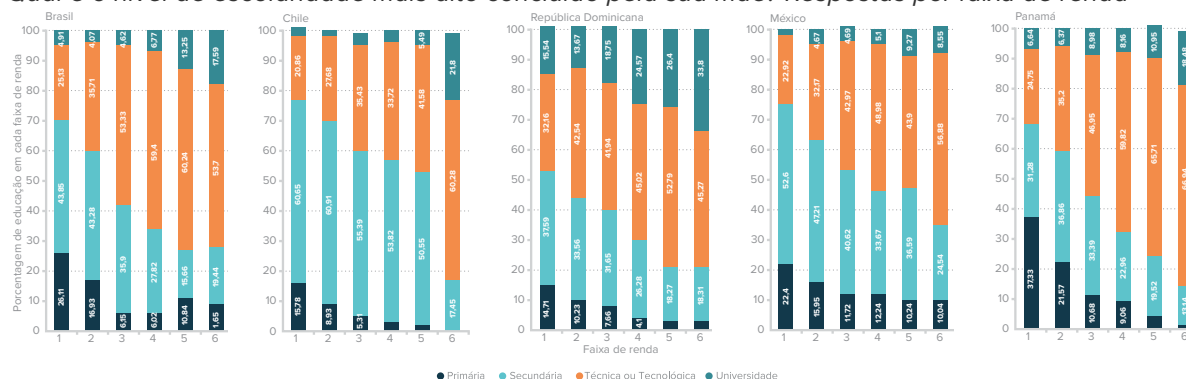


Fonte: García Jaramillo 2020; dados do PISA 2018 (Programa Internacional para avaliação de Estudantes) (painel), Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento, Paris, <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/>.

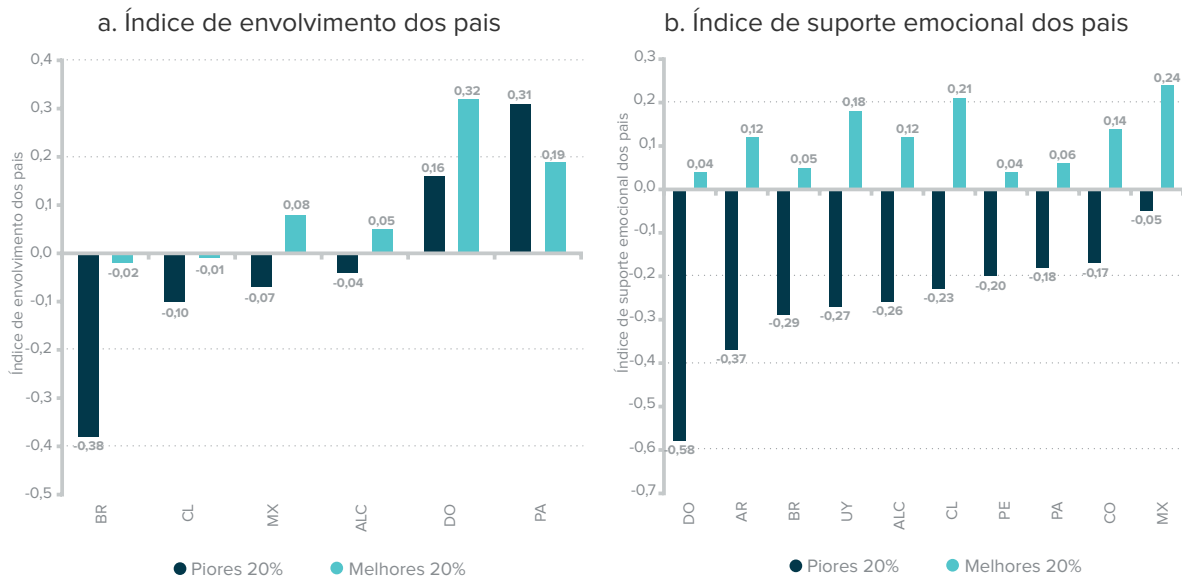
Além de romper canais importantes de comunicação, interação e discussão inerentes a um processo de aprendizagem eficaz, as recentes restrições causadas pela Covid-19 também têm sido acompanhadas por uma dependência intensificada das aptidões educacionais dos pais, situação particularmente preocupante considerando que os pais em domicílios mais abastados geralmente têm níveis mais altos de escolaridade (figura 1.28). Esses pais também são mais propensos a se envolverem no aprendizado doméstico dos seus filhos e a prestarem apoio emocional ao longo do caminho (figura 1.29). Na verdade, o envolvimento dos pais e o apoio emocional nas famílias nas 20 melhores posições estão persistentemente acima da média da OCDE, enquanto os indicadores correspondentes nas famílias nas 20 piores posições estão quase sempre abaixo dessa média, exceto para o envolvimento dos pais na República Dominicana e no Panamá.

Figura 1.28: O nível de escolaridade desigual dos pais afeta as lacunas de aprendizagem entre ricos e pobres

Qual é o nível de escolaridade mais alto concluído pela sua mãe? Respostas por faixa de renda



Fonte: López-Calva 2020a; dados do PISA 2018 (Programa Internacional para Avaliação de Estudantes) (painel), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, Paris, <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/>.

Figura 1.29: O envolvimento desigual dos pais na educação dos filhos levará a uma maior desigualdade

Fonte: García Jaramillo 2020; dados do PISA 2018 (Programa Internacional para avaliação de Estudantes) (painel), Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento, Paris, <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/>.

Tudo isso implica que a capacidade dos alunos e das suas famílias de enfrentar os impactos educacionais da pandemia difere de acordo com a situação socioeconômica. Além disso, a pandemia restringiu os recursos econômicos e tecnológicos disponíveis para as famílias mais pobres, potencialmente pressionando os jovens de baixa renda que buscam obter diplomas acadêmicos a entrar prematuramente na força de trabalho. A pesquisa sugere que a probabilidade de os alunos de hoje concluírem o ensino médio na América Latina pode cair em breve de uma média regional de 61% para 46%. Essa média, no entanto, esconde diferenças marcantes entre países e grupos socioeconômicos. Embora o impacto em indivíduos de famílias com alto nível de escolaridade seja quase nulo, a probabilidade de concluir o ensino médio para indivíduos com pais com baixo nível de escolaridade é consideravelmente menor na pós-pandemia, diminuindo em quase 20 pontos percentuais, de 52% para 32%.⁶³

No geral, a implicação é clara. É razoável esperar que as lacunas nos indicadores de atendimento, escolaridade e qualidade educacionais se ampliem entre os grupos de renda, a menos que uma ação coordenada seja realizada para reverter essa tendência ameaçadora. Além dos impactos de curto prazo sobre a desigualdade e a pobreza, o fato de a Covid-19 estar afetando o capital humano das crianças e jovens, especialmente em famílias pobres, terá efeitos duradouros no seu desenvolvimento

⁶³ Neidhöfer, Lustig e Tommasi (2020) relatam esse baixo nível de escolaridade para crianças de famílias com menos instrução na América Latina para coortes nascidas na década de 1960.

humano e, portanto, na pobreza e desigualdade futuras. Os efeitos negativos podem durar décadas.

A exposição à violência doméstica aumentou durante a pandemia

A violência contra as mulheres tende a aumentar durante todos os tipos de emergências, incluindo pandemias.⁶⁴ A violência doméstica durante os confinamentos pode ser exacerbada por uma variedade de fatores que incluem dificuldades econômicas, instabilidade emocional associada à incerteza e capital social enfraquecido.⁶⁵ Medidas de distanciamento social introduzidas pelos governos tornaram mais fácil para os perpetradores de violência doméstica isolar as suas vítimas como um ato de controle ou impedi-las de relatar incidentes ou buscar ajuda de outra forma.⁶⁶ Embora alguns países tenham experimentado declínios nas queixas registradas durante os lockdowns, isso não significa que as mulheres não estejam mais expostas à violência em casa.⁶⁷

Na verdade, a gravidade da violência doméstica na ALC durante a pandemia de Covid-19 tornou-se evidente por meio de um grande aumento nas ligações de emergência para as linhas de apoio para mulheres. Durante os lockdowns nacionais, houve uma intensidade maior de pesquisas online sobre assuntos relacionados à violência doméstica em vários países, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.⁶⁸ Nos estágios iniciais do lockdown no Peru, particularmente entre abril e junho de 2020, as ligações de emergência para linhas de ajuda para mulheres aumentaram 48%.⁶⁹ Da mesma forma, as linhas de ajuda contra violência doméstica em Buenos Aires receberam 32% mais de ligações durante a quarentena, principalmente relacionadas a incidentes de violência psicológica.⁷⁰ Evidências adicionais na Argentina sugerem que tensões entre casais se intensificaram durante o confinamento, levando a uma maior prevalência de violência doméstica emocional, sexual e física.⁷¹

⁶⁴ OMS (2020).

⁶⁵ Peterman et al. (2020).

⁶⁶ Campbell (2020).

⁶⁷ Miller, Segal e Spencer (2020).

⁶⁸ Berniell e Facchini (2020).

⁶⁹ Agüero (2020).

⁷⁰ Pérez-Vincent et al. (2020).

⁷¹ Pérez-Vincent et al. (2020).

Na Colômbia, as ligações relacionadas à violência doméstica recebidas pelo Ministério Público aumentaram 79% entre março e abril de 2020.⁷² No México, houve um aumento nas ligações denunciando violência doméstica e solicitando serviços psicológicos, assim como uma redução nas ligações solicitando assistência jurídica, talvez por medo de retaliação.⁷³ Na América Central, Infosegura documentou níveis mais altos de violência de gênero na Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras durante o primeiro trimestre de 2020.⁷⁴ Da mesma forma, quase metade das mulheres entrevistadas em cinco países caribenhos (Granada, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago) relataram que enfrentaram pelo menos uma forma de violência física, sexual, econômica ou emocional durante a pandemia.⁷⁵

Algumas economias da região descontinuaram recentemente os bloqueios obrigatórios, mas o trabalho em casa aumentou as tensões entre os casais.⁷⁶ Uma preocupação adicional é que os efeitos negativos da pandemia sobre os resultados do mercado de trabalho foram mais graves entre as mulheres.⁷⁷ Isso provavelmente está associado a um contato físico mais frequente, característico dos setores em que as mulheres tendem a ser mais ativas e que estão arcando com o impacto da crise econômica induzida pela pandemia. Além disso, a responsabilidade pela prestação de cuidados não remunerados tornou-se uma carga excessiva suportada principalmente pelas mulheres. Embora os dados sobre a gestão do tempo durante a pandemia sejam escassos na região, é improvável que a distribuição do trabalho doméstico não remunerado e dos cuidados dentro das famílias tenha mudado, o que implica que as mulheres provavelmente ficaram ainda mais vulneráveis e marginalizadas do mercado de trabalho. A tendência de maior exclusão das mulheres do mercado de trabalho pode reforçar os estereótipos de gênero e empurrar mais mulheres para o trabalho doméstico não remunerado, tornando as mulheres mais dependentes economicamente e aumentando a probabilidade de se tornarem vítimas de violência doméstica.⁷⁸

A pandemia também gerou um aumento no trabalho não remunerado entre as famílias devido ao aumento das responsabilidades com os cuidados infantis associadas ao fechamento generalizado de escolas. É provável que a tendência para a distribuição de gênero no trabalho doméstico não remunerado e cuidados dentro das famílias tenha sido reforçada, criando assim uma carga ainda maior para as mulheres em relação à situação antes do início da pandemia (caixa 1.9).

⁷² Zapata-Garesché e Cardoso (2020).

⁷³ Silverio-Murillo, Balmori de la Miyar e Hoehn-Velasco (2020).

⁷⁴ López-Calva (2020b).

⁷⁵ Sayed e Bartels-Bland (2020).

⁷⁶ Pérez-Vincent et al. (2020).

⁷⁷ OIT (2020).

⁷⁸ Iregui-Bohórquez, Ramírez-Giraldo e Tribín-Urbe (2019).

Caixa 1.9: Respondendo à pandemia de Covid-19 com (sem) uma lente de gênero

O Rastreador Global de Resposta ao Gênero da Covid-19 do PNUD documentou cerca de 177 iniciativas governamentais em 29 países destinadas a combater a violência contra as mulheres no contexto da pandemia.^a A maioria das iniciativas está focada no fortalecimento de serviços essenciais (64%) e na realização de campanhas de conscientização (23%).

Enquanto isso, os governos da região não conseguiram implementar medidas para reconhecer, reduzir ou redistribuir as atividades de atenção não remuneradas.^b Metade de todas as medidas relevantes foram implementadas na Argentina e na Costa Rica. As campanhas de conscientização têm sido a principal ferramenta implantada pelos governos para lidar com os cuidados não remunerados, mas os efeitos são incertos. O imperativo dos 3Rs — reconhecer, reduzir e redistribuir cuidados não remunerados e trabalho doméstico — torna-se, portanto, mais importante do que nunca para liberar o tempo das mulheres e promover o seu empoderamento econômico, proporcionando-lhes efetivamente maior poder de barganha em casa e reduzindo a sua exposição à violência doméstica.

^a Ver Rastreador Global de Resposta ao Gênero Covid-19 (painel), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, <https://data.undp.org/gendetracker/>.

^b Bergallo et al. (2021).

1.7. Presos em uma armadilha?

Este capítulo documenta que a ALC é uma das regiões mais desiguais e de crescimento mais lento do mundo. É revelador que essas duas características coexistam. Outras regiões podem ser igualmente desiguais, mas estão crescendo mais rapidamente, enquanto outras podem estar crescendo lentamente, mas são mais iguais. O capítulo não documenta que a coexistência de baixo crescimento e alta desigualdade é exclusiva da ALC, mas poucas regiões do mundo exibiram esses dois fenômenos juntos por tanto tempo. Quando se considera um episódio de décadas de baixo crescimento e alta desigualdade, o exemplo da América Latina e do Caribe pode ser o primeiro a vir à mente.

A persistência de baixo crescimento e alta desigualdade na ALC não é uma coincidência. Na região, a desigualdade está gerando baixo crescimento. A desigualdade de raça e etnia priva as economias da região do talento e do esforço

de um quarto da força de trabalho. A desigualdade na qualidade da educação reduz os retornos dos investimentos educacionais da região. A desigualdade de gênero implica que o potencial de metade da força de trabalho da região é subutilizado. A discriminação contra a comunidade LGBTQ+ limita o potencial de capital humano desse segmento da população por meio da marginalização e da violência. A desigualdade de renda se traduz na concentração do poder político nas mãos de poucas pessoas que o usam para capturar as instituições reguladoras do Estado para extrair rendas de todas as outras, permitindo que as empresas prevaleçam não por meio de inovação tecnológica, mas por causa de uma posição de monopólio.

Paralelamente, o baixo crescimento na ALC gera desigualdade. O baixo crescimento implica menos oportunidades de obtenção de bons empregos, o que é particularmente preocupante em uma região caracterizada por uma força de trabalho que está se expandindo mais rapidamente do que a população. O baixo crescimento se traduz em receita tributária insuficiente para financiar os programas sociais necessários para combater a pobreza e moderar a desigualdade. O baixo crescimento significa que muitos que investiram em educação não conseguem encontrar uma ocupação adequada às suas habilidades, reduzindo assim os incentivos para que outros invistam em educação. O baixo crescimento resulta no acúmulo de demandas não atendidas de progresso social, às vezes enfrentadas por expansões insustentáveis de gastos, que acabam por levar a crises econômicas que aumentam a desigualdade ou, paradoxalmente, à adoção de políticas sociais que reduzem a produtividade, reforçando o ciclo de baixo crescimento.

A região não precisa ficar permanentemente presa neste círculo vicioso. Para escapar, no entanto, deve compreender a natureza da armadilha. Esta é uma tarefa complexa porque existem muitos fatores que ligam o baixo crescimento e a desigualdade. Algumas dessas ligações operam em ambas as direções e as formas específicas em que funcionam variam de país para país. Não existe uma explicação abrangente e simples que se aplique igualmente a todos os países da ALC.

Mas o fracasso em caracterizar completamente os fatores que ligam a alta desigualdade e o baixo crescimento não significa que alguns deles não possam ser compreendidos, o que é uma pré-condição para a formulação de respostas políticas adequadas. O restante deste relatório tenta expandir o nosso entendimento sobre alguns deles. A análise está longe de ser exaustiva e há muitas outras que não foram consideradas aqui. Dito isso, o relatório concentra-se em examinar três aspectos característicos da região que argumentamos estarem por trás da dupla armadilha: concentração de poder, violência e elementos dos marcos regulatórios dos mercados de trabalho e sistemas de proteção social que tiveram resultados inesperados e indesejáveis. É claro que a sua relevância varia entre os países individuais e, para alguns, pode haver outras questões de maior relevância do que as consideradas aqui, embora se espere que alguns elementos da discussão sejam relevantes para todos. Mas antes de se voltar para essas três questões, o relatório considera primeiro como as pessoas percebem a situação da região e questiona se as percepções podem em si mesmas fazer parte da armadilha.

Referências

- Agüero, Jorge M. 2020. “COVID-19 and the Rise of Intimate Partner Violence”. Documento de Trabalho 2020-05R (revisado em setembro de 2020), Departamento de Economia, Universidade de Connecticut, Storrs, CT.
- Ahmed, Ali M., e Mats Hammarstedt. 2009. “Detecting Discrimination against Homosexuals: Evidence from a Field Experiment on the Internet”. *Economica*, 76 (303): 588–597. doi:10.1111/j.1468-0335.2008.00692.x.
- Alkire. Sabina, Usha Kanagaratnam e Nicolai Suppa. 2020. “The Global Multidimensional Poverty Index (MPI) 2020”. Nota Metodológica da OPHI MPI, 49 (julho), Iniciativa sobre a Pobreza e o Desenvolvimento Humano de Oxford (OPHI), Departamento de Desenvolvimento Internacional de Oxford, Universidade de Oxford, Oxford.
- Alvaredo, Facundo, Lucas Chancel, Thomas Piketty, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman. 2018. “The Elephant Curve of Global Inequality and Growth”. *AEA Papers and Proceedings*, 108 (maio): 103-108.
- Atkinson, Anthony B. e Thomas Piketty, eds. 2010. *Top Incomes: A Global Perspective*. Nova York: Oxford University Press.
- Atkinson, Anthony B., Thomas Piketty e Emmanuel Saez. 2011. “Top Incomes in the Long Run of History”. *Journal of Economic Literature*, 49 (1): 3-71.
- Banco Mundial. 2015. *Latinoamérica Indígena en el Siglo XXI*. Washington D.C.: Banco Mundial.
- BDC (Banco de Desenvolvimento Caribenho). 2016. “Replenishment of the Resources of the Special Development Fund Unified (SDF 9): Resolution and Report of Contributors on SDF 9”. 8 de dezembro, BDC, Barbados.
- Bergallo, Paola, Marcelo Mangini, Mariela Magnelli e Sabina Bercovich. 2021. “The Impacts of COVID-19 on Women’s Economic Autonomy in Latin America and the Caribbean”. Documento de Política sobre Covid-19 PNUD ALC, 25 (março), América Latina e Caribe, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York.
- Berniell, Inés e Gabriel Facchini. 2020. “COVID-19 Lockdown and Domestic Violence: Evidence from Internet-Search Behavior in 11 Countries”. Documento de Trabalho CEDLAS, 273 (dezembro), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina.
- Burdín, Gabriel, Mauricio De Rosa, Andrea Vigorito e Joan Vilá. 2019. “Was Falling Inequality in all Latin American Countries a Data-Driven Illusion? Income Distribution and Mobility Patterns in Uruguay 2009–2016”. Documento de Trabalho DT 30/2019, Instituto de Economia, Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, Universidade da República, Montevideú, Uruguai.
- Busso, Matías e Julián Messina, eds. 2020. *The Inequality Crisis: Latin American and the Caribbean at the Crossroads*. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Camacho, Adriana, Julián Messina e Juan Pablo Uribe. 2017. “The Expansion of Higher Education in Colombia: Bad Students or Bad Programs?” Documento CEDE 13 (fevereiro), Centro para Estudos de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Economia, Universidade dos Andes, Bogotá, Colômbia.
- Campbell, Andrew M. 2020. “An Increasing Risk of Family Violence during the COVID-19 Pandemic: Strengthening Community Collaborations to Save Lives”. *Forensic Science International Reports* 2 (3): 100089.
- Cárdenas, Juan-Camilo. 2020. “Commons”. Em *The Routledge Handbook to the Political Economy and Governance of the Americas*, ed. Olaf Kaltmeier, Anne Tittor, Daniel Hawkins e Eleonora Rohland, 330–340. Abingdon-on-Thames, Reino Unido: Routledge.
- Cárdenas, Juan-Camilo, Hugo Rolando Ñopo e Jorge Luis Castañeda. 2014. Equidad en la diferencia: políticas para la movilidad social de grupos de identidad. Em *Equidad y movilidad social: Diagnósticos y propuestas para la transformación de la sociedad colombiana*, ed. Marcela Meléndez e Armando Montenegro, 531–617. Bogotá: Ediciones Uniandes.

- Cejudo, Guillermo M., Cynthia L. Michel e Pablo de los Cobos. 2020. "Policy Responses to the Pandemic for COVID-19 in Latin America and the Caribbean: The Use of Cash Transfer Programs and Social Protection Information Systems". Documento de Política sobre Covid-19 PNUD ALC, 24, América Latina e Caribe, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York.
- CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe) 2014. *Guaranteeing Indigenous People's Rights in Latin America: Progress in the Past Decade and Remaining Challenges, Summary*. Santiago, Chile: CEPAL.
- CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe) 2016. "The Social Inequality Matrix in Latin America". Relatório 40710, CEPAL, Santiago, Chile.
- CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe) 2021. "Pandemic Prompts Rise in Poverty to Levels Unprecedented in Recent Decades and Sharply Affects Inequality and Employment". Comunicado de imprensa, 4 de março de 2021, CEPAL, Santiago, Chile. <https://www.cepal.org/en/pressreleases/pandemic-prompts-rise-poverty-levels-unprecedented-recent-decades-and-sharply-affects>.
- CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe) e UNFPA (Fundo das Nações Unidas para a População). 2020. *Afrodescendientes y la matriz de la desigualdad social en América Latina: retos para la inclusión*. Documento de Projetos, LC/PUB.2020/14. Santiago, Chile: Organização das Nações Unidas.
- Cheryan, Sapna, Akkison Master e Andrew N. Meltzoff. 2015. "Cultural Stereotypes as Gatekeepers: Increasing Girls' Interest in Computer Science and Engineering by Diversifying Stereotypes". *Frontiers in Psychology*, 6 (11 de fevereiro), artigo 49. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00049>.
- Chmielewski, Anna K. e Corey Savage. 2016. "Socioeconomic Segregation between Schools in the United States and Latin America, 1970–2012". Em *Land and the City*, ed. George William McCarthy, Gregory K. Ingram e Samuel A. Moody, 394–423. Land Policy Series. Cambridge, MA: Instituto Lincoln de Política de Terras.
- Coffman, Katherine B., Lucas C. Coffman e Keith M. Marzilli Ericson. 2017. "The Size of the LGBT Population and the Magnitude of Antigay Sentiment Are Substantially Underestimated". *Management Science*, 63 (10): 3168–3186.
- Corak, Miles. 2013. "Inequality from Generation to Generation: The United States in Comparison". Em *The Economics of Inequality, Poverty, and Discrimination in the 21st Century*, vol. 1, Causes, ed. Robert S. Rycroft, 107–123. Santa Barbara, CA: Praeger.
- Correa, Norma B. 2019. "Pueblos Indígenas y Población Afrodescendiente". 2030: *Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe*, 24, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Santiago do Chile.
- Cutler, David M. e Adriana Lleras-Muney. 2008. "Education and Health: Evaluating Theories and Evidence". Em *Making Americans Healthier: Social and Economic Policy as Health Policy*, ed. Robert F. Schoeni, James S. House, George A. Kaplan e Harold A. Pollack, 29–60. Centro Nacional sobre Pobreza Série sobre Pobreza e Política Pública. Nova York: Russell Sage.
- de Ferranti, David, Guillermo E. Perry, Francisco H. G. Ferreira e Michael Walton. 2004. *Inequality in Latin America: Breaking with History?* Banco Mundial Série América Latina e Caribe. Washington D.C.: Banco Mundial.
- Díaz-Serrano, Luis e Enric Meix-Llop. 2016. "Do Schools Discriminate against Homosexual Parents? Evidence from a Randomized Correspondence Experiment". *Economics of Education Review*, 53 (agosto): 133-142.
- Easterly, William Russell e Ross E. Levine. 2001. "What Have We Learned from a Decade of Empirical Research on Growth? It's Not Factor Accumulation: Stylized Facts and Growth Models." *World Bank Economic Review* 15 (2): 177-219.

- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), IFAD (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PMA (Programa Mundial da Alimentação) e OMS (Organização Mundial da Saúde). 2020. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020: Transforming Food Systems for Affordable Healthy Diets*. Roma: FAO.
- Fernández-Arias, Eduardo e Nicolas Fernández-Arias. 2021. “The Latin American Growth Shortfall: Productivity and Inequality”. Documento de Trabalho PNUD ALC, 4, 2021, Documento de Base para o *Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe 2021*, PNUD ALC, Nova York.
- Flores, Ignacio, Claudia Sanhueza, Jorge Atria e Ricardo Mayer. 2020. “Top Incomes in Chile: A Historical Perspective on Income Inequality, 1964–2017”. *Review of Income and Wealth*, 66 (4): 850-874.
- García Jaramillo, Sandra. 2020. “COVID-19 and Primary and Secondary Education: The Impact of the Crisis and Public Policy Implications for Latin America and the Caribbean”. Documento de Política sobre Covid-19 PNUD ALC, 20 (24 de agosto), América Latina e Caribe, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York.
- Gasparini, Leonardo Carlos e Guillermo Cruces. 2021. “The Changing Picture of Inequality in Latin America: Evidence for Three Decades”. Documento de Trabalho PNUD ALC, 1, 2021, Documento de Base para o *Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe 2021*, PNUD ALC, Nova York.
- Gerber, Theodore P. e Sin Yi Cheung. 2008. “Horizontal Stratification in Postsecondary Education: Forms, Explanations, and Implications”. *Annual Review of Sociology*, 34 (1): 299–318. doi: 10.1146/annurev. soc.34.040507.134604
- Grant, Monica J. e Jere Richard Behrman. 2010. “Gender Gaps in Educational Attainment in Less Developed Countries”. *Population Research and Policy Review*, 36 (1): 71-89.
- Heilman, Madeline E., Francesca Manzi e Susanne Braun. 2015. “Presumed Incompetent: Perceived Lack of Fit and Gender Bias in Recruitment and Selection. Em *Handbook of Gendered Careers in Management: Getting In, Getting On, Getting Out*, ed. Adelina M. Broadbridge e Sandra L. Fielden, 90–104. Research Handbooks in Business and Management Series. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar Publishing.
- Hout, Michael e Thomas A. DiPrete. 2006. “What We Have Learned: RC28’s Contributions to Knowledge about Social Stratification”. *Research in Social Stratification and Mobility*, 24 (1): 1-20.
- Hsieh, Chang-Tai, Erik Hurst, Charles I. Jones e Peter J. Klenow. 2019. “The Allocation of Talent and U.S. Economic Growth”. *Econometrica*, 87 (5): 1439-1474.
- Ipsos e Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Peru. 2019. “II Encuesta Nacional de Derechos Humanos: Población LGBT”. Ipsos, Lima. https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2020-06/presentacion_ii_encuesta_nacional_ddhh.pdf
- Iregui-Bohórquez, Ana María, María Teresa Ramírez-Giraldo e Ana María Tribín-Urbe. 2019. “Domestic Violence against Rural Women in Colombia: The Role of Labor Income”. *Feminist Economics*, 25 (2): 146-172. DOI: 10.1080/13545701.2019.1566752.
- Koehler, Dominik, Georgia Harley e Nicholas Menzies. 2018. “Discrimination against Sexual Minorities in Education and Housing: Evidence from Two Field Experiments in Serbia”. Documento de Trabalho de Pesquisa Política 8504, Banco Mundial, Washington D.C.
- Kosciw, Joseph G., Emily A. Greytak, Adrian D. Zongrone, Caitlin M. Clark e Nhan L. Truong. 2018. *The 2017 National School Climate Survey: The Experiences of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Youth in Our Nation’s Schools*. Nova York: GLSEN.
- Lochner, Lance J. 2011. “Non-Production Benefits of Education: Crime, Health, and Good Citizenship”. Em *Handbook of the Economics of Education*, vol. 4, ed. Eric Alan Hanushek, Stephen J. Machin e Ludger Woessmann, 183–282. Handbooks in Economics Series. Amsterdã: Holanda do Norte.

- López-Calva, Luis F. 2020a. "Hey Teachers, (Don't) Leave the Kids Alone! Connectivity and Education Disparities in Times of COVID19". *Director's Graph for Thought* (blog), 27 de abril de 2020. <https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/presscenter/director-s-graph-for-thought/hey-teachers---dont-leave-the-kids-alone--connectivity-and-educ.html>.
- López-Calva, Luis F. 2020b. "No Safer Place Than Home? The Increase in Domestic and Gender-Based Violence during COVID-19 Lockdowns in LAC". *Director's Graph for Thought* (blog), 3 de novembro de 2020. <https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/presscenter/director-s-graph-for-thought/no-safer-place-than-home---the-increase-in-domestic-and-gender-b.html>.
- López-Calva, Luis F. e Nora Claudia Lustig, eds. 2010. *Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress?* Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Washington D.C.: Brookings Institution.
- Lustig, Nora Claudia, Valentina Martínez-Pabon, Federico Sanz e Stephen D. Younger. 2020. "The Impact of COVID-19 Lockdowns and Expanded Social Assistance on Inequality, Poverty and Mobility in Argentina, Brazil, Colombia, and Mexico". Documento de Trabalho ECINEQ 558, Sociedade de Estudos da Desigualdade, Departamento de Economia, Universidade de Verona, Verona, Itália.
- McTarnaghan, Sara, Carlos Martín, Tanaya Srini e Juan Collazos. 2016. "Literature Review of Housing in Latin America and the Caribbean, Phase I: Global Housing Research Initiative". Com Amanda Gold, Micaela Suminski e Yazmin Guzman, Relatório de Pesquisa, outubro, Instituto Urbano, Washington D.C.
- Miller, Amalia R., Carmit Segal e Melissa K. Spencer. 2020. "Effects of the COVID-19 Pandemic on Domestic Violence in Los Angeles". Documentos de Trabalho NBER 28068 (novembro), Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA.
- Mountian, Ilana. 2014. "A Critical Analysis of Public Policies on Education and LGBT Rights in Brazil". Relatório de Evidências IDS, 61 (março), Sexualidade, Pobreza e Direito, Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento, Universidade de Sussex, Brighton, Reino Unido.
- Neidhöfer, Guido. 2021. "Longer-Run Perspectives on Intergenerational Mobility in Latin America: 1933–1992". Documento de Trabalho PNUD ALC, 3, 2021, Documento de Base para o *Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe 2021*, PNUD ALC, Nova York.
- Neidhöfer, Guido, Nora Lustig e Mariano Tommasi. 2020. "Intergenerational Transmission of Lockdown Consequences: Prognosis of the Longer-run Persistence of COVID-19 in Latin America." Documento de Trabalho CEQ 99, Instituto de Compromisso com a Equidade, Universidade de Tulane.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). 2019. "The LGBT Challenge: How to Better Include Sexual and Gender Minorities?" Em *Society at a Glance 2019, OECD Social Indicators: A Spotlight on LGBT People*, 13–56. Paris: OCDE.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2020. *2020 Labour Overview: Latin America and the Caribbean*. Série MyFutureOfWork, Edição Covid-19. Lima: Escritório Regional para a América Latina e o Caribe, OIT.
- Omariba, D. Walter Rasugu. 2006. "Women's Educational Attainment and Intergenerational Patterns of Fertility Behaviour in Kenya". *Journal of Biosocial Science*, 38 (4): 449-479.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2020. "COVID-19 and Violence against Women: What the Health Sector/System Can Do". Documento WHO/SRH/20.047 (7 de abril de 2020), OMS, Genebra.
- Oreopoulos, Philip e Kjell G. Salvanes. 2011. "Priceless: The Nonpecuniary Benefits of Schooling". *Journal of Economic Perspectives*, 25 (1): 159-184. doi: 10.1257/jep.25.1.159.
- Patacchini, Eleonora, Giuseppe Ragusa e Yves Zenou. 2012. "Unexplored Dimensions of Discrimination in Europe: Religion, Homosexuality, and Physical Appearance". Relatório para a 14ª Conferência Europeia (junho), Fondazione Rodolfo De Benedetti, Milão.

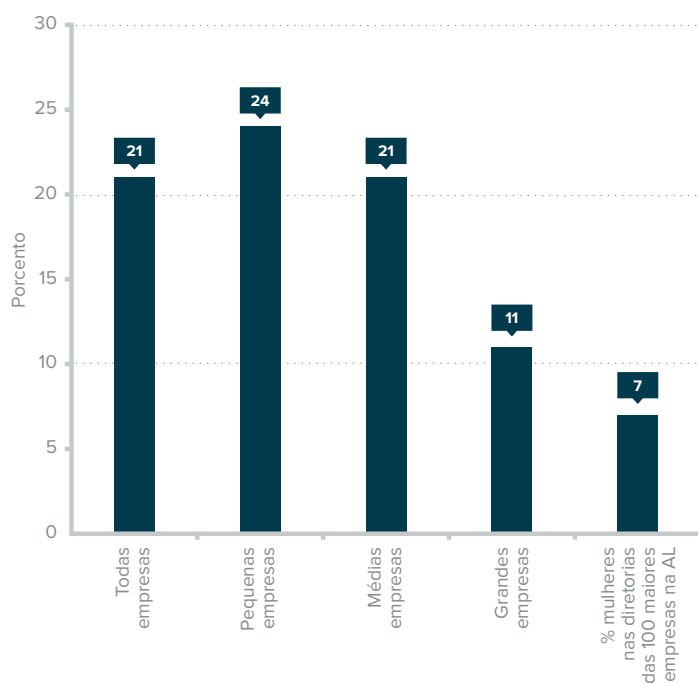
- Pearson, Jennifer e Lindsey Wilkinson. 2017. "Same-Sex Sexuality and Educational Attainment: The Pathway to College". *Journal of Homosexuality*, 64 (4): 538-576.
- Pérez-Vincent, Santiago M., Enrique Carreras, María Amelia Gibbons, Tomás E. Murphy e Martín A. Rossi. 2020. "COVID-19 Lockdowns and Domestic Violence: Evidence from Two Studies in Argentina". Nota Técnica IDB- TN-1956 (julho), Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington D.C. <http://dx.doi.org/10.18235/0002490>.
- Peterman, Amber, Alina Potts, Megan O'Donnell, Kelly Thompson, Niyati Shah, Sabine Oertelt-Prigione e Nicole van Gelder. 2020. "Pandemics and Violence against Women and Children". Documento de Trabalho 528 (abril), Centro para o Desenvolvimento Global, Washington D.C.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2012. *Relatório de Desenvolvimento Humano Caribenho 2012: Desenvolvimento Humano e a Mudança para a Melhor Segurança Cidadã (em inglês)*. Nova York: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2016a. *Relatório de Desenvolvimento Humano Caribenho 2016, Progresso Multidimensional: Resiliência humana para além da renda (em inglês)*. Nova York: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2016b. *Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para América Latina e Caribe 2016, Progresso Multidimensional: o bem-estar para além da renda*. Nova York: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2019. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2019: Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século 21* Nova York: PNUD.
- Psacharopoulos, George, Victoria Collis, Harry Anthony Patrinos e Emilianita Vegas. 2020. "Lost Wages: The COVID-19 Cost of School Closures". Documento de Trabalho de Pesquisa Política 9246, Banco Mundial, Washington D.C.
- Psacharopoulos, George e Harry Anthony Patrinos. 2018. "Returns to Investment in Education: A Decennial Review of the Global Literature". *Education Economics*, 26 (5): 445-458. doi: 10.1080/09645292.2018.1484426.
- Revista Forbes. (2021). Bilionários Forbes 2021: As pessoas mais ricas do mundo. Forbes.
- Sayed, Tahseen e Emily Bartels-Bland. 2020. "Casting Light onto the Shadow Pandemic in the Caribbean: Violence against Women". *Latin America and Caribbean* (blog), 25 de novembro de 2020. <https://blogs.worldbank.org/latinamerica/casting-light-shadow-pandemic-caribbean-violence-against-women>.
- Sen, Amartya K. 1980. "Equality of What?" Em *The Tanner Lectures on Human Values*, ed. Sterling M. McMurrin, 195–220. Salt Lake City: Editora da Universidade de Utah.
- Shapiro, Jenessa R. e Amy M. Williams. 2012. "The Role of Stereotype Threats in Undermining Girls' and Women's Performance and Interest in STEM Fields". *Sex Roles*, 66 (3–4): 175-183.
- Silverio-Murillo, Adan, José Roberto Balmori de la Miyar e Lauren Hoehn-Velasco. 2020. "Families under Confinement: COVID-19, Domestic Violence, and Alcohol Consumption". Documento de Pesquisa (10 de setembro de 2020), Escola de Estudos Políticos Andrew Young, Universidade Estadual da Geórgia, Atlanta.
- Stephens-Davidowitz, Seth. 2013. "How Many American Men Are Gay?" *New York Times*, 7 de dezembro de 2013. <https://www.nytimes.com/2013/12/08/opinion/sunday/how-many-american-men-are-gay.html>.
- Telles, Edward E. 2014. *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. Chapel Hill, NC: Editora da Universidade da Carolina do Norte.
- Torche, Florencia. 2014. "Intergenerational Mobility and Inequality: The Latin American Case". *Annual Review of Sociology*, 40 (1): 619–642. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-071811-145521>.

- Torche, Florencia. 2021. "Intergenerational Mobility in Latin America in Comparative Perspective". Documento de Trabalho PNUD ALC, 2, 2021, Documento de Base para o *Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe 2021*, PNUD ALC, Nova York.
- UN DESA (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais). 2018. Social protection for indigenous peoples and ethnic minorities: Overcoming discrimination and geographic isolation. Documento sobre Desenvolvimento Social, 7 (novembro), Divisão para o Desenvolvimento Social Inclusivo, UN DESA, Nações Unidas, Nova York.
- UNICEF (United Nations Children's Fund) 2021. "COVID-19 and school closures: one year of education disruption". Março, UNICEF, Nova York.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Save the Children. 2020a. "Children in Monetary Poor Households and COVID-19: Technical Note". Novembro, UNICEF, Nova York. <https://www.unicef.org/documents/children-monetary-poor-households-and-covid-19>. Acesso em 8 de abril de 2021.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Save the Children. 2020b. "Technical Note: Impact of COVID-19 on Child Poverty". Setembro, UNICEF, Nova York.
- Vélez, Maria Alejandra, Juan Robalino, Juan Camilo Cárdenas, Andrea Paz e Eduardo Pacay. 2020. "Is Collective Titling Enough to Protect Forests? Evidence from Afro-Descendant Communities in the Colombian Pacific Region". *World Development*, 128 (April): 104837.
- Zapata-Garesché, Eugene e Luciana Cardoso. 2020. "What COVID-19 Tells Us about Gender Inequality in Latin America". *Americas Quarterly*, 1º de maio. <https://americasquarterly.org/article/what-covid-19-tells-us-about-gender-inequality-in-latin-america/>.

DISPARIDADES DE GÊNERO NA LIDERANÇA CORPORATIVA

Apesar das melhorias significativas no capital humano e das mudanças nas percepções do público que contribuíram para o empoderamento econômico e político das mulheres na região, as mulheres na ALC continuam sendo sistematicamente mal representadas em posições de liderança corporativa. As mulheres administram uma minoria de empresas; a incidência de mulheres na gerência diminui com o tamanho da empresa e as mulheres estão mal representadas entre os membros do conselho (figura S1.1).

Figura D1.1: Mulheres na gestão corporativa



Fonte: CWDI 2016; OIT 2017; Ortiz-Ospina e Roser 2018.

Como em outras regiões do mundo, a população da ALC ainda enfrenta construções sociais profundamente arraigadas em relação aos estereótipos de gênero que veem a liderança das mulheres com ceticismo porque a resolução de problemas e os comportamentos de gerenciamento de crise voltados para resultados são erroneamente considerados tipicamente masculinos (Warren 2009). Esses estereótipos diminuem a relativa favorabilidade das mulheres líderes e pressionam as mulheres a abandonar por completo a busca por posições de liderança (Eagly

e Karau 2002; Eagly e Carli 2007). Isso é injusto e inconveniente. A evidência demonstra que conselhos mais diversos podem beneficiar os resultados financeiros das empresas e podem até mesmo ajudar a fortalecer o compromisso das empresas com a responsabilidade social corporativa e a sua reputação social (Byron e Post 2016; Terjesen, Couto e Francisco 2016). Apesar de a questão ser raramente estudada, evidências recentes na ALC identificaram uma ligação entre a liderança feminina e o desempenho da empresa (Flabbi, Piras e Abrahams 2017).

Entre várias iniciativas que tentaram equilibrar a composição da liderança corporativa entre homens e mulheres, as cotas obrigatórias tornaram-se cada vez mais populares em todo o mundo. Embora tenham produzido resultados positivos na política, podem trazer efeitos indesejáveis no setor privado. As descobertas vêm principalmente do mundo desenvolvido, mas indicam percepções enriquecedoras para as discussões na ALC. As evidências indicam que a lei de 2003 na Noruega que impôs uma participação de 40% das mulheres nos conselhos de administração levou a uma redução no valor de mercado das empresas induzida pelos conselhos resultantes mais jovens e menos experientes, dado o número limitado de mulheres qualificadas (Ahern e Dittmar 2012). Restrições estritas na composição do conselho podem, portanto, operar contra a seleção de membros com base na maximização do lucro, em última análise, dificultando o fluxo normal de negócios. Exercícios analíticos semelhantes em outros países europeus descobriram que as cotas sexuais têm um efeito heterogêneo na produtividade da empresa (Comi et al., 2019). Tiveram um efeito negativo entre as empresas francesas, um efeito insignificante entre as empresas espanholas e um efeito positivo entre as empresas italianas, sugerindo que as consequências das cotas do conselho dependem da estrutura institucional e jurídica de cada país. Enquanto isso, variações experimentais na composição de gênero das equipes de negócios sugerem que a lucratividade da empresa é maximizada quando as mulheres representam cerca de 55% da equipe, presumivelmente porque essa diversidade traz um monitoramento mútuo mais intenso entre os membros e um ambiente de aprendizagem mais igualitário (Hoogendoorn, Oosterbeek e van Praag 2013). Isso também sugere que, se houver um número suficiente de mulheres tão qualificadas quanto os homens, os negócios prosperarão aumentando a participação de mulheres nos conselhos.

Essas questões apontam para o fato de que esforços adicionais para acelerar a igualdade de gênero na liderança corporativa não devem se limitar a regulamentações de cotas obrigatórias. Também devem reconhecer o imperativo de dismantlar os mecanismos discriminatórios baseados em estereótipos de gênero. Poderiam conseguir isso promovendo iniciativas que educam a população e estimulem mudanças nas percepções enviesadas, tornando mais visíveis a injustiça da desigualdade de gênero e as vantagens compartilhadas de uma maior participação das mulheres. Essas iniciativas podem assumir a forma de campanhas de conscientização destinadas a instruir as pessoas sobre como detectar e adotar estratégias para

reduzir os seus próprios preconceitos implícitos (Devine et al. 2012). Outras iniciativas para combater os estereótipos de gênero incluem o treinamento de mulheres para que tenham certeza das suas capacidades (Aronson, Fried e Good 2002); retratar homens e mulheres em termos mais iguais em produtos de meios de comunicação de amplo alcance (Brown, 1990); e expor as mulheres a modelos femininos contra-estereotipados em posições de liderança tradicionalmente masculinas (Dasgupta e Asgari 2004). A inclusão de homens na licença parental obrigatória, cujos efeitos têm se mostrado positivos nas normas sociais em torno do gênero e nos horários de trabalho das mulheres, também pode encorajar a liderança das mulheres ao romper o preconceito que identifica as mulheres como cuidadoras exclusivas (Dahl, Løken e Mogstad 2014; Patnaik 2019).

Referências

- Ahern, Kenneth e Amy K. Dittmar. 2012. "The Changing of the Boards: The Impact on Firm Valuation of Mandated Female Board Representation". *Quarterly Journal of Economics*, 127 (1): 137-197.
- Aronson, Joshua, Carrie B. Fried e Catherine Good. 2002. "Reducing the Effects of Stereotype Threat on African American College Students by Shaping Theories of Intelligence". *Journal of Experimental Social Psychology*, 38 (2): 113-125.
- Brown, William J. 1990. "Prosocial Effects of Entertainment Television in India". *Asian Journal of Communication*, 1 (1): 113-135.
- Byron, Kris e Corinne Post. 2016. "Women on Boards of Directors and Corporate Social Performance: A Meta- Analysis". *Corporate Governance*, 24 (4): 428-442.
- Comi, Simona Lorena, Mara Grasseni, Federica Origo e Laura Pagani. 2019. "Where Women Make a Difference: Gender Quotas and Firms' Performance in Three European Countries". *ILR Review*, 73 (3): 768-793.
- CWDI (Corporate Women Directors International). 2016. "2016 CWDI Report on Women Board Directors of Latin America's 100 Largest Companies". 30 de setembro, CWDI, Washington D.C. <https://globewomen.org/CWDINet/index.php/2016-cwdi-report-on-women-board-directors-of-latin-americas-100-largest-companies/>.
- Dahl, Gordon B., Katrine V. Løken e Magne Mogstad. 2014. "Peer Effects in Program Participation". *American Economic Review*, 104 (7): 2049-2074.
- Dasgupta, Nilanjana e Shaki Asgari. 2004. "Seeing Is Believing: Exposure to Counterstereotypic Women Leaders and Its Effect on the Malleability of Automatic Gender Stereotyping". *Journal of Experimental Social Psychology*, 40 (5): 642-658.
- Devine, Patricia G., Patrick S. Forscher, Anthony J. Austin e William T. L. Cox. 2012. "Long-Term Reduction in Implicit Race Bias: A Prejudice Habit-Breaking Intervention". *Journal of Experimental Social Psychology*, 48 (6): 1267-1278.
- Eagly, Alice H. e Linda L. Carli. 2007. "Women and the Labyrinth of Leadership". *Harvard Business Review*, 85 (9): 62-71.
- Eagly, Alice H. e Steven J. Karau. 2002. "Role Congruity Theory of Prejudice toward Female Leaders". *Psychological Review*, 109 (3): 573-598.
- Flabbi, Luca, Claudia Piras e Scott Abrahams. 2017. "Female Corporate Leadership in Latin America and the Caribbean Region: Representation and Firm-Level Outcomes". *International Journal of Manpower*, 38 (6): 790-818.

- Hoogendoorn, Sander, Hessel Oosterbeek e Mirjam van Praag. 2013. "The Impact of Gender Diversity on the Performance of Business Teams: Evidence from a Field Experiment". *Management Science*, 59 (7): 1514-1528.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2017. *Women in Business and Management: Gaining Momentum in Latin America and the Caribbean*. Maio. Genebra: Escritório de Atividades de Empregados, OIT. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---act_emp/documents/publication/wcms_579085.pdf.
- Ortiz-Ospina, Esteban e Max Roser. 2018. "Economic Inequality by Gender". *Our World in Data*, março 2018. <https://ourworldindata.org/economic-inequality-by-gender#>.
- Patnaik, Ankita. 2019. "Reserving Time for Daddy: The Consequences of Fathers' Quotas". *Journal of Labor Economics*, 37 (4): 1009-1059.
- Terjesen, Siri, Eduardo Barbosa Couto e Paulo Morais Francisco. 2016. "Does the Presence of Independent and Female Directors Impact Firm Performance? A Multi-Country Study of Board Diversity". *Journal of Management and Governance*, 20 (3): 447-483.
- Warren, Anika K. 2009. "Cascading Gender Biases, Compounding Effects: An Assessment of Talent Management Systems?" Catalyst, Nova York.

A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE É MAIS COMPLEXA QUANDO OS PAÍSES SÃO DESIGUAIS

Se o crescimento econômico não trata dos custos externos para a sociedade da degradação ambiental e do esgotamento do capital natural que oferece bens e serviços do ecossistema, é um crescimento irreal. O capital natural da ALC é inestimável. A região abriga alguns dos ecossistemas de maior biodiversidade do mundo, incluindo os ricos recursos de água doce nos Andes e na Amazônia, os mais de 7% dos recifes de coral do mundo no Caribe e as dotações de minerais e combustíveis fósseis que proporcionaram aluguéis para os países vizinhos por décadas. Em 2017, cerca de 35,2% da área da região era agrícola; 46,5% eram áreas florestais e os 18,3% restantes eram dedicados a outros usos.¹

Preservar os ecossistemas naturais é uma das estratégias mais custo-efetivas em resposta às ameaças das mudanças climáticas. As florestas regulam o clima, isolam o carbono e sustentam a oferta de bens e serviços ecológicos, o que é particularmente valioso no contexto de vulnerabilidades climáticas crescentes. O fluxo de umidade da Amazônia em direção aos Andes e regiões mais ao sul do Brasil e Cone Sul depende do fenômeno dos rios voadores, que decorre da capacidade dos ventos em transportar a umidade coletada em florestas bem protegidas. Essa interação de fatores ecológicos acaba afetando o abastecimento de água de uma região em que o grau de urbanização está se aproximando de 80%, criando desafios significativos para a proteção do capital natural.

Uma estratégia chave para preservar a riqueza natural envolve o estabelecimento de áreas naturais protegidas, incluindo a criação de parques ou reservas nacionais sob o controle de grupos indígenas ou ancestrais. A ALC tem a maior porcentagem de terras protegidas em relação a outras regiões do mundo (tabela S2.1). No entanto, a região também apresenta alguns dos mais altos níveis de desigualdade, o que pode ameaçar a preservação do capital natural e a provisão de serviços ecossistêmicos.

¹ Dados de FAOSTAT (painel), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, <http://faostat3.fao.org/>.

Tabela D2.1: Áreas protegidas e desigualdade de renda nas regiões do mundo

	Parcela de áreas protegidas terrestres			Gini		
	Média	Percentil 25	Percentil 75	Média	Percentil 25	Percentil 75
África	15,6	7,5	21,6	43,3	35,5	50,6
Ásia	12,1	3,3	18,8	35,5	32,4	41
Europa	21,3	14,4	28	31,8	28,2	35,5
América do Norte	9,4	-	-	37,6		
ALC	20,5	5,7	34,5	46	39,9	53

Fonte: Dados de PovcalNet (ferramentas de análise online) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/> Indicadores de Desenvolvimento Mundial e PovcalNet; IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.

A desigualdade pode reduzir a oportunidade de proteger o capital natural como um ativo crítico na resposta às mudanças climáticas. Em primeiro lugar, a desigualdade está associada à concentração de terras para especulação nos mercados de terras, o que muitas vezes envolve rápido desmatamento por meio de incêndios e extração de madeira, seguido por mudanças no uso da terra com base na pecuária e colheitas de curto prazo. Isso cria incentivos para a consolidação de lotes, estabelecendo um ciclo vicioso de degradação ambiental e concentração da propriedade. À medida que fica mais difícil para as famílias rurais pobres encontrarem terras aráveis produtivas por causa dessa concentração, novas frentes de desmatamento surgem nas áreas florestadas, contribuindo assim para o ciclo.

Em segundo lugar, a desigualdade também corrói o capital social local e a confiança, criando distância social entre os atores econômicos locais. Essa distância afeta a possibilidade de as comunidades se engajarem em ações coletivas, o que é fundamental para resolver os desafios da gestão de recursos naturais compartilhados, como florestas, recursos hídricos ou pesqueiros, como exemplos canônicos de recursos comuns. Nas áreas mais distantes que são institucionalmente carentes, a governança dos recursos naturais torna-se mais dependente da capacidade das comunidades de se engajarem em soluções autogeridas. Essa dinâmica torna mais caro o alcance de soluções colaborativas entre os usuários locais.

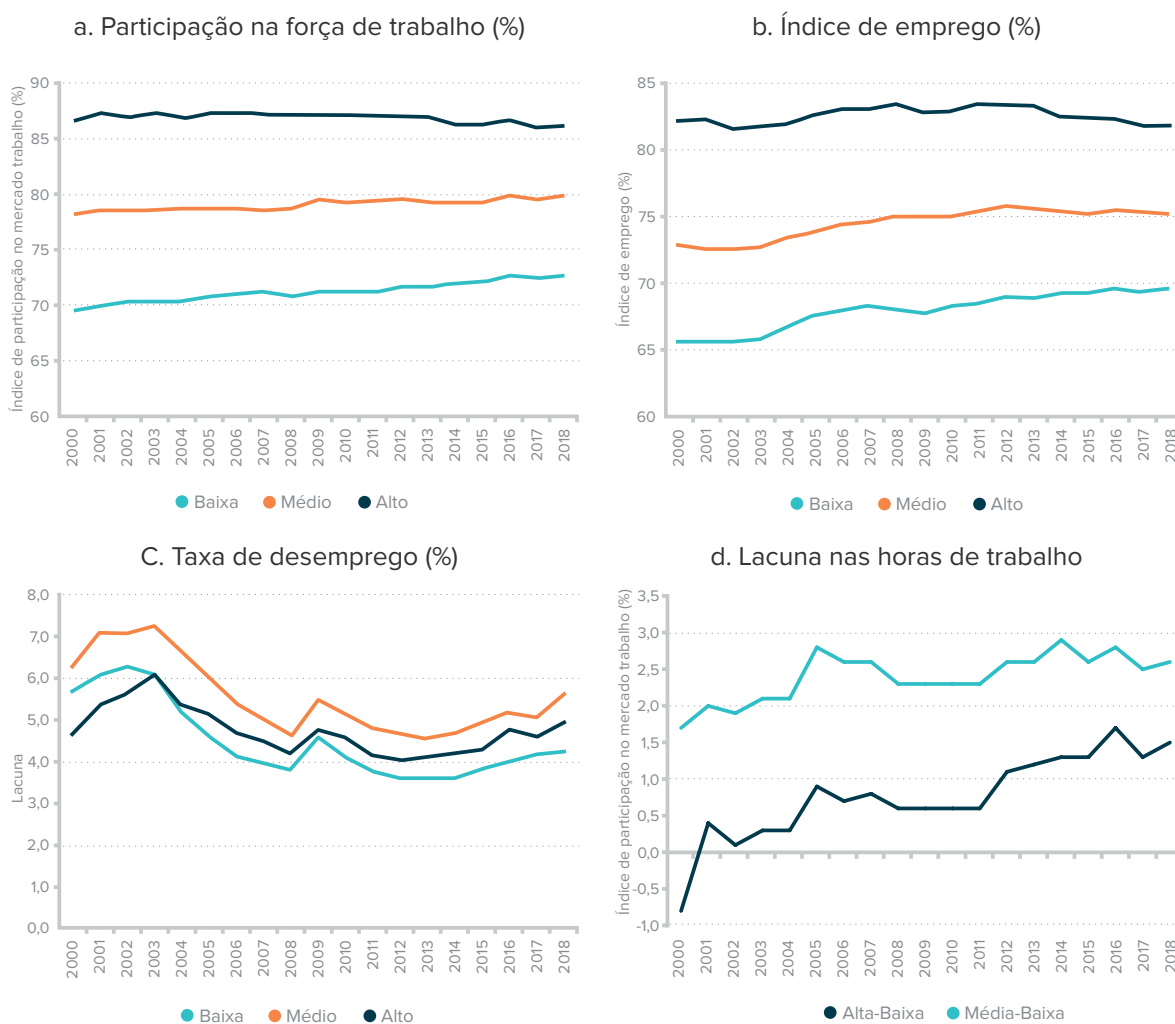
O PROGRESSO PARA A IGUALDADE NA DÉCADA DE 2000 FOI POSSÍVEL GRAÇAS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO E GASTOS SOCIAIS

No início dos anos 2000, houve algum progresso na redução da desigualdade na ALC. Essa tendência não era exclusiva da região, mas parte de um fenômeno global mais amplo. A desigualdade caiu significativamente em quase 65% dos países em desenvolvimento na década de 2000 e um terço experimentou declínios na década de 2010. No entanto, essas mudanças foram mais pronunciadas na América Latina durante os anos 2000. O índice Gini da região caiu 6,3 pontos em comparação com o declínio médio de 3,4 pontos no mundo em desenvolvimento. A semelhança dos padrões de tempo sugere a relevância dos fenômenos globais. O aumento dos preços das *commodities* e a expansão da economia mundial são, portanto, dois candidatos a serem considerados como potenciais determinantes explicativos das mudanças distributivas. No entanto, as quedas mais intensas da desigualdade na América Latina nos anos 2000 requerem alguma explicação idiossincrática adicional. Por trás da dinâmica da desigualdade estavam os efeitos do crescimento econômico nos mercados de trabalho e nas políticas sociais.

O papel do mercado de trabalho. As lacunas entre a mão de obra qualificada e não qualificada na participação na força de trabalho, emprego, horas de trabalho, salários e benefícios trabalhistas são cruciais para compreender a dinâmica da desigualdade de renda (Rodríguez-Castelán et al. 2017; Acosta et al. 2019). Na verdade, grande parte da literatura (na América Latina e em outros lugares) tem se concentrado na análise das lacunas de qualificação, particularmente a diferença de salários por nível de escolaridade. A figura S3.1 apresenta medidas para avaliar as tendências nas lacunas entre a mão de obra qualificada e não qualificada. Para este efeito, adultos com idades entre 25-64 são divididos em três grupos de acordo com o nível de escolaridade: baixa escolaridade (menos de 9 anos), média escolaridade (9–13) e alta escolaridade (mais de 13). As parcelas da população para cada grupo são 41,4 %, 37,1 % e 21,5 %, respectivamente. A figura S3.1 mostra que a participação da mão de obra não qualificada na força de trabalho era 17,0 pontos percentuais menor do que a dos trabalhadores qualificados em 2000, mas apenas 13,5 pontos percentuais menor em 2018. As diferenças entre as taxas de emprego qualificado e não qualificado também diminuíram, de 16,8 pontos em 2000 para 12,3 em 2018. A única exceção foi a defasagem média da jornada de trabalho entre qualificados e não qualificados, que

passou de negativa para positiva, limitando a redução da desigualdade na região. No caso do desemprego, a tendência geral simula o padrão de desigualdade de renda da região. Além disso, o desemprego tem sido menor entre os não qualificados em relação aos qualificados desde o início dos anos 2000.

Figura D3.1: Lacunas do mercado de trabalho entre a mão de obra qualificada e não qualificada na América Latina

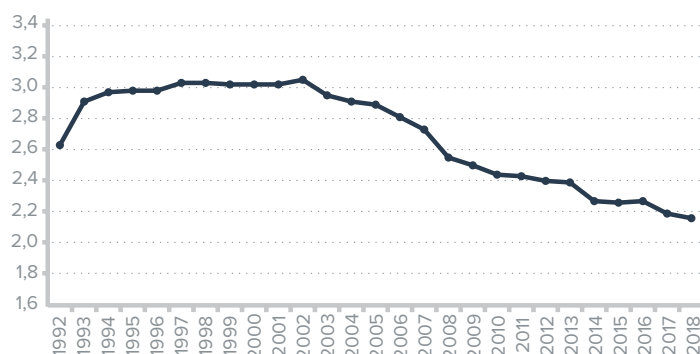


Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Banco Mundial, Washington, DC, <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.

A figura S3.2 mostra as diferenças salariais por hora entre trabalhadores com ensino superior e trabalhadores com diploma de ensino médio ou menor nível de escolaridade.¹ Confirma que a diferença salarial entre trabalhadores qualificados e não qualificados diminuiu significativamente na década de 2000, após ter aumentado na década de 1990 e antes de desacelerar na década de 2010.

Figura D3.2: As disparidades salariais entre a mão de obra qualificada e não qualificadas diminuíram, mas permanecem grandes

Diferenças salariais condicionais por qualificação na América Latina, média não ponderada, trabalhadores adultos com idades entre 25-64



Fonte: Gasparini e Cruces 2021, Documento de Base do RDHR PNUD ALC 2021; dados do CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratório de Equidade (Equity Lab), Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Bando Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.

Em suma, embora ainda grandes, as lacunas entre trabalhadores qualificados e não qualificados diminuíram na década de 2000, enquanto a economia crescia. Aumentos na participação na força de trabalho e no emprego dos trabalhadores não qualificados, no entanto, desaceleraram começando em 2010, quando o crescimento também desacelerou. A única tendência aparentemente não afetada pelo crescimento foi a diferença entre os qualificados e não qualificados em horas trabalhadas, que continua a aumentar.

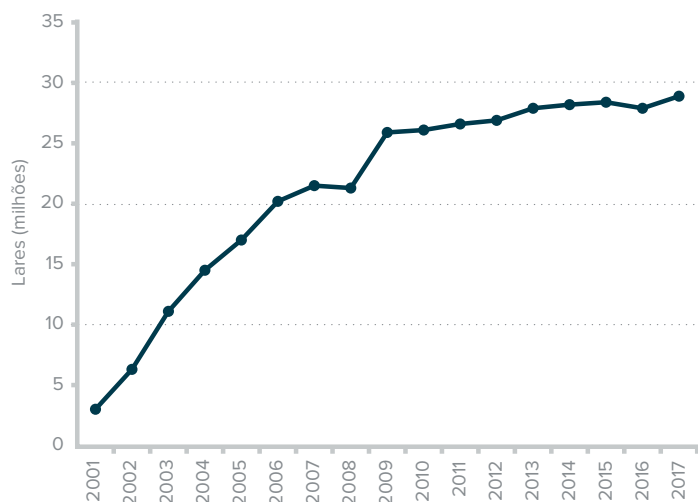
Gastos sociais. A expansão dos gastos sociais também é um fator explicativo fundamental para a redução da desigualdade na América Latina nas últimas duas décadas. As despesas sociais cresceram 3,4% ao ano entre 1993 e 2003, aceleraram para 6,4% entre 2003 e 2012 como resultado do *boom* das *commodities* e depois caíram para 3,5% nos anos 2010. Havia vontade política na região de usar as receitas adicionais resultantes do superciclo das *commodities* para aumentar os gastos públicos, principalmente os sociais. Além do choque externo favorável, as reformas em alguns países visaram melhorar a administração tributária. O maior

¹ Os prêmios de qualificação, por sua vez, correspondem às médias ponderadas do coeficiente para trabalhadores qualificados em uma regressão de Mincer para cada país e ano da amostra, controlando por anos de experiência, região de residência e situação urbana/rural. Os resultados também valem para a lacuna incondicional.

uso de impostos progressivos — como imposto de renda e propriedade — e menos isenções fiscais ajudaram a aumentar as receitas fiscais. Foi sugerido que isso era resultado das demandas mais fortes da crescente classe média (McLeod e Lustig 2011; Bogliacino e Rojas Lozano 2017).

A expansão da matrícula escolar possível graças ao aumento dos gastos é, sem dúvida, um dos fatores por trás da redução da desigualdade (ver capítulo 2). Outro fator importante é a expansão dos programas de transferência condicionada de renda (TCR) (figura S3.3). O impacto redistributivo desses programas está relacionado ao seu direcionamento aos pobres e ao fato de serem contabilizados como renda (em contraste com as transferências em espécie, como moradia, alimentação, saúde e educação). A figura S3.3 mostra o aumento acentuado na cobertura de TCRs na região na década de 2000, seguido por um crescimento mais lento durante a década de 2010, refletindo o padrão de crescimento econômico. A desaceleração na expansão do TCR após 2010 explica a estagnação no impacto distributivo desses programas após aquele ano (Cord et al. 2014; Gasparini, Cruces e Tornarolli 2016).

Figura D3.3: A cobertura de TCRs na ALC se expandiu rapidamente no início dos anos 2000
Beneficiários de programas de transferência condicionada de renda na América Latina



Fonte: Gasparini 2019; dados do Banco de Dados de Programas de Proteção Social Não Contributiva, Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe, Santiago, Chile, <https://dds.cepal.org/bpsnc/cct>.

Referências

- Acosta, Pablo A., Guillermo Cruces, Sebastián Galiani e Leonardo Carlos Gasparini. 2019. “Educational Upgrading and Returns to Skills in Latin America: Evidence from a Supply-Demand Framework”. *Latin American Economic Review*, 28 (1): 1-20.
- Bogliacino, Francesco e Daniel Rojas Lozano. 2017. “The Evolution of Inequality in Latin America in the 21st Century: What Are the Patterns, Drivers and Causes?” Documento de Discussão GLO 57, Organização Global do Trabalho, Maastricht, Países Baixos.
- Cord, Louise, Oscar Barriga Cabanillas, Leonardo Lucchetti, Carlos Rodríguez-Castelán, Liliana Do Couto Sousa e Daniel Valderrama. 2014. “Inequality Stagnation in Latin America in the Aftermath of the Global Financial Crisis”. Documento de Trabalho de Pesquisa Política 7146, Banco Mundial, Washington D.C.
- Gasparini, Leonardo Carlos. 2019. “La Desigualdad en su Laberinto: Hechos y Perspectivas sobre Desigualdad de Ingresos en América Latina”. *Boletín Informativo Techint* 357 (junho): 23-46.
- Gasparini, Leonardo Carlos e Guillermo Cruces. 2021. “The Changing Picture of Inequality in Latin America: Evidence for Three Decades”. Documento de Trabalho PNUD ALC, 1, 2021, Documento de Base para o *Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe 2021*, PNUD ALC, Nova York.
- Gasparini, Leonardo Carlos, Guillermo Cruces e Leopoldo Tornaroli. 2016. “Chronicle of a Deceleration Foretold: Income inequality in Latin America in the 2010s.” *Revista de Economía Mundial*, 43 (janeiro): 25-46.
- McLeod, Darryl e Nora Claudia Lustig. 2011. “Inequality and Poverty under Latin America’s New Left Regimes”. Documento de Trabalho em Economia Tulane 1117 (março), Departamento de Economia, Universidade de Tulane, Nova Orleans.
- Rodríguez-Castelán, Carlos, Luis F. López-Calva, Nora Claudia Lustig e Daniel Valderrama. 2016. “Understanding the Dynamics of Labor Income Inequality in Latin America”. Documento de Trabalho de Pesquisa Política 7795, Banco Mundial, Washington D.C.